UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

MARÍLIA DE FREITAS CAMPOS

***HABITAÇÃO E BEM-ESTAR: ESTUDO DE CASO NA VILA
DOS IDOSOS, SÃO PAULO, SP***

**SÃO PAULO
2020**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

MARÍLIA DE FREITAS CAMPOS

Habitação e bem-estar: estudo de caso na Vila dos Idosos, São Paulo, SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Dr^a Wanda Maria Risso Günther

Versão corrigida

**SÃO PAULO
2020**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução, total ou parcial, é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Catálogo na Publicação (CIP)

Biblioteca/CIR da FSP/USP

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

CAMPOS, Marília de Freitas

Habitação e bem-estar: estudo de caso na Vila dos Idosos, São Paulo, SP / Marília de Freitas Campos; Orientadora Prof^a Dr^a Wanda Maria Risso Günther – São Paulo – 2020.

208 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2020.

1.Habitação, 2.Idosos, 3.Políticas públicas, 4.Saúde ambiental, 5.Bem-estar, 6.Acessibilidade.

CAMPOS, M. F., Habitação e bem-estar: estudo de caso na Vila dos Idosos, São Paulo, SP - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

FOLHA DE APROVAÇÃO (DISSERTAÇÃO)

CAMPOS, Marília de Freitas.

Habitação e bem-estar: estudo de caso na Vila dos Idosos, São Paulo, SP.

Dissertação apresentada ao ***Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo***, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 04/08/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Paula Barros

Instituição: UFMG

Prof^a. Dr^a. Maria Antonietta Mascolli

Instituição: ICESP

Prof^a. Dr^a. Wanda Maria Risso Günther

Instituição: FSP/USP

DEDICATÓRIA

Em memória de minha mãe Prof^a Isaura Ana de Freitas Campos, entusiasta da educação, que tanto compartilhou seu conhecimento... Proporcionou-me leituras e diversas atividades desde a minha infância, despertando em mim o interesse pelo saber. Gratidão e amor incondicionais, por tudo...

AGRADECIMENTOS

À Deus por esse período de motivação, dedicação, amadurecimento e muito aprendizado...

À minha Professora orientadora Dr^a Wanda Maria Risso Günther pela sensibilidade, compreensão e incentivo nos momentos de dificuldades e pela liberdade proporcionada para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao meu pai Nestor Franco de Campos Filho, que sempre me incentivou a batalhar pelos meus sonhos, com seu olhar realista, me alertando sobre as dificuldades e me incentivando a fazer sempre o melhor, aos meus irmãos Mateus e Nestor Augusto, à minha cunhada Thaís e aos familiares que torceram por mim!

À Prof^a Dr^a Denise Duarte e especialmente à Prof^a Dr^a Maria Antonietta Mascoll, que me receberam respectivamente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e na Faculdade de Medicina da USP para esclarecer dúvidas e participaram da banca de qualificação, imensa contribuição!

À equipe da Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB) que disponibilizou os dados a respeito da Vila dos Idosos e às funcionárias Fernanda Zacchi da COHAB e Maria Aurení da Secretaria da Habitação (SEHAB-PMSP), que autorizaram as visitas ao conjunto habitacional. Aos moradores da Vila dos Idosos que participaram das entrevistas, colaboração fundamental para a pesquisa!

Aos amigos sempre próximos Nicholas, Simone, Carolina Akemi, Lígia, Thaís e Sarah, que me incentivaram durante essa jornada... Raquel, Valéria, Patrícia e Amanda pelas palavras de encorajamento no final do trabalho... Aos colegas da Faculdade de Saúde Pública que me motivaram a participar do processo seletivo do mestrado profissional quando eu era aluna especial... Aos que ingressaram comigo na pós-graduação, Giulia, Mary, Walter, Alexandre e Camila Vitorino, compartilharam artigos, conhecimento, angústias e entusiasmo! À Andrea Gonçalves pela colaboração na elaboração do produto da pesquisa. Período de amizades enriquecedoras...

À Prof^a Dr^a Yeda Duarte, por ter permitido que o site, produto desta pesquisa, fique ancorado no site do grupo de pesquisa SABE – Saúde, Bem-estar e Envelhecimento da Faculdade de Saúde Pública.

Aos professores do Departamento de Saúde Ambiental e aos funcionários da Faculdade de Saúde Pública.

EPÍGRAFE

“Para os idosos, a moradia e o ambiente são particularmente importantes devido a fatores como a acessibilidade e a segurança, o ônus financeiro que supõe manter um lar e a importante segurança emocional e psicológica que o lar oferece. É fato reconhecido que uma moradia satisfatória pode trazer benefícios para a saúde e o bem-estar. É também importante que, sempre que possível, os idosos tenham a possibilidade de escolher devidamente o lugar onde queiram viver, fator que é preciso incorporar às políticas e programas” (BRASIL, 2003).

Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento.

RESUMO

CAMPOS, M. F. **Habitação e bem-estar: estudo de caso na Vila dos Idosos, São Paulo, SP.** 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Tendo em vista a tendência ao envelhecimento da população brasileira e portanto, o aumento do número de idosos no país, torna-se necessário se aplicar medidas de suporte nas residências, considerando-se os aspectos de acessibilidade, conforto e segurança, dadas as fragilidades advindas dessa faixa etária. A partir de um estudo de caso, o objetivo dessa pesquisa foi avaliar o Conjunto Habitacional Vila dos Idosos, quanto a soluções técnicas relacionadas à acessibilidade, conforto e segurança e quanto à percepção dos moradores em relação às condições de moradia no local. A avaliação técnica do Conjunto Habitacional se deu a partir de observações *in loco*, registros fotográficos e análise do projeto executivo de arquitetura, disponibilizado pela COHAB. Para a análise de percepção dos moradores, a coleta de dados ocorreu através de entrevistas com moradores, com roteiro de entrevistas semiestruturado, analisadas por meio do método de análise de conteúdo, segundo Bardin (2004). Foi verificado que o edifício proporciona condições dignas de moradia, no entanto, por se tratar de habitação para idosos, seriam possíveis adaptações para atendimento integral das normas técnicas de acessibilidade e para viabilizar conforto e segurança. Foi possível concluir que é necessário ter consciência a respeito das necessidades do idoso para oferecer suporte no ambiente para proporcionar autonomia, a partir de soluções cuidadosas, visto que o risco no ambiente pode ser propiciado por detalhes. As soluções projetuais referentes à acessibilidade, conforto e segurança aplicadas adequadamente na residência podem proporcionar autonomia e bem-estar aos idosos, permitindo melhorias na relação pessoa-ambiente. Nesse sentido, tais soluções podem ser entendidas como medidas de prevenção na perspectiva ampla de promoção da saúde. Com base nas avaliações no conjunto habitacional e em revisão bibliográfica, foram elencadas soluções técnicas relacionadas aos aspectos de acessibilidade, conforto e segurança, que podem ser consideradas subsídios para novas políticas públicas habitacionais voltadas para idosos. Essa listagem de recursos específicos configurou o produto da pesquisa.

Palavras-chave: Habitação, idosos, políticas públicas, saúde ambiental, bem-estar, acessibilidade.

ABSTRACT

CAMPOS, M. F. **Housing and well-being: a case study in the *Vila dos Idosos* (Village of the Elderly) Housing Complex, São Paulo, SP.** 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

In view of the trend towards the aging of Brazilian population and, therefore, the increase in the number of elderly people in the country, it is necessary to apply support measures in homes, considering the aspects of accessibility, comfort and safety, because of the common weaknesses of this age group. Based on a case study, the objective of this research was to analyse the *Vila dos Idosos* Housing Complex, in terms of technical solutions related to accessibility, comfort and safety and in terms of the residents' perception of the housing conditions. The technical analysis of the Housing Complex was based on place's observations, photographic records and analysis of the architecture project, made available by COHAB. For the analysis of residents' perception, data collection occurred through interviews with residents, with a semi-structured interview script, analyzed using the content analysis method, according to Bardin (2004). It was found that the building provides decent housing conditions, however, being housing for the elderly, adaptations would be possible for full compliance of the technical standards relating to accessibility and to enable comfort and safety. It was possible to conclude that it is necessary to be aware of the needs of the elderly to offer support in the environment to provide autonomy, based on careful solutions, since the risk in the environment can be provided by details. The design solutions related to accessibility, comfort and safety properly applied in the residence can provide autonomy and well-being to the elderly, allowing improvements in the person-environment relation. In this sense, this support can be understood as a preventive measure in the broad perspective of health promotion. Based on the assessments in the housing estate and in a bibliographic review, technical solutions related to the aspects of accessibility, comfort and safety were listed, which can be considered subsidies for new public housing policies for the elderly. This listing of specific features configured the research product.

Key-words: Housing, elderly, public policies, environmental health, well-being, accessibility.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial da Saúde

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação

SEHAB – Secretaria da Habitação

PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

ABVD – Atividades Básicas de Vida Diária

AIVD – Atividades Instrumentais de Vida Diária

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PLS – Programa de Locação Social

HIS – Habitação de Interesse Social

GARMIC – Grupo de Articulação para Moradia de Idosos na Capital

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Projeções da população idosa, Brasil, 2018

Figura 2: Pirâmide etária, Brasil, 2012 e 2018

Figura 3: Pirâmide etária absoluta, Brasil, projeção 2020

Figura 4: Pirâmide etária absoluta, Brasil, projeção 2060

Figura 5: Mapa do uso do solo e classificação termal do município de São Paulo, destaque da localização da Vila dos Idosos

Figura 6: Vista aérea da Vila dos Idosos e da Biblioteca Pública

Figura 7: Rota referenciada: plano linear

Figura 8: Plano radial

Figura 9: Piso tátil de alerta e relevos táteis de alerta instalados diretamente no piso

Figura 10: Piso tátil direcional e relevos táteis direcionais instalados no piso

Figura 11: Porta com revestimento e puxador horizontal

Figura 12: Vaso sanitário elevado

Figura 13: Assento com braços

Figura 14: Boxe para chuveiro – vistas superior, lateral e frontal

Figura 15: Assento dobrável no boxe do chuveiro. Cabine com possibilidade de acesso ao seu interior

Figura 16: Cadeira própria para banho

Figura 17: Boxe para chuveiro que permite a entrada de cadeira de banho

Figura 18: Área de aproximação para uso do lavatório

Figura 19: Barras de apoio, próximas ao lavatório – vista lateral

Figura 20: Lavatório com barras verticais e laterais – vista superior

Figura 21: Dormitório acessível com área de circulação mínima – vista superior

Figura 22: Exemplo de guarda-roupa para pessoas com mobilidade reduzida

Figura 23: Banco – Condições de aproximação e área de transferência. Vista lateral e vista superior

Figura 24: Sinalização nas portas e paredes de vidro

Figura 25: Alcance da janela

Figura 26: Detalhe do passo

Figura 27: Sinalização de degraus – Opção A

Figura 28: Sinalização de degraus – Opção B

Figura 29: Corrimãos em escada e rampa, dimensões em metros

Figura 30: Corrimão na parede

Figura 31: Objeto fixado em superfície vertical

Figura 32: Possibilidades de posicionamento de dispositivos de alarme no sanitário - exemplos

Figura 33: Mapa da temperatura da superfície do Município de São Paulo, por Distritos

Figura 34: Relação clima – edificações - população

Figura 35: Mapa do Zoneamento Bioclimático brasileiro

Figura 36: Mapa da Zona Bioclimática 3

Figura 37: Esquema de ventilação cruzada

Figura 38: Painel fotovoltaico

Figura 39: Brise-soleil

Figura 40: Cobogó

Figura 41: Pérgulas

Figura 42: Setorização – Vila Dignidade de Avaré

Figura 43: Vila Dignidade de Avaré

Figura 44: Lar Peter Rosegger, Áustria – vista externa

Figura 45: Lar Peter Rosegger, Áustria – vista interna

Figura 46: Lar Peter Rosegger, Áustria – vista interna

Figura 47: Lar Peter Rosegger, Áustria - planta baixa

Figura 48: Lar de idosos, Nenzing, Áustria

Figura 49: Lar de Repouso e Cuidados Especiais, Leoben, Áustria – vista interna

Figura 50: Lar de Repouso e Cuidados Especiais, Leoben, Áustria – vista interna

Figura 51: Lar de Idosos na região de Orbec, França – vista externa

Figura 52: Lar de Idosos na região de Orbec, França – vista interna

Figura 53: Lar de Idosos em Perafita, Portugal – vista interna

Figura 54: Lar de Idosos em Perafita, Portugal – vista interna

Figura 55: Lar de Idosos em Perafita, Portugal – vista interna

Figura 56: Distrito do Pari

Figura 57: Uso do solo – Distrito do Pari, 2006

Figura 58: Área disponibilizada para a implantação da Vila dos Idosos

Figura 59: Entorno da Vila dos Idosos e trecho do Rio Tietê, bairro do Pari

Figura 60: Vista externa do Conjunto Habitacional Vila dos Idosos

Figura 61: Vista do Conjunto Habitacional Vila dos Idosos e área externa

Figura 62: Edifício Vila dos Idosos, planta baixa do apartamento

Figura 63: Edifício Vila dos Idosos, planta baixa da quitinete

Figura 64: Edifício Vila dos Idosos, setorização do pavimento térreo

Figura 65: Edifício Vila dos Idosos, vista externa e do espelho d'água

Figura 66: Edifício Vila dos Idosos, setorização do pavimento tipo (2º ao 4º)

Figura 67: Edifício Vila dos Idosos, rampa de acesso ao edifício

Figura 68: Edifício Vila dos Idosos, praça ao lado da guarita

Figura 69: Edifício Vila dos Idosos, área de circulação sem piso tátil de alerta e direcional

Figura 70: Edifício Vila dos Idosos, pátio interno do pavimento térreo sem piso tátil direcional

Figura 71: Distância mínima entre a sinalização tátil direcional e obstáculos

Figura 72: Ausência de sinalização de alerta nos degraus da escada

Figura 73: Ausência de sinalização de alerta nos degraus da escada

Figura 74: Ausência de sinalização tátil de alerta e direcional no piso e de corrimão na parede

Figura 75: Degrau de acesso às unidades de moradia

Figura 76: Degrau de acesso às unidades de moradia

Figura 77: Desnível na área de circulação

Figura 78: 0,75m de largura ocupada por pessoa com bengala. 0,90m de largura ocupada por pessoa com duas bengalas e com andador com rodas

Figura 79: 0,85m de largura ocupada por pessoa com andador rígido

Figura 80: 0,90m de largura ocupada por pessoa com muletas tipo canadense e apoio de tripé

Figura 81: 0,95m a 1,20m de largura ocupada por pessoa com muletas

Figura 82: Módulo de referência para cadeirante

Figura 83: Vistas frontais aberta e fechada, lateral e vista frontal da cadeira cambada

Figura 84: Ausência de sinalização de alerta no piso

Figura 85: Rampas sem sinalização nos acessos do salão de festas

Figura 86: Salão de festas

Figura 87: Área em frente ao salão de festas com bancos disponíveis

Figura 88: Bancos padronizados em torno do espelho d'água

Figura 89: Praça próxima à guarita da Vila dos Idosos

Figura 90: Praça próxima à guarita

Figura 91: Piso desnivelado e descontínuo na área externa

Figura 92: Largura apropriada para duas pessoas com mobilidade reduzida

Figura 93: Planta baixa de quitinete acessível

Figura 94: Planta baixa de apartamento acessível

Figura 95: Altura do interruptor adaptado para cadeirante

Figura 96: Barra de apoio, instalada na parede ao lado da cama

Figura 97: Barras de apoio na parede do chuveiro

Figura 98: Barras de apoio ao redor do vaso sanitário

Figura 99: Porta acessível

Figura 100: Medidas necessárias para manobra da cadeira de rodas sem deslocamento

Figura 101: Rotação de 90°, rotação de 180° e rotação de 360° de cadeira de rodas

Figura 102: Planta baixa da quitinete não acessível

Figura 103: Planta baixa do apartamento não acessível

Figura 104: Planta de setorização, pavimento térreo

Figura 105: Planta de setorização, pavimento tipo

Figura 106: Edifício Vila dos Idosos, fachadas dos setores “B” e “C”

Figura 107: Corte do sanitário e da cozinha – Apartamento

Figura 108: Corte da cozinha - Quitinete

Figura 109: Vitro da cozinha

Figura 110: Área de circulação iluminada ao entardecer

Figura 111: Exemplo de iluminação adequada nas escadas

Figura 112: Exemplo de iluminação de caminho com balizadores

Figura 113: Área de circulação – Setor “D” próxima à escada e elevador

Figura 114: Caixa de escada e elevador entre as áreas de circulação dos setores “C” e “D”

Figura 115: Área de circulação Setor “C” e início do Setor “D”

Figura 116: Edifício Vila dos Idosos, planta baixa do pavimento térreo, com destaque para as unidades de moradia dos entrevistados

Figura 117: Edifício Vila dos Idosos, planta baixa do segundo pavimento, com destaque para as unidades de moradia dos entrevistados

Figura 118: Edifício Vila dos Idosos, planta baixa do terceiro pavimento, com destaque para as unidades de moradia dos entrevistados

Figura 119: Edifício Vila dos Idosos, planta baixa do quarto pavimento, com destaque para as unidades de moradia dos entrevistados

Figura 120: Interligação entre os aspectos: acessibilidade, conforto e segurança

Figura 121: Planejamento: abordagem de aspectos físicos e emocionais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características do processo de envelhecimento dos brasileiros

Quadro 2: Pessoas com dependência moderada/severa: cuidados diários por grupo de idade, 2000-2050, América Latina e Caribe, 2012

Quadro 3: Quantidade de Centros-dia e características selecionadas do Brasil, Portugal e Espanha, 2015

Quadro 4: Distribuição proporcional dos entrevistados que declararam que não aceitariam morar numa ILPI, segundo a razão e sexo

Quadro 5: Proporção de pessoas que aceitariam residir em ILPI, por grupos de idade e sexo, Brasil, 2006

Quadro 6: Aberturas para ventilação

SUMÁRIO

1. PROCESSO DA PESQUISA, OBJETIVOS E MÉTODO	19
1.1 INTRODUÇÃO	19
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA E JUSTIFICATIVAS	20
1.3 OBJETIVOS	24
1.3.1 Objetivo Geral	24
1.3.2 Objetivos Específicos	24
1.4 MÉTODO	25
1.4.1 Tipo de pesquisa e objeto de estudo	25
1.4.2 Revisão bibliográfica e revisão documental	27
1.4.3 Coleta de dados	27
1.4.4 Análise de dados	29
1.4.5 Produto da pesquisa	31
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	33
2.1 MUITAS VELHICES	33
2.2 OS PORQUÊS DA NECESSIDADE DE CUIDADOS PARA COM OS IDOSOS	36
2.2.1 Cuidar de idosos...É função de quem?	41
2.2.2 Políticas públicas e ações para cuidados – Contexto nacional e internacional	42
2.3 HABITAÇÃO PARA IDOSOS – ASPECTOS PARA AUTONOMIA E BEM-ESTAR	51
2.3.1 Relação pessoa-ambiente: aspectos físicos e emocionais	51
2.3.2 Planejamento – espaços e conexões	56
2.3.3 Acessibilidade – suporte físico para o <i>design</i> universal	59
2.3.4 Segurança – encorajamento para atividades cotidianas	67
2.4 CONFORTO AMBIENTAL – PRATICIDADE E BEM-ESTAR	75
2.4.1 A importância do conforto térmico para a saúde dos idosos	79
2.4.2 Desconforto térmico urbano em São Paulo	84
2.4.3 Conforto térmico na habitação – conceitos de projeto	86
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS VOLTADAS PARA IDOSOS	92
2.6 SOLUÇÕES PARA MORAR COM QUALIDADE DE VIDA	97
3. RESULTADOS: ESTUDO DE CASO NA VILA DOS IDOSOS	103
3.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE O BAIRRO DO PARI	103

3.2 VILA DOS IDOSOS: UM INCENTIVO À MORADIA NO CENTRO	105
3.2.1 Características construtivas do edifício	108
3.3 ANÁLISE TÉCNICA: ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA	110
3.4 ANÁLISE TÉCNICA: ASPECTOS DE CONFORTO AMBIENTAL	125
3.5 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, CONFORTO E SEGURANÇA NA VILA DOS IDOSOS	133
4. DISCUSSÃO	145
4.1 ANÁLISE TÉCNICA	145
4.2 PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA VILA DOS IDOSOS	148
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E CUIDADOS	153
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	157
6. PRODUTO DA PESQUISA	160
7. REFERÊNCIAS	162
ANEXO A: Roteiro para entrevista	173
ANEXO B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	175
ANEXO C: Parte da apresentação em <i>PowerPoint</i> da COHAB	178

1. PROCESSO DA PESQUISA, OBJETIVOS E MÉTODO

1.1 INTRODUÇÃO

No Brasil vem ocorrendo um processo de transição demográfica, ou seja, o país está deixando de ser considerado jovem. No século XXI, são tendências a continuação do processo de urbanização e o envelhecimento da população brasileira (IBGE, 2010).

Logo, o país tende a se caracterizar cada vez mais como um país envelhecido, o que implicará em novos desafios para o Estado, dadas as consequências principalmente de ordem econômico-social, com urgência em adequações nas políticas sociais, principalmente aquelas voltadas para a saúde, previdência e assistência social (MAIO, 2016).

Está aumentando não apenas o número de pessoas com mais de 65 anos, como também a população vem se tornando mais velha. Uma adaptação de sucesso para os idosos inclui preservar a independência, o que é um dos principais contribuintes para o bem-estar e ótima qualidade de vida (CRIST, 1999). Esse fator seria considerado uma adaptação social.

O aumento da longevidade era um fato característico dos países desenvolvidos, porém vem se intensificando nos demais países, aumentando o desafio da provisão de habitação de qualidade para os idosos como uma ação de cidadania. Nesse caso, o conceito de moradia adequada exige outros fatores, além do mínimo necessário, visto que o idoso pode apresentar limitações funcionais (COSTA et al., 2016).

Nesse sentido, essa pesquisa de teor qualitativo consistiu na investigação relacionada ao tema do envelhecimento, considerando-se principalmente condições de habitação, enfatizando-se os aspectos de acessibilidade, segurança e conforto ambiental, fundamentais para proporcionar autonomia para a pessoa idosa na residência.

Esse estudo teve como objetivos verificar as condições relacionadas a esses aspectos do ponto de vista técnico, no Conjunto Habitacional Vila dos Idosos, localizado em São Paulo, analisar a percepção dos moradores quanto às condições locais de moradia e elencar soluções técnicas apropriadas para proporcionar maior autonomia aos idosos na residência.

O método consistiu em revisão bibliográfica, análise técnica a partir de visitas ao local e análise qualitativa quanto à percepção dos moradores relacionada à vivência no conjunto em questão, a partir de entrevistas e análise de conteúdo.

A pesquisa desenvolvida sobre aspectos que podem proporcionar autonomia e bem-estar para os idosos na habitação alinha-se aos Objetivos 3 “Saúde e bem-estar”, 11 “Cidades Sustentáveis” e 13 “Ação contra a mudança global do clima”. Os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável são globalmente aplicáveis, considerando-se as diferentes situações das nações quanto às prioridades e capacidade de ações (ONU, 2015).

Quanto ao Objetivo 3, referente a “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, a pesquisa está associada ao subitem 3.d no que diz respeito a reforçar a capacidade dos países em desenvolvimento para a redução e gerenciamento de riscos nacionais de saúde.

Com relação ao Objetivo 11 que busca “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” até 2030, alinha-se especificamente no que diz respeito ao subitem 11.1 quanto à meta de oferecer o acesso à habitação segura, adequada e acessível a todos, assim como ao subitem 11.3, quanto à necessidade de ampliar a urbanização inclusiva e sustentável por meio do planejamento de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis (ONU, 2015).

Além disso, alinha-se ainda ao subitem 11.b que preconiza um prazo intermediário de, até 2020, para aumentar o número de assentamentos humanos que adotem e implementem políticas e planos integrados para a inclusão, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e resiliência a desastres, assim como ao subitem 11.c, de oferecer subsídios aos países menos desenvolvidos para construções sustentáveis, adaptadas ao local (ONU, 2015).

Quanto ao objetivo 13 - “tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos”, alinha-se ao subitem 13.1, de reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação nas edificações a riscos relacionados ao clima e a desastres, assim como ao subitem 13.b, de promover mecanismos de planejamento relacionado à mudança do clima nos países menos desenvolvidos, atentando-se principalmente para as comunidades marginalizadas (ONU, 2015).

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA E JUSTIFICATIVAS

O mundo está envelhecendo rápido e esse fato é uma conquista. Em 2018 o Brasil contava com cerca de 29 milhões e 500 mil pessoas idosas, sendo que cerca de 1 milhão e setecentos mil, somente no município de São Paulo. Estimativas para 2030 apontam que 18% da população brasileira será considerada idosa, correspondendo a mais de 40 milhões de pessoas, conforme **Figura 1**. Estudos apontam que as regiões mais carentes estão envelhecendo muito rapidamente e que vem aumentando o número de pessoas longevas, com mais de 80 anos (SABE¹, 2018).

De acordo com IBGE (2019), no Brasil a expectativa de vida alcançou 76,3 anos em 2018, sendo a média representativa para os homens, 72,8 anos e para as mulheres, 79,9 anos, ressaltando-se que no caso dos longevos, acima de 80 anos, a proporção de mulheres é superior à dos homens.

---

¹ **SABE – Saúde, Bem-estar e Envelhecimento. Grupo de pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP.**

Figura 1 - Projeções da população idosa, Brasil, 2018

Fonte: IBGE, 2018

É possível verificar na pirâmide da **Figura 2**, que houve aumento da população idosa, entre 2012 e 2018, ao mesmo tempo em que ocorreu diminuição da população mais jovem, em idade ativa, observando-se a base da pirâmide.

Figura 2 - Pirâmide etária, Brasil, 2012 e 2018

Fonte: IBGE, 2018

Conforme dados do IBGE, a população de idosos deve representar 25,5% da população brasileira até 2060, conforme **Figuras 3 e 4**.

Figura 3 – Pirâmide etária absoluta, Brasil, projeção 2020

Fonte: IBGE, 2018

Figura 4 - Pirâmide etária absoluta, Brasil, projeção 2060

Fonte: IBGE, 2018

Comparando-se as pirâmides referentes às projeções para 2020 e para 2060, é possível verificar o considerável alargamento do topo, representando o aumento da população de idosos.

Villafuerte et al. (2011) destacam a importância das políticas públicas voltadas para idosos considerarem os pilares estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o envelhecimento ativo: saúde, participação e segurança, como prevenção aos riscos de adoecimento, dada a fragilidade pertinente a essa faixa etária.

Conforme a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2005, p. 14), esse processo pode envolver ações no cotidiano de modo a promover saúde e qualidade de vida, definida como:

[...]conceito muito amplo que incorpora de uma maneira complexa a saúde física de uma pessoa, seu estado psicológico, seu nível de dependência, suas relações sociais, suas crenças e sua relação com características proeminentes no ambiente.

Logo, observa-se a ampliação do conceito de saúde, além da ausência de doenças, considerando-se a influência de fatores como condições ambientais, emocionais, de renda, de acesso a bens e serviços, de alimentação adequada e de habitação (MAIO, 2016). Quanto à componente ambiental, destaca-se que a idade avançada é um fator de risco em relação à mortalidade associada ao calor e ao frio. Embora os resultados de estudos variem em relação à idade em que a vulnerabilidade aumenta, a maioria das pesquisas de séries temporais de base populacional mostra evidências de maior vulnerabilidade a doenças relacionadas ao calor em pessoas em faixa etária acima de 65 anos em comparação com outras idades (ROAF et al., 2005).

O acesso à moradia é fundamental para a segurança e bem-estar e pode ser viabilizado para a população idosa de baixa renda por meio de políticas públicas habitacionais. Porém, no Brasil, são visíveis os entraves como falta de recursos financeiros, gestão ineficiente, falta de interesse por parte do poder público, entre outros problemas de ordem político-econômica (MONTEIRO, 2012).

Conforme Costa et al. (2016), o aumento da expectativa de vida, assim como as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura familiar são fatores que levam ao aumento do número de pessoas idosas vivendo sozinhas. As redes familiares são atualmente menores, mais complexas e geograficamente mais dispersas, o que dificulta a provisão de cuidados para com os idosos.

No entanto, com o aumento da expectativa de vida no Brasil, há tendência de aumento da população idosa vivendo em situação de dependência e com isso, o *déficit* de políticas públicas habitacionais voltadas para idosos principalmente de baixa renda tende a se intensificar (MONTEIRO, 2012).

Conforme dados do IBGE (2016), verifica-se que as maiores porcentagens de idosos encontram-se nas regiões sul (15,9%) e sudeste (15,6%) e a menor na região norte (10,1%). O levantamento relacionado às condições de vida da população idosa no Brasil apontou o convívio em casal sem filhos (35,8%) como a situação mais comum, seguida da média de pessoas que vivem casadas com filhos (25,3%), os que vivem sozinhos (15,7%) e aqueles que vivem com parentes (9,9%).

Quanto às condições de mobilidade, 33% dos idosos relataram dificuldades para se deslocar sem ajuda de outra pessoa ou elemento auxiliar, contrapondo-se ao fato de o Censo Demográfico de 2010 ter constatado que 93,8% dos idosos residiam em

locais que não apresentavam rampa em seu entorno, nem calçada (24,2%) ou pavimentação (13,6%) (IBGE, 2016).

Na cidade de São Paulo, dos 1 milhão e 700 mil idosos, quase 5000 vivem sozinhos, média que vem aumentando, sendo composta principalmente por mulheres em idades mais avançadas. Trata-se de uma população, cuja parcela considerável apresenta duas ou mais doenças crônicas, assim como limitações funcionais e não têm a quem recorrer, logo, seria fundamental adequar seu ambiente para continuar vivendo sozinha com mais autonomia (SABE, 2018).

Assim, tendo em vista a tendência ao envelhecimento da população brasileira, é necessário incluir os idosos nas políticas públicas voltadas para habitação de interesse social, reforçando-se o oferecimento de serviços de assistência social. Dadas as dificuldades inerentes à faixa etária, muitos idosos acabam recorrendo a uma instituição de moradia que ofereça os cuidados necessários, seja por não receberem atenção por parte dos parentes, por dependerem de cuidados especiais ou por não terem condições para financiar um imóvel.

Dentro desse contexto, a seleção do caso de estudo para esta pesquisa baseou-se no fato de o objeto em questão envolver aspectos sociais e econômicos, assim como a componente climática enquanto aspecto ambiental. Por caracterizar-se como um programa de habitação social inovador, por estar localizado no bairro do Pari, região central da cidade de São Paulo, considerada como *ilha de calor*², a proposição desta pesquisa consistiu em avaliar a Vila dos Idosos, como estudo de caso. Embora não exista relação direta entre ilha de calor e a intensificação da sensação de calor da população, a pesquisa abordou medidas que podem amenizar as respostas térmicas do ambiente construído, de modo a proporcionar conforto térmico.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é avaliar as condições de acessibilidade, segurança e conforto ambiental do Conjunto Habitacional Vila dos Idosos do ponto de vista do ambiente construído, e estudar a percepção dos moradores quanto às condições locais de moradia. A finalidade do estudo foi identificar boas práticas e deficiências construtivas que resultaram na proposição de uma listagem de recursos que possibilitem melhorias construtivas em edificações adaptadas para idosos.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

---

²*Fenômeno caracterizado pela maior temperatura do ar em determinada região urbana em relação à temperatura de seus arredores, sendo consequência da promoção de padrões de uso do solo inadequados para a sustentabilidade urbana (BARROS e LOMBARDO, 2016).*

- Identificar as condições do Conjunto Habitacional Vila dos idosos quanto aos aspectos de acessibilidade, segurança e conforto ambiental do ponto de vista construtivo.
- Levantar a percepção dos moradores quanto às condições de moradia no conjunto habitacional, considerando-se aspectos de acessibilidade, segurança e conforto ambiental, como também aspectos de natureza social advindos da vivência no local.
- Identificar soluções técnicas que poderiam contribuir para a melhoria das condições de acessibilidade, segurança e conforto na Vila dos Idosos.
- Elencar soluções de projeto arquitetônico-construtivo que contribuam para maior autonomia dos idosos na residência, de modo a compor um referencial conceitual técnico para aplicação em futuros projetos de edificações dessa natureza.

1.4 MÉTODO

1.4.1. Tipo de pesquisa e objeto de estudo

Trata-se de pesquisa exploratória, adotando-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso. O objeto da pesquisa é o Conjunto Habitacional de Interesse Social Vila dos Idosos, selecionado por três aspectos de interesse: i) está situado na região central do município de São Paulo, caracterizada como ilha de calor forte (**Figura 5**); ii) trata-se de edificação específica para idosos, que residem em apartamentos ou em quitinetes sozinhos ou com acompanhante, em regime de locação social; e iii) disponibilização de dados sobre a obra pela Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), responsável pela edificação do conjunto e permissão de acesso ao local para inspeção técnica e entrevista com os moradores.

O estudo caracterizou-se como pesquisa qualitativa associada ao fato de que a ação humana não pode ser apreendida do ponto de vista quantitativo, devido à subjetividade atrelada aos aspectos conscientes ou inconscientes da mente das pessoas; ou intersubjetivos – ideias e crenças compartilhadas entre os atores inseridos em determinado contexto sociocultural (FRASER e GONDIM, 2004).

A ilha de calor urbana está relacionada ao uso e cobertura do solo, além de envolver fatores climáticos em sua complexidade. Nesse sentido, estudo desenvolvido por Barros e Lombardo (2016, p. 162) buscou “*apresentar cartograficamente a relação espacial entre os distintos padrões de uso e cobertura do solo e suas respostas térmicas*” para verificar a conformação espacial do fenômeno da ilha de calor urbana no Município de São Paulo. Logo, nos eixos de ilha de calor forte, que também abrangem o bairro do Pari, foi observado baixo índice de arborização, usos predominantes de armazéns, comércio e serviços e uso residencial (BARROS e LOMBARDO, 2016).

Figura 5 - Mapa do uso do solo e classificação termal do município de São Paulo, destaque da localização da Vila dos Idosos

Fonte: Barros e Lombardo, 2016

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Esse Conjunto Habitacional, cuja vista aérea é demonstrada na **Figura 6**, foi viabilizado a partir de política pública municipal, e apresenta outras características que tornaram este programa habitacional inovador: i) a implantação do empreendimento se deu em área central da cidade e o projeto foi desenvolvido especificamente para o terreno em questão, contrariamente à maioria das obras de Habitação de Interesse Social, cujos projetos são replicados e implantados geralmente em áreas periféricas; ii) os apartamentos são usufruídos pelas famílias em sistema de arrendamento, sendo parte do aluguel subsidiado pela própria prefeitura; e iii) provisão de assistencialismo aos idosos por parte do órgão público em termos de segurança, zeladoria, cuidados psicológicos e médicos.

Segundo Chizzotti (2006), o estudo de caso está associado à investigação de um objeto de estudo, com o intuito de se captar dados relevantes de modo a esclarecer questões referentes à temática abordada e pode ser estruturado em quatro etapas: seleção do caso e verificação de acesso, registros de campo, organização dos dados e relato (CHIZZOTTI, 2006). O autor cita a definição de estudo de caso dada por Stake (1994, p. 236) “[...] a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais e não pelo método de pesquisa usado”.

Figura 6 – Vista aérea da Vila dos Idosos e da Biblioteca Pública

Fonte: São Paulo, S/D

Por isso o estudo de caso é adequado em estudos exploratórios no qual se pretende identificar o contexto do objeto de estudo, aplicar instrumentos de pesquisa, como questionário e testar hipóteses. A investigação de um objeto pode manifestar realidades universais, embora se considerando as peculiaridades, visto que nenhum caso é um fato isolado (CHIZZOTTI, 2006).

1.4.2 Revisão bibliográfica e revisão documental

Foi realizada revisão bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico foi realizado principalmente nas bases PubMed e Dedalus, com as palavras-chave habitação, pessoa idosa e saúde ambiental, (português e inglês), nos últimos 35 anos. Foram também considerados livros da área e outras dissertações com conteúdo relevante para esta pesquisa.

Quanto à análise documental, foi disponibilizada pela equipe da COHAB uma apresentação em *power point* referente a outras políticas públicas relacionadas à habitação para idosos, implementadas no município de São Paulo a partir do Programa de Locação Social.

Além disso, a COHAB disponibilizou dados que foram fundamentais principalmente para a análise técnica, como o memorial descritivo da obra, o projeto executivo de arquitetura e instalações, imagens de maquete eletrônica e fotografias do local.

1.4.3 Coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de dois procedimentos: i) visita técnica de inspeção ao conjunto habitacional, com anotação de campo e registro fotográfico; e ii) entrevista com moradores do conjunto habitacional com base em roteiro de entrevista semiestruturado.

O objetivo da visita técnica consistiu na avaliação do Conjunto Habitacional Vila dos Idosos em relação aos aspectos construtivos referentes à acessibilidade,

conforto e segurança. Foram realizadas observações *in loco*, anotações em caderno, registros fotográficos, medições, como por exemplo, da largura das áreas de circulação, largura das portas, altura e largura dos vitrôs. Esses procedimentos tiveram como intuito verificar quanto ao atendimento às normas técnicas de acessibilidade NBR 9050/2020 e NBR 16.537/2016, considerando-se fatores que podem proporcionar risco de queda ou de ferimento aos idosos, como desníveis, saliências no piso, assim como as condições das áreas de circulação relacionadas ao suporte para conforto e segurança. Além disso, considerou-se aspectos como insolação, ventilação e iluminação interna. Foram realizadas quatro visitas em 2019, nos meses de fevereiro, março, maio e outubro para observações, registros fotográficos e anotações quanto aos aspectos construtivos.

Após a permissão concedida, em novembro, pelo Comitê de Ética para a realização das entrevistas, foram realizadas oito visitas entre os meses de novembro de 2019 e janeiro de 2020, que foram aproveitadas tanto para avaliação técnica como para entrevistas junto aos moradores. As visitas ao conjunto habitacional foram autorizadas pelas equipes da COHAB e da Secretaria da Habitação (SEHAB) da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP).

O objetivo das entrevistas foi investigar o suporte oferecido aos moradores quanto à acessibilidade, conforto e segurança na unidade de moradia, no conjunto habitacional e na área externa, além de aspectos referentes à sociabilidade. Logo, o objetivo das entrevistas foi levantar a percepção dos moradores em relação às condições locais de moradia.

A entrevista é uma importante ferramenta de investigação para a pesquisa qualitativa e está atrelada ao interesse em investigar a maneira do indivíduo de interpretar fatos e compreender seu arredor, a partir do diálogo, conforme Albarello et al. (1995), valorizando-se o discurso (FRASER e GONDIM, 2004). Trata-se de um diálogo dirigido com um propósito específico. Uma das vantagens da aplicação dessa técnica é estabelecer a relação intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado e a flexibilização no processo de investigação e na avaliação dos resultados (FRASER e GONDIM, 2004).

Visto que a entrevista é permeada pela subjetividade, inerente à essência humana, não é possível se obter dados facilmente identificáveis e comparáveis. No entanto, o intuito dessa técnica de exploração é que se tenha a maior objetividade possível (ALBARELLO et al., 1995).

Para a análise de percepção dos moradores quanto às condições de moradia, a coleta de dados se deu a partir de entrevistas, sendo o instrumento de coleta um roteiro de entrevista semiestruturado (Anexo A), elaborado a partir de revisão bibliográfica, com foco nos aspectos de acessibilidade, conforto e segurança, o qual foi aplicado pela própria pesquisadora. Foi estruturado considerando-se a caracterização do participante, composto de perguntas generalistas a respeito da sensação de habitar o local e da percepção em relação aos diversos ambientes, perguntas relacionadas a conforto

térmico, acessibilidade e segurança e também sobre os espaços comuns, como salão de festas, salão de jogos, entorno do espelho d'água e praça da recepção. O roteiro de entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) foram aprovados pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo no processo nº15179319.9.0000.5421.

A seleção de participantes foi restrita aos próprios moradores do conjunto habitacional, utilizando-se como critério de diversificação o fato de suas respectivas unidades de moradia localizarem-se em diferentes locais do edifício, portanto com exposição variada a fatores ambientais como insolação e ventilação. A seleção considerou as diferentes unidades habitacionais, quitinetes e apartamentos, adaptados e não adaptados para pessoa com mobilidade reduzida. Os moradores foram entrevistados individualmente, sendo homens e mulheres de diferentes idades, porém acima de 60 anos.

Visto que se trata de estudo qualitativo, a seleção de entrevistados resultou da possibilidade de acesso aos moradores, ou seja, da concordância para a concessão da entrevista. Por se tratar de um conjunto de moradias autônomas, a equipe da COHAB autorizou o acesso da entrevistadora ao local, mas não houve interferência nas entrevistas, o que dependeu do aceite de cada morador.

A abordagem dos moradores para as entrevistas foi aleatória; alguns moradores foram abordados na área de circulação do edifício e na área externa e foram indagados a respeito da possibilidade da entrevista. Outros foram abordados quando a porta do apartamento encontrava-se aberta ou semiaberta. Não se buscou contato com moradores batendo em porta fechada para evitar incomodá-los em momento de descanso. Logo, em dias frios, quando a maioria dos usuários acabou fechando a porta da residência, foi mais difícil realizar as entrevistas. O critério para finalização das entrevistas foi o da saturação, quando as informações começaram a se repetir.

No total, foram entrevistados 23 moradores, cujas unidades de moradia que tiveram seus moradores entrevistados encontram-se destacadas nas plantas baixas de cada pavimento do conjunto habitacional, no capítulo referente a resultados.

1.4.4 Análise de dados

Os dados disponibilizados pela COHAB e os coletados em campo foram utilizados para a análise técnica do Conjunto Habitacional Vila dos Idosos, quanto aos aspectos de acessibilidade, segurança e conforto.

A análise do projeto executivo de arquitetura permitiu verificar as condições internas dos apartamentos e quitinetes quanto à salubridade, conforto e acessibilidade, a partir da análise da área das aberturas e orientação solar, como também da área necessária para o giro de cadeira de rodas. A partir dos registros fotográficos, foi possível comparar as condições locais com o que estabelecem as normas técnicas e resoluções relacionadas à acessibilidade e segurança.

Para a análise da percepção dos moradores quanto às condições locais de moradia, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo das entrevistas. Conforme Laville e Dionne (1999, p. 214) “[...] o princípio da análise de conteúdo: consiste em *desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação*”. Nesse caso, o pesquisador define a maneira como irá decompor o conteúdo, a partir do recorte e agrupamento dos elementos, e a seguir recompô-lo, visando-se o surgimento de sua significação (LAVILLE e DIONNE, 1999).

Logo, a análise de conteúdo não é considerada um método rígido, visto que constitui um conjunto de maneiras viáveis para a revelação do sentido de determinado conteúdo, sendo possível apenas descrever fases, que na prática, podem se entremear (LAVILLE e DIONNE, 1999).

Optou-se nesta pesquisa pelo método de análise de conteúdo considerando-se como referência Bardin (2004). Esse método consiste, em resumo, na leitura exaustiva e flutuante das entrevistas escritas, codificação do conteúdo ou elaboração das unidades de registro, seguida da categorização e, por último, a análise das categorias.

Conforme Bardin (2004), as respostas obtidas em entrevistas podem ser consideradas uma fala espontânea, permeada pela subjetividade, associada às emoções que emergem do inconsciente. Assim, “certa realidade” é insinuada a partir da linguagem, com meios próprios de expressões, caracterizando portanto, “*um discurso marcado pela multidimensionalidade das significações expressadas [...]*” (BARDIN, 2004, p. 90).

Nesse sentido, a autora cita o desafio colocado por Michelat (1975 apud BARDIN, 2004, p. 90): “*como utilizar a singularidade individual para alcançar o social?*” e responde “[...] o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo” (BARDIN, 2004, p. 41).

Considerando-se a descrição como a primeira etapa e a interpretação como a última, a inferência é a etapa intermediária. Assim, a intenção do pesquisador é “*poder inferir algo, através dessas palavras, a propósito de uma realidade*” (BARDIN, 2004, p. 90). Nesse sentido, “*trata-se de procurar a estruturação específica, a dinâmica pessoal, que, por detrás da torrente de palavras, rege o processo mental do entrevistado*” (BARDIN, 2004, p. 93).

Conforme Bardin (2004, p. 44), a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Assim, “o pesquisador parte com certo número de unidades, agrupando as de significação aproximada, para obter um primeiro conjunto de categorias rudimentares” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 219).

Em outras palavras, o analista define as unidades de codificação, que podem ser a palavra ou a frase e ao se verificar “*referenciação do sentido dos elementos codificados, necessário é que se definam unidades de contexto, superiores à unidade de codificação, as quais [...] permitem, contudo, compreender a significação dos itens obtidos [...]*” recolocando-os em seu enredo (BARDIN, 2004, p.38).

Logo após, segundo Bardin (2004, p. 91), o analista “[...] *pode, certamente, proceder a uma análise de conteúdo clássica, com grelha de análise categorial, privilegiando a repetição de frequência dos temas, com todas as entrevistas juntas*”.

Segundo a autora, a “*análise categorial*” consiste, portanto, na “*classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem*”. Logo, esse tipo de análise consiste em classificar os elementos baseando-se em critérios, com o intuito de conferir um sentido para organizar a análise (BARDIN, 2004, p. 39).

É possível criticar o que foi elaborado, questionando se cada unidade de registro está adequada à categoria na qual foi inserida, o que pode levar ao remanejo das categorias até se assumir as categorias de forma definitiva (LAVILLE e DIONNE, 1999).

Assim, a autora esclarece a técnica do ponto de vista do analista:

A tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura à letra, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano (BARDIN, 2004, p. 43).

Logo, com base na técnica de Bardin (2004) foi realizada a codificação do conteúdo das entrevistas e em seguida, a subdivisão dos temas em categorias, considerando-se a frequência de repetição e a análise das categorias, apresentada no capítulo referente aos resultados.

1.4.5 Produto da Pesquisa

Soluções relativas a aspectos de segurança, acessibilidade e conforto na habitação, para viabilizar maior autonomia para idosos, foram levantadas em revisão bibliográfica e sistematizadas. Posteriormente, foram realizadas: i) avaliação técnica do Conjunto Habitacional Vila dos Idosos em relação a esses aspectos e ii) análise de percepção de moradores quanto às condições de moradia, o que permitiu conferir maior

importância a essas soluções, no sentido de se atentar para detalhes e propor execução cuidadosa.

As soluções técnicas levantadas durante a pesquisa foram disponibilizadas em um *site* de livre acesso, caracterizando um catálogo *online*. Essa ferramenta poderá servir como referência de consulta para idosos, pessoas cuidadoras de idosos e responsáveis por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) que optem por adaptar a residência para proporcionar maior autonomia e bem-estar ao morador ou que pretendam desenvolver novos projetos de habitação voltada para idosos.

O *link* do catálogo *online* será ancorado no *site* do grupo de pesquisas Saúde, Bem-estar e Envelhecimento (SABE) da Faculdade de Saúde Pública da USP, que apresentará um dos ícones com pesquisas relacionadas a idosos. Embora esse grupo tenha realizado o inquérito nacional das ILPI's, envolve pessoas idosas que vivem em suas próprias residências. Logo, o catálogo *online* caracterizará um material informativo e estará disponível para consulta através desta dissertação e através do *site* do SABE.

O *link* do *site* também será disponibilizado à COHAB, servindo como referência de consulta a futuros projetos de habitação voltada para idosos.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 MUITAS VELHICES

O envelhecimento não é uma categoria abstrata e genérica que se aplica a todas as sociedades e estratos sociais, embora se saiba que se trata de um processo biológico, é importante questionar o que é ser velho. Refletir sobre o envelhecimento implica em refletir sobre a sociedade em que se vive e sobre a humanidade, percebendo-se que existem inúmeras velhices (COUTRIM, 2006).

Nesse sentido, Bestetti (2006) afirma que analisar o processo de envelhecimento significa considerar o contexto do cotidiano do indivíduo, como qualidade de vida, desgaste físico e emocional, além de sua própria personalidade.

Lessa (1998, p.205 apud MAIO, 2016, p.28) ressalta a importância de compreender o envelhecimento como um processo contínuo, não sendo desencadeado a partir dos 60 anos, sendo esta faixa etária interpretada como um marco temporal para definir políticas públicas. Nesse sentido, cita-se a fala do autor:

O envelhecimento não começa repentinamente aos sessenta anos, mas consiste no acúmulo de interações de processos sociais, biológicos e do comportamento durante toda a vida, de modo que um indivíduo com menos de sessenta anos pode ser considerado um idoso do ponto de vista orgânico, mental e intelectual, ao passo que um septuagenário ou octogenário pode até ter todas essas funções preservadas, mesmo uma mentalidade coesa com as demais gerações, cabendo-lhe a designação de idoso apenas por sua idade cronológica.

A velhice é constituída de atributos biológicos e sociais e não pode ser interpretada como uma categoria única, abstrata, desprovida de pressupostos econômicos, sociais e históricos, portanto, o ideal seria falar a respeito das velhices. Atualmente é possível observar os diversos perfis de idosos: os pobres, os ricos, das camadas médias, os inválidos, os que se mantêm ativos no trabalho e no lazer, os que habitam a zona rural, os que vivem nas cidades, os excluídos, os chefes de domicílio, entre outros (COUTRIM, 2006).

Pesquisadores como sociólogos, antropólogos e historiadores buscam desconstruir o conceito de velhice, questionando se a sociedade envelhece igualmente, o quão determinante é para o indivíduo a idade de 60 ou 65 anos, quem pode ser considerado velho e quem pode ser considerado jovem, se o conceito de velhice é o mesmo em todas as sociedades (COUTRIM, 2006).

As divisões entre as idades podem ser arbitrárias, uma criança de cinco anos pode considerar uma pessoa de 40 velha, já um idoso de 80 anos pode considerar um outro de 60 jovem (COUTRIM, 2006). Nesse sentido Bestetti (2006, p. 114) cita um

comentário da escritora Simone de Beauvoir: “o envelhecimento e a velhice aparecem com maior clareza aos olhos dos outros do que aos olhos de nós mesmos”.

Bestetti (2006) cita a análise da gerontóloga Elvira C. e Mello Wagner quanto à diferenciação do envelhecimento em várias idades. Além da escala cronológica, existe a idade biológica, determinada pela herança genética, associada a mudanças hormonais, fisiológicas, anatômicas e bioquímicas do organismo. A idade social está relacionada às crenças e eventos sociais. Já a idade psicológica pode ser influenciada pelas alterações comportamentais decorrentes das alterações biológicas, como também pelas expectativas sociais e por componentes individuais de personalidade.

Entretanto, especialistas da área da gerontologia tendem a massificar e generalizar o conceito de velhice. A apropriação do termo terceira idade se tornou hegemônica, assim como as normas e condutas que visam orientar esta etapa da vida (COUTRIM, 2006). Esse termo surgiu a partir da percepção de especialistas a respeito da atuação social que os idosos poderiam exercer nas sociedades capitalistas (LENOIR, 1988 apud COUTRIM, 2006).

O status e o prestígio dos idosos, assim como as experiências de envelhecimento variam enormemente de uma cultura para outra. Algumas culturas respeitam seus idosos, outras consideram apenas aqueles que mantêm boa saúde e poder sobre os mais jovens (BEAUVOIR, 1976; KIMMEL, 1980 apud COUTRIM, 2006). Simões (1994 apud BESTETTI, 2006) complementa afirmando que os orientais valorizam os idosos e os integram à vida social, por os considerarem sábios.

No entanto, as pessoas idosas nunca tiveram tão pouca influência e foram tão pouco admiradas pela sociedade como atualmente, com o enaltecimento da juventude. Houve uma inversão, os anciões, considerados pessoas experientes e sábias, foram sempre louvados e mais valorizados em qualquer sociedade (NEVES, 2000).

Bestetti (2006) observa na sociedade em que vivemos um preconceito físico e social do envelhecimento, ou seja, o que é antigo tende a ser desvalorizado, seja um ser humano ou um objeto, a tendência é visar à substituição pelo mais novo e moderno. Em tempos de consumo e avanço tecnológico, há uma recusa em se tornar mais velho, há o medo da velhice, o que era natural, passou a ser considerado como uma ameaça (NEVES, 2000).

O envelhecimento se deve aos avanços na medicina e às melhores condições de vida. Porém, ao mesmo tempo em que melhoraram suas condições de vida, os idosos perderam sua valorização perante a sociedade (NEVES, 2000). Esse fato pode ser associado à solidão em que vivem muitos idosos.

O avanço da sociedade moderna pode ter implicado na acentuação da solidão dos idosos, visto que o convívio familiar, que era intenso nas aldeias e vilarejos nas sociedades pré-industriais, se enfraqueceu nas cidades industriais. Tal alteração acarretou na falta de auxílio mútuo entre familiares, ou seja, uma nova consciência

moral passou a requerer do indivíduo autocuidado e mais autocontrole (ELIAS, 1987 apud COUTRIM, 2006).

Nesse sentido, Coutrim (2006) afirma que esse processo de individualização e de autorresponsabilidade é característico da velhice nas sociedades industriais, nas quais os meios de informações caracterizam a velhice ativa, responsabilizando o próprio idoso pelo sucesso ou fracasso de seu envelhecimento. Nesse contexto, Mascaró (1997 apud BESTETTI, 2006) complementa afirmando que a sociedade atual valoriza os idosos que relutam em se aposentar, fazem projetos para o futuro e permanecem ativos.

Logo, o envelhecimento bem-sucedido seria consequência de precauções ao longo da vida e fragilidades seriam motivo de culpabilização do indivíduo, o que caracteriza a “reprivatização da velhice”, um conceito que retrata a cultura individualista. Nesse sentido, caberia a exclusão da velhice da agenda pública (BRASIL, 2013a apud MAIO, 2016).

Sob esse ponto de vista, Maio (2016) afirma que algumas ações de promoção da saúde responsabilizam totalmente o indivíduo por seu estado de saúde, desconsiderando a influência do meio. Entretanto, Dallari (2009, p.12 apud MAIO, 2016, p.34) ressalta:

Ninguém pode, portanto, ser individualmente responsável por sua saúde. Com efeito, o aparecimento de doenças pode estar ligado mais diretamente a características e fatores individuais, embora não deixe de apresentar traços que o liguem à organização social ou política. A maior força dos fatores e características ambientais, econômicas e sociopolíticas fica evidente nas doenças transmissíveis, onde existe uma ameaça à saúde de toda a população e as pessoas individualmente pouco podem fazer para se protegerem [...]

Valins (1988) cita visões otimistas a respeito do envelhecimento, destacando-se o comentário da médica Dra. Anne Roberts, que atesta que não é normal a debilidade mental no processo de envelhecimento, a não ser um leve declínio na memória, mesmo se considerando pessoas com idade superior a 80 anos. Segundo a médica, quatro em cada cinco idosos podem não sofrer perda significativa de capacidade mental e devem ser considerados adultos plenamente capazes de se cuidar.

O autor destaca também o comentário do Dr. M. Powell Lawton, que afirma que o envelhecimento não precisa ser visto como um período de potencial deterioração física, nem se pode responsabilizar o idoso por tal situação (VALINS, 1988).

Ainda sob o olhar da saúde, Almeida Prado (2003 apud BESTETTI, 2006) afirma que a velhice saudável depende da interação com o meio, em constante transformação, considerando-se vários aspectos como a própria saúde, laços familiares, emprego, integração social, situação conjugal. A integração na sociedade e participação em atividades são ações importantes para um envelhecimento bem sucedido.

Nesse sentido, Maio (2016) apresenta um quadro esquemático (**Quadro 1**) referente às variáveis que influenciam o processo de envelhecimento.

Quadro 1 – Características do processo de envelhecimento dos brasileiros

Fonte: COSAPI/DAET/SAS/MS'3, 2014 (BRASIL, 2015 apud MAIO, 2016, p.40)

Assim, tendo em vista a influência dos hábitos e qualidade de vida no processo de envelhecimento, é plausível observar notável avanço em relação a estímulos à interação social dos idosos. Coutrim (2006) afirma que nos anos 1950 ser uma pessoa idosa significava, principalmente para as mulheres, manter uma conduta de recato e atualmente, os especialistas recomendam para a terceira idade a dança e o exercício físico, independentemente do sexo e do estado civil. Bestetti (2006) complementa que a atividade física é importante tanto para a mente quanto para o corpo até mesmo no caso de idosos com idade mais avançada.

Muitos avanços foram realizados no sentido de oferecimento de amparo aos idosos, proporcionando de maneira geral melhoria na qualidade de vida, comparando-se com as condições de anos atrás. No entanto, há muitos problemas a serem resolvidos, tendo em vista o aumento da longevidade e a necessidade de se estabelecer equilíbrio entre a demanda e o oferecimento de cuidados, instituições de moradia e apoio (NEVES, 2000).

2.2 OS PORQUÊS DA NECESSIDADE DE CUIDADOS PARA COM OS IDOSOS

Embora seja possível para muitas pessoas envelhecer de maneira saudável, o envelhecimento é visto por muitos especialistas geralmente sob a ótica da decadência física, que pode ser suavizada a partir da aplicação dos preceitos médicos e técnicos, visando atenuar as dificuldades físicas nessa fase da vida. O chamado envelhecimento bem-sucedido seria viabilizado oferecendo, aos idosos, autonomia e controle de doenças que afetam representativa parcela dessa população (COUTRIM, 2006).

Saúde mais precária, perda de renda e papéis sociais são freqüentemente acompanhados por uma redução na "esfera de atividade", onde as conexões com a comunidade se tornam cada vez mais limitadas. Isso pode ser um resultado das circunstâncias que cercam o processo de envelhecimento, ao invés de uma escolha consciente (CARSTENS, 1993).

Nesse sentido, Bestetti (2006) comenta que essa fase da vida é marcada pela aposentadoria, que, apesar de proporcionar a sensação de dever cumprido, acaba conferindo também o tédio, visto que o indivíduo passa a não mais integrar a classe ativa, em ambientes de trabalho, que estimulam a sociabilidade.

As transformações naturais do corpo são mais limitadoras na velhice, entre elas a deficiência motora, com o decréscimo da força nas mãos e pernas, deficiências sensoriais e cognitivas, como a queda da eficiência da visão, da audição e dificuldades com a fala demandam cuidados específicos ao idoso (IGIMA, 2009).

Belfort Jr (2010) comenta que os idosos têm uma noção de tempo diferente e a comunicação acaba ficando mais lenta. No caso do idoso com problema ocular, a comunicação visual diminui, pois cerca de 80% da comunicação social acontece por meio dos olhos.

Com o aumento da expectativa de vida, houve o aumento do número de pessoas com diabetes e conseqüentemente, mais casos de complicações oculares relacionadas não somente a essa doença, como também a transplantes de órgãos e doenças que antigamente causavam a morte do paciente e agora se tornaram crônicas (BELFORT JR, 2010).

Quevedo (2002) complementa citando algumas anomalias oculares que geralmente atingem pessoas idosas, como a hipermetropia, degeneração macular e a catarata, que aumentam a sensibilidade à luz, no caso da última anomalia ocorre alteração na percepção da cor devido ao amarelamento das lentes; e o glaucoma, que dificulta a visualização de objetos em movimento.

Bestetti (2006) complementa afirmando que a acuidade visual tende a piorar com o avanço da idade, chegando a menos da metade por volta dos 80 anos de idade e o amarelamento do cristalino acarreta na dificuldade em distinguir as cores verde, azul e violeta.

Bestetti (2006) cita as principais doenças do idoso: a hipertensão arterial, diabetes e a arteriosclerose, que podem ser evitadas quando o indivíduo vivencia os períodos da juventude e maturidade de maneira equilibrada. Os idosos têm geralmente uma ou mais doenças associadas e principalmente as doenças articulares impactam na independência funcional das pessoas idosas (SABE, 2018).

No entanto, as pessoas idosas adoecem lentamente, por isso seus sintomas são difíceis de detectar e, desse modo, o processo de envelhecimento se confunde com a doença. Quando adoecem, se não houver diagnóstico rapidamente, algo curável pode se

tornar irreversível ou demandar mais tempo e cuidados para a recuperação (VALINS, 1988).

O estilo de vida nas grandes cidades acaba dificultado esse processo, por induzir as pessoas ao sedentarismo, considerando-se a demanda de muito tempo para deslocamento no cotidiano, utilização de elevadores, ao invés de escadas, pesada rotina de trabalho, exigindo muita persistência para as pessoas se dedicarem à saúde física e mental.

De acordo com pesquisa de coorte realizada entre 2015 e 2017 no município de São Paulo, foi verificado que, em 2017, 54,8% da população idosa sofria com hipertensão. Em segundo lugar, 32,9% dos idosos eram acometidos pela doença articular, que não mata, mas afeta a mobilidade, causando dificuldades para se locomover, para sentar e para levantar (SABE, 2018).

Já a fragilidade é passível de reversão, uma condição que pode ser trabalhada para que a pessoa possa ter expectativa de uma vida mais saudável. Em relação à população idosa no município de São Paulo, 25% não é considerada frágil, 39,9% é considerada pré frágil e 35,1% é considerada frágil, sendo os dados referentes ao ano de 2017 (SABE, 2018).

O declínio do desempenho psicomotor causa o retardo do tempo de reação, diminuição da capacidade de memorizar e de se orientar espacialmente, dificultando a execução das atividades cotidianas (IGIMA, 2009).

A debilidade mental é um fator complexo, visto que requer cuidados especiais. Conforme Igima (2009), o declínio de memória e dos níveis de atenção é maior entre os idosos com idade superior a 80 anos, com menor nível de escolaridade e pouco envolvimento em atividades de lazer. Valins (1988) comenta a respeito dos tipos de demência, citando primeiramente a condição conhecida como doença de Alzheimer, que pode ocorrer a partir dos 50 anos e causa profunda deterioração mental, sendo mais comum acometer mulheres do que homens.

O Relatório Mundial de Alzheimer publicado em 2014 afirma que a demência, incluindo a Doença de Alzheimer é um dos maiores desafios na área da saúde pública na atualidade (ADI, 2014 apud MAIO, 2016). De acordo com Teixeira et al. (2015, p. 2 apud MAIO, 2016, p. 38), a Doença de Alzheimer:

[...] a principal causa de dependência funcional, institucionalização e mortalidade entre a população idosa, está associada a vários fatores de risco como doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes e hiperlipidemia.

Fatores como idade, depressão, baixa escolaridade e alterações genéticas podem estar associados ao aumento da incidência da doença de Alzheimer, com a qual estavam vivendo cerca de 35 milhões de pessoas no mundo em 2016. Portanto, os

países deveriam priorizar o oferecimento de um sistema de cuidado de longa duração, visto que esse número pode dobrar até 2030 e triplicar até 2050 (MAIO, 2016).

Outro tipo de demência afeta mais homens, principalmente a partir dos 70 anos, e está relacionada às condições do sangue, se caracterizando como sintomas: perda de memória e da capacidade de raciocinar com clareza, perda de inibições, perda de função emocional e controle, perda de capacidade de fazer conexões, ou seja, prever as consequências de suas ações (VALINS, 1988).

Limitação física, psíquica ou intelectual caracterizam a situação de dependência, que passa a requerer apoio por parte de terceiros devido à impossibilidade do indivíduo realizar sozinho atividades do cotidiano (MAIO, 2016).

Conforme Maio (2016), com o intuito de verificar a relação doença/desordem nas funções do organismo e seu impacto no desempenho das atividades dos indivíduos no cotidiano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elaborou uma Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Nesse sentido, a mesma autora apresenta a avaliação do grau de dificuldade dos idosos para realizar as atividades cotidianas, agrupando-as em Atividades Básicas de Vida Diária (ABVDs): comer, se higienizar, controlar as necessidades fisiológicas, se vestir; e Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs), como fazer compras, se medicar, utilizar aparelhos domésticos, administrar suas finanças (MAIO, 2016).

Alves (2007 apud MAIO, 2016) alerta para a tendência do aumento do número de idosos com doenças crônicas e consequentemente incapazes para as ABVDs e /ou para as AIVDs, principalmente se não houver o controle dessas doenças, conforme **Quadro 2**.

Quadro 2 - Pessoas com dependência moderada/severa: cuidados diários, por grupo de idade, 2000-2050, América Latina e Caribe, 2012.

Fonte: Adaptado de Cepal, 2012 (apud MAIO, 2016, p. 39)

O aumento do percentual de limitações, afeta a capacidade funcional, ocasionando, portanto, a necessidade de ajuda para a execução das atividades rotineiras. A necessidade de apoio pode ocorrer por motivos variados, como por exemplo, na cidade de São Paulo 30% de 1 milhão e 700 mil idosos não têm dentes, o que prejudica a alimentação (SABE, 2018).

Quanto às AIVDs, o grupo SABE (2018) levantou dados impactantes: 46% da população idosa em São Paulo tem dificuldades em pelo menos uma AIVD, ou seja, quase 800.000 pessoas. Nesse caso a qualidade de vida é muito prejudicada, na medida em que, citando-se exemplos, a dificuldade de se vestir pode levar a pessoa a evitar sair de casa, a dificuldade de calçar os sapatos leva o idoso a usar chinelos, o que aumenta o risco de queda (SABE, 2018).

Outros dados referentes à cidade de São Paulo reforçam a necessidade de cuidados de longa duração, dadas as dificuldades no cotidiano: 18% da população idosa ou em média 340 mil pessoas não conseguem utilizar o transporte público, 16,8% não consegue fazer compras, 8,3% tem dificuldade para usar o telefone, 12,7% tem dificuldade para tomar remédio, no entanto doenças crônicas são controladas com o uso de medicação, 11,9% tem dificuldade de administrar o próprio dinheiro, 11,9% tem dificuldade de fazer tarefas leves domésticas (SABE, 2018).

Quanto à dificuldade no desempenho das ABVDs, 28% da população idosa da cidade de São Paulo, ou seja, quase 450 mil pessoas precisam de um cuidador. 11% dos idosos têm dificuldade de andar curtas distâncias, 20% tem dificuldade para se vestir. 14,4% dos idosos tem dificuldade para sentar e levantar (SABE, 2018).

Dados levantados pelo SABE (2018) indicaram também que as condições das mulheres são piores em relação às ABVDs e AIVDs, porém, elas estão em maior número morando sozinhas. O cuidado por parte da família, independente do arranjo familiar, não é superior a 50% da necessidade do idoso (SABE, 2018).

A necessidade de cuidados para com a pessoa idosa é uma questão de sobrevivência com qualidade. Trata-se de uma questão de política pública e não de questão corporativa, lembrando-se principalmente das pessoas em situação de vulnerabilidade. A dimensão funcional da saúde assume importância crucial na velhice, mas ainda não foi assimilada pelas equipes de saúde (SABE, 2018).

Devido à incapacidade ou por não sair para trabalhar, a vida do idoso torna-se centrada no lar. Portanto, a importância da adequação da casa, a acomodação especialmente projetada para viabilizar bem-estar, atentando-se ao contexto de que muitas pessoas desejam permanecer em suas casas enquanto forem fisicamente ou mentalmente capazes. É fundamental adaptar o ambiente de moradia do idoso para atenuar a dificuldade de lidar com as fragilidades, conferindo a ele mais qualidade de vida (VALINS, 1988).

2.2.1 Cuidar de idosos... É função de quem?

Na época em que grande parte da população trabalhava na agricultura, era comum se reportar aos mais velhos para solucionar problemas, portanto, se mantinham úteis na comunidade, ao mesmo tempo em que contribuíam para a preservação da memória e tradições locais. No entanto, a racionalidade característica da atualidade rompeu com a estrutura tradicional, deixando o idoso sem respostas para questões existenciais, o que implicou em sua desvalorização (SANTOS e ENCARNACÃO, 1997 apud MAIO, 2016).

Na maioria dos países ocidentais o pai exercia a função de mantenedor do núcleo familiar e o papel de cuidadora cabia à mãe, que era responsável por zelar pelos filhos, pelos mais velhos e pelo lar, considerando-se as relações de gênero historicamente construídas. A partir do século XIX, com a industrialização e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a função do cuidado passou a não ser mais delegada exclusivamente às mulheres (MAIO, 2016).

Também é atribuída aos filhos a obrigação de cuidar de seus pais, construção histórica baseada no fato de existir bom relacionamento entre as gerações. No entanto, é comum a ocorrência de conflitos familiares, que ocasiona o abandono do lar por um dos cônjuges, o que acaba implicando em dependência de cuidados por parte de terceiros (MINAYO; COIMBRA JÚNIOR, 2002 apud MAIO, 2016).

De acordo com Camarano (2007) transformações acentuadas nos arranjos familiares podem enfraquecer os vínculos de apoio intergeracionais, alterando as formas de cuidado às pessoas idosas. Generalizando-se, atualmente as famílias têm dificuldades de assumir os cuidados necessários, seja por falta de condições financeiras, ausência de parentes, pela diminuição do número de filhos e pela atuação das mulheres no mercado de trabalho (MINAYO; COIMBRA JUNIOR, 2002; CAMARANO, 2010).

Entretanto, Maio (2016) cita dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2009) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010a) destacando que a pessoa idosa contribuía na época das pesquisas com 54,8% da renda em lares nos quais era chefe ou cônjuge. Assim, observa-se que os novos profissionais continuam dependendo financeiramente por parte dos mais velhos e esses, mesmo necessitando de cuidados, têm assumido o papel de provedores.

Esse fato é consequência de haver muitos jovens desempregados ou subempregados, que acabam saindo de casa já adultos. Assim, o aumento da expectativa de vida e também as novas configurações do mercado de trabalho tornaram comum atualmente várias gerações conviverem num mesmo domicílio (BRASIL, 2013b apud MAIO, 2016).

A legislação brasileira enfatiza a família como responsável pelos cuidados aos idosos, citando-se como exemplo a Constituição Federal de 1988, mantendo-se o mesmo posicionamento na Política Nacional do Idoso, de 1994 e no Estatuto do Idoso

de 2003, preconizando como preferencial o atendimento aos idosos em seus lares. No geral, quem necessita de cuidado em tempo integral são os idosos em idade avançada, mais debilitados, com comprometimento físico e/ou mental, de baixa renda e sem parentes próximos (CAMARANO, 2007).

Logo, dada a tendência ao aumento da população idosa, é esperado o aumento do número de idosos dependentes de cuidados, assim como a diminuição do número de cuidadores familiares, o que leva à indagação se seria papel do Poder Público oferecer esse tipo de suporte (SABE, 2018).

Camarano (2007) afirma que não necessariamente o cuidado despendido por parte de familiares ao idoso é apropriado, considerando-se relatos de maus-tratos, como também evidências que apontam redução da confiança por parte de pessoas mais velhas para receberem os cuidados de seus filhos.

A maioria da população idosa brasileira é independente, mas 25% dessa população precisa de cuidados, ou seja, quase 30 milhões de pessoas. O fato de morar sozinho leva à indagação se o idoso tem recursos para morar sozinho (SABE, 2018).

Envelhecer sem parentes próximos também é fato comum. Considerando-se essa situação, questiona-se se a transferência da responsabilidade do cuidado para o Poder Público ou para o mercado pode ser considerada benéfica. Tal situação demanda alto investimento, sendo o Brasil carente de programas de amparo aos idosos, implementados largamente apenas em países ricos (CAMARANO, 2007).

Dados levantados pelo SABE (2018) revelaram que 4585 idosos na cidade de São Paulo não têm a quem recorrer. Já 70% da população de idosos tem contato ativo e 30% não tem e não faz questão de ter. As análises referentes às pessoas idosas revelaram também que o fato de morar sozinho pode contribuir para um período de vida mais curto (SABE, 2018).

O cuidado para com a pessoa idosa implica novo entendimento em relação às práticas de saúde, por meio de ações intersetoriais, com o intuito de potencializar o cuidado integral, considerando-se as especificidades e demandas de amparo da população idosa (BRASIL, 2015 apud MAIO, 2016). “*Cuidar é uma consequência da revolução do envelhecimento*” (SABE, 2018).

2.2.2 Políticas públicas e ações para cuidados – Contexto nacional e internacional

Embora a dependência seja mais comum na infância e na velhice, não se tem garantia de estar isento dela em qualquer fase da vida. Assim, em relação às políticas de saúde, é importante descentralizar a assistência médica para a gestão de cuidados de maneira ampla (MAIO, 2016).

Conforme Boff (2004, p. 33 apud MAIO, 2016, p. 41):

Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. [...] um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Em outras palavras, uma atitude de ocupação, preocupação de envolvimento afetivo, que pertence à atitude do cuidado, que se encontra na raiz do ser humano, por ser ele o próprio cuidado singular e na sua essência.

Desse modo, a maior importância da promoção da saúde:

[...] reside na diversidade de ações possíveis para preservar e aumentar o potencial individual e social de eleição entre diversas formas de vida mais saudáveis, indicando duas direções: (i) integralidade do cuidado e (ii) construção de políticas públicas favoráveis à vida, mediante articulação intersetorial (MALTA; CASTRO; GOSCH et al., 2009, p. 81 apud MAIO, 2016, p. 67).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os cuidados de longa duração caracterizam uma série de serviços para pessoas que dependem de ajuda para as atividades diárias. Assim, são considerados serviços de longa duração: reabilitação, cuidados médicos básicos, apoio no domicílio, alojamento, transporte, refeições, ajuda nas tarefas cotidianas (COMISSÃO EUROPEIA, 2008).

A dimensão funcional tomou frente importante nas políticas assistenciais dos idosos em 2006, visto que a independência é importante para se conseguir uma sobrevivência melhor. A questão funcional foi fundamental para a organização dos serviços direcionados aos idosos, como as políticas assistenciais e a partir desse enfoque, a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) foi reeditada em 2006 (SABE, 2018).

A partir do ponto de vista da funcionalidade é possível considerar que para os idosos frágeis, é necessário: atenção domiciliar, reabilitação, prevenção secundária, oferecimento de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Já para os idosos independentes, é importante o acesso à promoção, prevenção, reabilitação preventiva, atenção básica, suporte social (SABE, 2018).

Conforme Maio (2016), a velhice é compreendida como direito humano fundamental, associado ao conceito de dignidade humana, sendo todo ser humano merecedor de condições mínimas para uma vida saudável. A partir dessa perspectiva, a autora afirma que autonomia é considerada o fundamento da dignidade do ser humano e os direitos fundamentais caracterizam ferramentas para promoção dessa dignidade, ou seja, da autonomia.

Autonomia pode ser definida como a habilidade de controlar, lidar e tomar decisões quanto às ações cotidianas. Já a independência é compreendida como

capacidade de executar atividades diárias sem precisar de ajuda de terceiros. Portanto, principalmente no caso dos idosos, saúde se relaciona à capacidade funcional e autonomia, numa perspectiva além do fato de não ter doenças (MAIO, 2016).

De acordo com a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006, p. 5), capacidade funcional pode ser definida como:

[...] capacidade de manter as habilidades físicas e mentais necessárias para uma vida independente e autônoma. Do ponto de vista da saúde pública, a capacidade funcional surge como um novo conceito de saúde, mais adequado para instrumentalizar e operacionalizar a atenção à saúde do idoso. Ações preventivas, assistenciais e de reabilitação devem objetivar a melhoria da capacidade funcional ou, no mínimo, a sua manutenção e, sempre que possível, a recuperação desta capacidade que foi perdida pelo idoso. Trata-se, portanto, de um enfoque que transcende o simples diagnóstico e tratamento de doenças específicas.

De acordo com a Declaração do Rio de Janeiro (2013, p. 2, apud MAIO, 2016, p. 55):

A carga global da doença mudou, mas os sistemas de saúde ainda têm, em grande medida, seu foco voltado para a cura, e ainda não estão suficientemente orientados para proporcionar cuidados a todos os que precisam. Muito foi conseguido em termos de prevenção e tratamento; entretanto, para se acompanhar a revolução da longevidade há um imperativo que se impõe: o desenvolvimento de uma cultura de cuidado que seja sustentável, economicamente viável, feita com compaixão, e universal.

Em relação ao amparo aos idosos, os serviços sociais surgiram a partir de uma perspectiva caritativa e assistencialista aos mais necessitados por parte da sociedade civil ou organizações sem fins lucrativos e gradualmente foram sendo incluídos nos serviços formais públicos, parte de sistemas de seguridade social (FERNÁNDEZ, 2013 apud MAIO, 2016). Esses serviços completam e aprimoram os efeitos redistributivos e integradores da atenção à saúde, promovendo inclusão social e melhoria da qualidade de vida (OISS, 2013 apud MAIO, 2016).

Muitos países criaram instrumentos de suporte público para amparar a velhice, que teve maior avanço de maneira geral a partir da década de 1960. Os governos adotaram padrões utilizando-se de sistemas previdenciários, assistenciais e de saúde que podem apresentar especificidades no que se refere a tipos de programas e acesso, embora haja semelhanças do ponto de vista formal (MAIO, 2016). Destaca-se o modelo nórdico, um dos pioneiros a desenvolver um sistema público de serviços sociais a partir

da década de 1950 (BATISTA, 2008; DURANA; FUENTES, 2009; CABRERO, 2011 apud MAIO, 2016).

No Brasil, com os direitos sociais fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988, o Estado passou a implementar políticas públicas e a assistência social passou a integrar a seguridade social, passando a garantir benefícios aos idosos por intermédio de programas (IPEA, 2010b apud MAIO, 2016). No entanto, a Seguridade Social brasileira não oferece um sistema autônomo voltado para cuidados à pessoa idosa dependente, como na Espanha. O Estatuto do Idoso baseia-se na institucionalização, focando-se em residências coletivas ou centro de convivência, local mais apropriado para idosos independentes, sendo um posicionamento radical (MAIO, 2016).

A Constituição Federal adotou um sistema de garantias a pessoas idosas, acarretando na aprovação da Lei Federal 10.471/2003, o Estatuto do Idoso. O critério para caracterizar o idoso foi baseado na definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo a qual, em países em desenvolvimento, é considerado idoso o indivíduo que apresenta idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2013).

Por meio de instrumentos legais que integram o Estatuto do Idoso, a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei 8.842/1994, além da PNSI, Lei 2.528/2006, a legislação brasileira garante direito de cuidados à população idosa. No entanto, na prática ainda se observa um papel fundamental dos familiares (MAIO, 2016). O Decreto 1948/96 regulamentou a PNI afirmando que a família pode recorrer a “modalidades de cuidados de longa duração intermediários”, ou seja, teleassistência, cuidados diurnos oferecidos em centro-dia, casa-lar, centro de convivência e hospital-dia para assistir o idoso (MAIO, 2016).

A autora complementa afirmando que entre as opções de cuidados estabelecidas na PNI, há no Brasil o centro de cuidados diurnos, centro-dia, onde é oferecida assistência multiprofissional de média complexidade ao idoso dependente. Trata-se de um serviço socioassistencial, especificamente denominado Serviço de Proteção Social Especial, destinado a pessoas com mobilidade reduzida ou idosas, que necessitam de assistência psíquica e de saúde (MAIO, 2016).

De acordo com dados do IBGE (2009), há no Brasil cerca de 230 unidades de centros-dia entre públicas e conveniadas, com maior percentual na região sudeste. O número é pequeno, considerando-se sua extensão territorial e comparando-se com dados referentes a Portugal e Espanha, conforme se pode verificar no **Quadro 3**. Um dos fatores que contribui para o baixo investimento em centros-dia no Brasil é a visão distorcida de que seja mais oneroso do que manter o idoso em uma ILPI (MAIO, 2016).

Quadro 3 – Quantidade de Centros-dia e características selecionadas do Brasil, Portugal e Espanha, 2015

Pais	Brasil	Portugal	Espanha
Território/ Km ²	8.515.767.049 ³⁸ *	92.212 (2013) ***	505.991 (2013) ***
População/milhões	201.447.560 (2013) *	10.457.295 (2013) ***	46.620.045 (2013) ***
População idosa (%)	13 (2013) *	19,6 (2013) ***	17,9 (2013) ***
Expectativa de vida/anos	74,8 (2014) *	80,3 (2013) ***	83,2 (2013) ***
Centros-dia/quantidade	230 (2008) **	2.048 (2014) ****	3.246 (2012) *****

Fonte: *IBGE, **MUNIC (2009) – IBGE, ***Fundação Francisco Manuel dos Santos, ****GEP – Carta Social, *****IMSERO apud MAIO, 2016, p. 68.

Alguns programas oferecem suporte relacionado a cuidados, como no estado de São Paulo, o programa pioneiro São Paulo, Amigo do Idoso, aprovado pelo Decreto 58.047/2012, complementado pelo Decreto 58.417/2012, que representou o fortalecimento da rede de Proteção Social Especial, visando suporte às famílias sem condições de assistir o idoso (SÃO PAULO, 2014 apud MAIO, 2016).

Já o Programa de Acompanhante de Idosos (PAI), oferecido pela Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo, chegou a assistir cerca de 5000 pessoas idosas na capital paulista. Trata-se de um programa de atendimento domiciliar para apoio nas Atividades de Vida Diárias (AVDs) dos idosos em situação de dependência e de vulnerabilidade social (SÃO PAULO, 2012).

Esse programa municipal tem como objetivos: i) evitar ou adiar a institucionalização dos beneficiários, ii) promover inclusão social, iii) oferecer suporte técnico a acompanhante de idosos, iv) fortalecer redes formais e informais de amparo à população idosa para oferecer alternativas de atendimento à demanda (SÃO PAULO, 2012).

Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006) enfatiza a necessidade de articulação intersetorial em suas áreas de abrangência, afirmando que o SUS deve estabelecer parcerias que viabilizem a consolidação de apoio multilateral efetivo.

Embora exista legislação voltada para idosos no Brasil, precisa ser executada e fiscalizada, o que confere um grande desafio. Envelhecer é uma conquista, mas viver muito exige planejamento. Já os países desenvolvidos passaram pelo envelhecimento de uma maneira mais lenta, logo tiveram mais tempo para se adaptar a essas mudanças (SABE, 2018).

Nesse contexto, a partir de uma consulta realizada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a respeito dos direitos dos idosos se concluiu que a questão de cuidados é o que mais preocupa os Estados-Membros, seguido da falta

de consciência sobre sua realidade e direitos, a questão de saúde, previdência, discriminação e maus tratos e por último a questão de trabalho (HUENCHUAN, 2013).

Em 2015, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou e abriu para a assinatura dos países a Convenção Interamericana sobre os Direitos das Pessoas Idosas, em sua 45ª Assembléia Geral. Juridicamente, trata-se do primeiro instrumento internacional voltado para a promoção dos direitos das pessoas idosas (HUENCHUAN, 2013).

Quanto a sistemas de cuidados, pode-se observar nos países desenvolvidos dois modelos de organização de amparo aos idosos, tomando-se como exemplos alguns deles. No caso da Alemanha, Estados Unidos e Japão, foi adotada a instituição de seguros sociais e no caso da Espanha, França, Reino Unido e Suécia, a garantia de acesso a serviços e benefícios não contributivos (BATISTA, 2009; DURANA; FUENTES, 2009 apud MAIO, 2016).

Na Alemanha há seguros públicos e privados. Pelo “seguro cuidado” o cuidado é oferecido a partir de cotizações entre empregado e empregador e o beneficiado deve contribuir com uma parcela quando tem acesso ao serviço (MAIO, 2016).

No caso da Espanha, apresenta desde 2006 a Lei da Dependência, que é mantida com recursos de impostos e caracteriza um marco na implementação de um sistema organizado de atenção aos idosos. No entanto, quando se utiliza os serviços oferecidos em centros-dia, de atenção domiciliar, ILPI's e teleassistência é necessário contribuir financeiramente, exceto quem realmente não tem condições. A autora cita também o Sistema Nacional para a Autonomia e Atenção à Dependência (SAAD), um sistema público e não contributivo (MAIO, 2016).

Ainda em relação à Espanha destacam-se os benefícios pecuniários, três tipos de seguros que podem apresentar valores variados dependendo do tipo de serviço e nível de dependência do beneficiário. Além disso, há a oferta de cuidados domiciliares e não domiciliares, que podem ser oferecidos em centros-dia/noite, como também o apoio oferecido ao cuidador informal (ESPANHA, 2006; BATISTA, 2009; ORTEGA, 2013 apud MAIO, 2016).

Muitos países oferecem apoio aos cuidadores informais de diversas maneiras, seja pelo oferecimento de informações e prestação de cuidados durante o intervalo para descanso dos próprios cuidadores. Alguns deles oferecem apoio financeiro de formas variadas, como: Alemanha, Áustria, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Hungria, Itália, Suécia e República Checa (MAIO, 2016).

França, Alemanha, Espanha, Grécia e Luxemburgo oferecem ainda créditos e isenções fiscais. Licença sem vencimento para assistir familiares também são permitidas por países como, novamente, Alemanha e Espanha, além da Áustria, Finlândia e Países Baixos. Além disso, os períodos de prestação de cuidados são considerados como parte das contribuições para efeito de pensões (MAIO, 2016). Houve também a

“formalização do estatuto de prestadores de cuidados e sua inclusão nos sistemas de segurança social” (COMISSÃO EUROPEIA, 2008, p. 15).

No Brasil, o Estatuto do Idoso afirma que é dever do Estado garantir à pessoa idosa o direito à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, à liberdade e cidadania a partir de políticas públicas (BRASIL, 2013). Assim, as políticas públicas deveriam priorizar ações preventivas na área da saúde, com o oferecimento de cuidados de longa duração aos idosos (MAIO, 2016).

O cuidado viabilizado a partir de um sistema de suporte envolvendo a família e a comunidade, com acesso a centros de convivência, centros-dia, atendimento domiciliar, como ocorre em países desenvolvidos, pode proporcionar um atendimento de qualidade e até mesmo evitar a transferência para uma instituição (CAMARANO, 2007).

Porém, é necessário oferecer instituições de longa permanência de qualidade, visto que sempre haverá idosos que necessitem delas por não terem constituído família, por não terem condições financeiras para se manter ou por serem dependentes (CAMARANO, 2007). Menos de 1% da população idosa brasileira é institucionalizada ou vive em ILPI, quase 2 milhões de pessoas idosas (SABE, 2018).

Geralmente, os idosos são encaminhados para ILPI por apresentarem dificuldades financeiras, saúde fragilizada, ausência de plano de saúde e/ou dependência de cuidados (CAMARANO, 2007). Constam no Brasil 1451 instituições oficialmente cadastradas, públicas ou privadas sem fins lucrativos e a maioria se concentra na região sudeste. Com exceção do nordeste, em todas as outras regiões há mais homens do que mulheres institucionalizados e mais pessoas longevas institucionalizadas no norte e nordeste (SABE, 2018).

Atualmente, a população idosa no Brasil ultrapassa 13% da população total, o grupo que mais cresce é o dos longevos (acima de 80 anos). Seria adequado reordenar as políticas voltadas para essas instituições, sob enfoque da saúde, visto que não se trata apenas de uma questão social e sim de saúde (SABE, 2018).

Pesquisa financiada pelo Ministério da Saúde e realizada pelo grupo SABE revelou que a maioria das pessoas idosas institucionalizadas, considerando-se todas as regiões do Brasil, porém com ênfase para a região sul, foi morar em uma ILPI, pois precisava de cuidados e a família não conseguia dar o suporte necessário. Muitos afirmaram que não se tratou de uma escolha, pois foram levados sem opção, fato observado em todas as regiões, destacando-se a região norte. Assim, a pesquisa constatou que a maioria das pessoas idosas encaminhadas para instituições necessitam de cuidados (SABE, 2018).

Foi constatado que há alta demanda por cuidados, mas não há oferta suficiente e a maioria das instituições oferece enfermarias pequenas, com 1 a 5 leitos. 92% das ILPI's apresentam refeitório, 68% das ILPI's contam com voluntários, sendo essa taxa

mais alta no estado de SP (80%). A pesquisa verificou também que há em média 30 residentes por instituição, com poucas vagas ociosas, a não ser na região sudeste, onde as instituições estão quase totalmente ocupadas (SABE, 2018).

Esse estudo revelou também relatos de indiferença para com os idosos, falta de diálogo, tratamento desumano para com pessoas com demência. Foi constatado que 26 ILPI's não oferecem refeições, ou apenas uma refeição por dia e, em 10 delas, os próprios idosos preparam suas refeições (SABE, 2018).

Além disso, muitos moradores afirmaram que são proibidos de sair da instituição, exceto quando acompanhados, mesmo sendo independentes. Esse fato caracteriza um comportamento de tutela, tratando o idoso como um incapaz, o que progressivamente, pode de fato torná-lo. Após o idoso passar por avaliação médica, se liberado para sair sozinho, é benéfico que viva de maneira livre, reforçando sua autonomia (SABE, 2018).

Nesse sentido, Camarano (2007) também comenta sobre problemas identificados em instituições como a falta de atividades físicas e mentais e o isolamento dos idosos, submetendo-os a uma situação de certa limitação.

Dados do mesmo estudo citado anteriormente apontaram que muitos idosos falecem pouco tempo após passarem a morar na instituição. Por diversos motivos há a demora para o institucionalizar, resistência por parte de familiares, na maioria das vezes; assim, o idoso acaba chegando muito frágil à instituição, quando se assusta em meio às mudanças em sua rotina e estilo de vida (SABE, 2018).

Em relação às mudanças, muitas vezes o idoso tem a percepção que viver em uma ILPI significa romper com os vínculos familiares, visto que passam a se sentir esquecidos e há a necessidade de estabelecer novos vínculos. Além disso, ele se vê obrigado a acatar novas regras, como horários definidos para alimentação, o que pode significar para ele ruptura em sua rotina. Nesse sentido, a falta de autonomia configura outro estereótipo das ILPI's, causando muitas vezes nos moradores a sensação de que perderam o controle de sua vida e angústia por estarem distantes do ambiente onde construíram suas vidas (CAMARANO, 2007).

Karsch (2003, p. 864 apud CAMARANO, 2007) comenta que *“mesmo no caso de famílias brasileiras de baixa renda, a decisão de encaminhar o idoso para ILPI ocorre somente quando a família não tem mais condições de oferecer cuidados”*. Esse fato está associado à percepção negativa por parte da sociedade de que as instituições não oferecem tratamento adequado e ainda causam maus-tratos aos idosos, conforme **Quadro 4**. No Brasil, recorrer a uma ILPI é uma decisão vista com preconceito, ainda mais quando a decisão se dá por parte da família.

Quadro 4 – Distribuição proporcional dos entrevistados que declararam que não aceitariam morar numa ILPI, segundo a razão e sexo

RAZÃO	TOTAL	NÃO IDOSOS		IDOSOS	
		HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
FAMÍLIA	51,7	48,3	51,7	62,9	62,5
Tenho/terei família que é quem tem obrigação	17,2	17,2	13,8	20,0	17,5
Minha família não permitiria	10,3	10,3	10,3	25,7	27,5
Sentiria falta da família	10,3	6,9	10,3	11,4	7,5
Para não ficar esquecido da família	10,3	6,9	10,3	5,7	2,5
TRATAMENTO INADEQUADO	27,6	24,1	31,00	14,3	15,0
Idosos são maltratados/mal cuidados	27,6	24,1	31,00	14,3	15,0
AMBIENTE	10,3	10,3	10,3	5,7	7,5
É um ambiente triste abandonado/deprimente	6,9	6,9	6,9	2,9	5,0
Não tem higiene	3,4	-	3,4	-	-
COMPANHIA	10,3	10,3	10,3	8,6	7,5
Para não ficar sozinho (a)/isolado	6,9	6,9	6,9	5,7	5,0
Não conseguiria conviver com desconhecidos	3,4	3,4	-	2,9	-
FALTA DE LIBERDADE	6,9	6,9	3,4	8,6	5,0
Para não me sentir preso/não poder sair	3,4	3,4	3,4	2,9	2,5
Não me submeteria às regras	3,4	-	-	5,7	2,5
TER CASA PRÓPRIA	6,9	3,4	3,4	5,7	10,0
TER RECURSOS FINANCEIROS	3,4	3,4	-	2,9	-
N	2.673	764	844	396	669

Fonte: SESC, FPA apud CAMARANO, 2007

Conforme Camarano (2007), as gerações mais jovens que vêm vivenciando as mudanças na conjuntura familiar demonstram maior aceitação quanto a residir em uma ILPI (**Quadro 5**), evidenciando nova percepção acerca das instituições de longa permanência para idosos.

Quadro 5 - Proporção de pessoas que aceitariam residir em ILPI, por grupos de idade e sexo, Brasil, 2006

Fonte: SESC, FPA apud CAMARANO, 2007

Nesse sentido, a instituição pode representar para os idosos uma alternativa de amparo e segurança, uma opção viável para moradia, cuidados e companhia, visto que geralmente os que buscam abrigo em uma instituição perderam seus familiares, não têm renda, nem condições físicas e mentais para administrarem suas vidas (SCHARFSTEIN, 2006 apud CAMARANO, 2007).

É necessário mudança nos modelos assistenciais, reordenação das políticas públicas, no sentido de construir política de cuidados de longa duração, com oferecimento de mais centros-dia e centros-noite, assim como de cuidados de longa duração. Já a institucionalização é vista com preconceito em toda a América Latina, assim, é necessário mudar o panorama das instituições e mudar esse conceito (SABE, 2018).

O envelhecimento vem acontecendo com o aumento de doenças crônicas, os idosos são pessoas esquecidas, convivemos com eles de alguma forma ou não os vemos. Logo, é urgente que se coloque na agenda nacional das políticas públicas a questão do envelhecimento, visto que é uma questão de saúde pública. O Brasil encontra-se classificado em 58º lugar no *ranking* dos melhores países para envelhecer, as políticas públicas brasileiras ainda estão voltadas para um país jovem (SABE, 2018).

Nesse contexto, é fundamental se considerar a importância do cuidado ao idoso, principalmente para aquele incapaz, em suas ações cotidianas. No entanto, esta pesquisa refere-se ao ambiente apropriado aos idosos relativamente capazes, ou seja, tratando de soluções projetuais, como medidas de resiliência, que proporcionem autonomia ao idoso. Esta ênfase pode ser atribuída ao fato de este estudo ter o intuito de investigar soluções que potencializem a autonomia do idoso, de modo a proporcionar independência e consequentemente bem-estar.

2.3 HABITAÇÃO PARA IDOSOS – ASPECTOS PARA AUTONOMIA E BEM-ESTAR

2.3.1 Relação pessoa-ambiente: aspectos físicos e emocionais

As alterações provocadas pelo processo de envelhecimento podem acarretar em diminuição da capacidade de adaptação do indivíduo ao ambiente (MAIO, 2016). Ao se tornar um desafio a execução das atividades rotineiras, excedendo a capacidade do indivíduo, este pode ser acometido por ansiedade, frustração e tédio. A longo prazo, oportunidades reduzidas para a prática de habilidades podem acarretar em perda dessas habilidades (CARSTENS, 1993).

Assim, projetar residência mesmo que para pessoas idosas relativamente capazes requer sensibilidade a uma gama de habilidades e deficiências (CARSTENS, 1993). As pessoas idosas precisam manter sua autonomia, o que pode ser viabilizado ao se executar adaptações na residência que permitam mais independência ao morador (VALINS, 1988).

Embora muitos idosos permaneçam independentes, os problemas de mobilidade são muito comuns como resultado do enrijecimento das articulações ou de uma queda, que levam muitas pessoas idosas a necessitar de andador, passar períodos em cadeira de rodas ou em uma cama (VALINS, 1988).

Além disso, as mudanças relacionadas à idade no sistema sensorial e funções cognitivas afetam a forma como os idosos percebem o ambiente, desse modo podem depender de mais informações sensoriais para o uso do espaço. Logo, essas mudanças sugerem maneiras específicas de organização espacial para facilitar a orientação no ambiente, a sociabilização, o domínio do espaço, a percepção sensorial e a compreensão ambiental (CARSTENS, 1993).

Logo, é fundamental oferecer ao idoso um ambiente favorável à promoção de qualidade de vida, nos aspectos físico e social, considerando-o atenuador das dificuldades inerentes à velhice, de modo a possibilitar autonomia e consequentemente satisfação com a vida. Sua residência deve ser adequada para seu conforto, projetada de maneira a reduzir suas dificuldades para locomoção, visão ou discernimento (IGIMA, 2009).

As teorias referentes à relação pessoa-ambiente afirmam que o grau de estresse ou satisfação experimentado está associado ao quanto as necessidades pessoais são atendidas pelos recursos ambientais e o grau de autonomia em dado ambiente. A adaptação na habitação deve considerar a disponibilidade de recursos para atendimento das necessidades pessoais e atitudes individuais, com o intuito de maximizar a qualidade de vida (CRIST, 1999). A autora complementa e afirma que qualidade de vida está relacionada ao grau de gratidão percebido a partir do contexto de experiências, incluindo satisfação com as condições ambientais físicas, emocionais, sociais e espirituais.

A habitação planejada para pessoas idosas relativamente independentes representa uma manifestação de cuidado, que proporciona independência e pode ser oferecida por meio de uma variedade de soluções projetuais (CARSTENS, 1993). Esse tipo de habitação pode proporcionar acesso a diferentes níveis de suporte físico e social. Moos (1980 apud CRIST, 1999) afirma que o grau de satisfação com o apoio e o encorajamento para ser independente é superior ao advindo da interação social.

Nesse contexto, Carstens (1993) cita condições que podem proporcionar o exercício da independência e autonomia: fácil acesso a instalações, conforto e facilidade de uso, fácil orientação e opções para controle da privacidade. É importante que os moradores sejam capazes de personalizar, alterar e controlar o ambiente para atender às suas próprias necessidades, habilidades e personalidades.

Condições de conforto na moradia podem contribuir para o equilíbrio psicológico do idoso, importante para a saúde do ser humano em geral. Os espaços para

a moradia de idosos devem ser apropriados às suas condições orgânicas gerais e aos aspectos *antropométricos*³ (BESTETTI, 2006).

A personalização e o controle sobre o meio ambiente é importante para a auto-estima, satisfação e motivação, particularmente para pessoas idosas que experimentam um fechamento das opções da vida. Ser capaz de alterar e personalizar o ambiente permite que as necessidades e preferências individuais sejam satisfeitas. Senso de controle, que pode ser promovido a partir de políticas de gestão e pelo *design*, também contribui para potencializar a sensação de lar e aumentar a sensação de bem-estar, enquanto diminui o caráter institucional (CARSTENS, 1993).

Nesse sentido, o interesse para a apropriação do espaço pode ser proporcionado a partir de estímulo visual, auditivo, tátil e cinestésico, ou seja, pistas sensoriais, visto que facilita a compreensão ambiental, de modo a alcançar aqueles com uma ou mais deficiências sensoriais. O ambiente sensorialmente apropriado pode aumentar a facilidade de uso e a confiança, reduzir a frustração e incentivar a participação em atividades e a permanência em ambientes externos (CARSTENS, 1993).

Devido à diminuição da acuidade dos sentidos, os acidentes domésticos costumam acontecer com maior facilidade, afetando a saúde do idoso, podendo ocasionar até a morte. Portanto, morar de maneira adequada é importante para sua própria segurança, visto que devido às fragilidades do corpo, até mesmo as atividades rotineiras podem se tornar perigosas, considerando-se que muitos idosos usam medicamentos fortes e seus efeitos colaterais, como tontura, podem aumentar o risco de queda (NAKANO, 2003).

Nesse sentido, Crist (1999) afirma que é necessário compreender o grau de correspondência entre as capacidades individuais de desempenho e a habitação, ou seja, a relação pessoa-ambiente, visando maximizar a qualidade de vida. É necessário se atentar para os diferentes recursos, padrões de atividade e necessidades interpessoais que devem ser atendidas em contextos habitacionais específicos. A combinação de aspirações individuais ou habilidades com o tipo de suporte oferecido no ambiente pode estimular a independência e a motivação.

Conforme Boueri (1994), é possível valorizar o ambiente enfatizando soluções que satisfaçam as necessidades humanas na habitação a partir da análise das principais funções e atividades, os níveis de satisfação a partir da observação e experimentação da realidade, além da avaliação sócio cultural. Para a composição dos ambientes, é necessário o planejamento e a avaliação das necessidades sociológicas e fisiológicas atuais e previsíveis.

---

³ *Antropometria é a ciência que analisa e estuda as medidas físicas do corpo humano (RIBEIRO, 1997 apud BESTETTI, 2006).*

Por exemplo, quanto aos móveis, são necessárias camas e cadeiras adequadas, mais altas, que proporcionem mais facilidade para se levantar, levando-se em consideração casos de idosos com incontinência, que precisam levantar com mais rapidez (SABE, 2018).

Crist (1999) comenta sobre uma pesquisa que avaliou o grau de satisfação em três tipos de residências para idosos: residência própria, residência especializada e asilo. O estudo buscou compreender se a satisfação do morador pode ser melhorada ao se adaptar o tipo de alojamento para atender às necessidades mais importantes. Os participantes relataram uma diferença significativa para a satisfação com sua qualidade de vida nos três grupos. A satisfação foi relatada da melhor forma pelos indivíduos de habitações próprias, seguidos dos indivíduos que moram em habitações especializadas, ao contrário do grupo residente em lares de repouso, que relatou menor grau de satisfação. Um dos resultados da pesquisa consistiu no fato de que é necessário criar novos contextos em lares de idosos, pois as necessidades desses indivíduos não estão sendo atendidas e o nível de satisfação é muito baixo. A residência especializada, tal como complexos residenciais para idosos não apresenta, nesse caso, o suporte ideal por parte de funcionários, mas atende os idosos quanto à independência e autonomia. Além disso, as residências especializadas aumentam o acesso à sociabilidade, dada a proximidade com companheiros de idades semelhantes. Logo, o estudo concluiu que a qualidade de vida vivenciada nos diversos tipos de moradia reflete uma combinação entre autonomia ou independência com os recursos da residência e suporte social para a manutenção. A pesquisa indicou que independência na moradia promove satisfação com a vida, saúde e autoestima (THOMAS, 1988; SMITS & KEE, 1992; GOULD, 1992, apud CRIST, 1999).

Já quanto a situações adversas, Ige et al. (2018) comentam que a interpretação do lar como local inseguro pode acarretar efeitos negativos na saúde mental dos moradores. Os mesmos autores complementam que situação precária de moradia pode contribuir para o aumento do custo na área da saúde. No Reino Unido, uma pesquisa apontou gasto significativo (cerca de 600 milhões de libras por ano na Inglaterra, e de 2,5 bilhões de libras por ano em todo o Reino Unido) no atendimento a malefícios causados à saúde humana, relacionados diretamente às condições impróprias de moradia (IGE et al., 2018).

Estudo de revisão realizado por Ige et al. (2018) relatou resultados de pesquisas que investigaram os impactos das condições da residência na saúde dos moradores. Foram avaliados os resultados associados a reformas de melhorias para permitir independência e foi apontada correlação positiva entre prevenção a quedas e melhorias na saúde. Tais obras de adequações referem-se à implantação de rampas e adaptações na iluminação.

Segundo Ige et al. (2018) estudos de Leventhal e Brooks-Gunn (2003 e 2004), com o intuito de verificar efeitos do entorno da residência na saúde dos moradores,

avaliaram os benefícios da realocação de pessoas de um alojamento público em região carente para moradia própria em áreas mais apropriadas. Os resultados apontaram redução dos sintomas de depressão em adultos. Logo, os resultados fortaleceram a associação entre condições de moradia e consequências na saúde mental humana, assim como demonstraram a importância da provisão de habitação de boa qualidade a preços acessíveis a grupos vulneráveis (IGE et al., 2018).

Logo, quanto à localização da residência, é importante que o idoso esteja inserido no contexto urbano de modo a não se isolar, pois a sociabilidade é importante para uma velhice saudável, na medida em que contribui para reduzir a ansiedade e depressão, considerando-se a independência e os estímulos externos que se experimenta (IGIMA, 2009).

É necessário fornecer acesso a serviços, programação de atividades, instalações e informações da comunidade de modo a permitir que o indivíduo se sinta capaz apesar de quaisquer deficiências. Isso envolve reconhecer as dificuldades dos idosos e procurar por suportes ambientais que facilitem sua locomoção e ações cotidianas (CARSTENS, 1993).

O idoso que se considera inapto a dirigir tende a caminhar para atender suas necessidades, nesse sentido, é importante que sua residência se situe próxima a bancos, farmácias, supermercados e ponto de ônibus. Praças no entorno também são importantes para o banho de sol, caminhada, interação em banca de revistas e integração com outras pessoas. Porém, é necessário se atentar para as condições de segurança no percurso (BESTETTI, 2006).

O acesso à moradia também deve ser adequado em relação à segurança, logo, a área de embarque e desembarque, no caso de veículo leve ou ônibus, deve viabilizar o uso de dispositivos de apoio (BESTETTI, 2006). Portanto, é importante prever soluções adequadas para acessibilidade tanto dentro da edificação como no entorno, conforme ABNT, 2020.

Essa fase da vida é caracterizada pelas perdas constantes, seja da própria autonomia ou no aspecto social, sendo fundamental, portanto, fazer novas amizades, estimular a mente e buscar motivos para viver com satisfação (IGIMA, 2009). Manter uma rede de contatos ativa faz diferença para envelhecer com qualidade de vida (SABE, 2018).

Nesse sentido, nos espaços de convivência há o incentivo para integração, desafio e estímulo do raciocínio e memória na medida em que possibilitam atividades como tricô, bordado, pintura, artesanato em geral, coral e jogos, proporcionando satisfação para com a vida. A prática de exercícios físicos também é importante na medida em que contribui para a melhora do equilíbrio e coordenação motora e atenua a perda de massa muscular e os riscos de osteoporose, doenças cardíacas e pulmonares (IGIMA, 2009).

Na pesquisa citada anteriormente por Crist (1999), os residentes do lar de idosos relatam quão importantes são os amigos próximos, mas quão mal esta necessidade é satisfeita, o que merece atenção na medida em que a sociabilidade pode impactar positivamente a qualidade de vida. Burbank (1992 apud CRIST, 1999) afirma que a maioria dos idosos em seu estudo relatou que amizades são mais importantes, seguidas da religião e serviços. Os moradores de habitação especializada destacaram a importância da associação entre relações sociais e melhor qualidade de vida, ao contrário de moradores de residência própria, os quais viviam em casal, em comparação com viúvas e viúvos nos outros dois tipos de residências. A autora sugere criar oportunidades para unir os moradores com velhos amigos, o que aumentaria a qualidade de vida, como a criação de situações de convivência cooperativa entre amigos em suas próprias casas, ou melhorar o transporte para os idosos visitarem uns aos outros (CRIST, 1999).

Carstens (1993) ressalta a importância de atividades favoráveis à autonomia, como oportunidades de participação em programação de atividades, prestação de serviços e oportunidades para participar de manutenção ao ar livre, como compartilhar a responsabilidade por equipamentos de lazer.

Clark (1991 apud CRIST, 1999) afirma que, para os idosos, qualidade de vida na habitação parte do princípio que há mais vida do que simplesmente sobrevivência.

2.3.2 Planejamento – espaços e conexões

Grandes espaços indefinidos para uso geral são freqüentemente encontrados em habitações. No entanto, esses espaços podem ser subutilizados, visto que a falta de controle sobre eles por parte dos idosos pode desencorajar o uso (CARSTENS, 1993).

A perda de memória e o declínio da capacidade mental tornam mais difícil para as pessoas mais velhas se orientarem ou se adaptarem em um ambiente menos familiar. Assim, a orientação pode ser dificultada em ambientes onde há muitas opções direcionais ou objetos que causam distração e confusão visual, como também em áreas indefinidas e monótonas, onde há menos pistas para orientação. Logo, o planejamento local deve considerar elementos que sejam de fácil identificação (CARSTENS, 1993).

Carstens (1993) comenta sobre padrões de planejamento que facilitam a orientação, como o plano radial e o plano linear (**Figura 7**), que podem ser aplicados em áreas livres que circundam um edifício. No caso do plano linear, os espaços podem ser integrados ao longo de uma rota referenciada para conferir à pessoa idosa facilidade para se orientar.

Figura 7 – Rota referenciada: plano linear

Fonte: CARSTENS, 1993

Os espaços podem ser identificados com um ponto focal e complementados com outros elementos de *design* no detalhamento, como diversificação de cores e textura, visto que são elementos interpretados como pistas sensoriais, que oferecem suporte à organização.

No projeto é importante levar em consideração elementos que podem servir de pontos de referência, de modo a facilitar a orientação do indivíduo na área. Além disso, aplicação de sinais, ou auxílios direcionais, são importantes para facilitar a locomoção de um ambiente para outro mais distante (CARSTENS, 1993).

Espaços podem também ser organizados em hierarquias, considerando-se um espaço como o dominante; por exemplo cita-se um centro comunitário servindo como ponto focal, a partir do qual outros espaços irradiam, conforme **Figura 8**, o que caracteriza pistas espaciais para orientação (CARSTENS, 1993).

Figura 8 – Plano radial

Fonte: CARSTENS, 1993

É importante priorizar espaços que foram claramente projetados para usos específicos, visto que a conexão com a atividade é a principal razão para o uso de um espaço, logo, espaços multifuncionais indefinidos devem ser evitados. Espaços que mantêm conexão com ambientes onde há atividades em andamento podem proporcionar segurança e proteção, na medida em que se permite visão das atividades desenvolvidas (CARSTENS, 1993).

Áreas definidas e menores sugerem uso íntimo e privado, conferem facilidade para apropriação e para sociabilidade, por isso são preferidas por pessoas mais velhas,

principalmente pelos menos capazes, que podem ter dificuldade em se apropriar de um espaço maior (CARSTENS, 1993). Nesse sentido, a autora complementa que a pessoa mais frágil muitas vezes pode se sentir intimidada e confusa em espaços maiores, com mais pessoas. Espaços maiores com maior número de pessoas e outras distrações podem contribuir para a perda de tendência de pensamento e confusão sobre quem estava falando ou o que estava sendo dito (CARSTENS, 1993).

Grandes áreas, como pátios comunitários, podem acomodar grupos pequenos e grandes, se subáreas forem sutilmente definidas por meio do uso de planos aéreos e verticais, detalhando mudanças na textura e cor do plano de piso, assim como ressaltando o caráter da área (CARSTENS, 1993).

Quevedo (2002) ressalta a importância de relacionar o partido arquitetônico ao conforto ambiental, afirmando que a composição espacial aberta é mais apropriada para climas quentes e a mais compacta a climas frios. A adequação da edificação ao contexto físico-espacial proporciona economia de energia elétrica para climatização e para iluminação artificiais.

Quanto à área externa, medidas de suporte para um ambiente favorável podem ser executadas a partir do trabalho adequado da topografia das rotas de caminhada - planas ou com inclinações suaves. É importante se atentar para o comprimento dos percursos, com pavimentação antideslizante, sem cumes ou bordas abruptas. Como é importante a exposição ao clima, áreas externas, ensolaradas e cobertas, são apropriadas, assim como opções de lazer, acesso a instalações e serviços dentro e fora do local (CARSTENS, 1993).

No entanto, espaços ao ar livre não devem ser isolados, para manter algum grau de conexão visual e física com outros espaços e atividades, o que confere sensação de segurança ao morador. Um maior nível de detalhamento em espaços ao ar livre pode ser preferido por muitos idosos em relação a espaços sem detalhes, para reduzir a possibilidade de confusão (CARSTENS, 1993).

Conforme Costa et al. (2016), o idoso estende à vizinhança e à comunidade sua interpretação de casa. Ele associa ao lugar que habita significados relacionados ao espaço físico e às dimensões psicológica, cultural, social, política e sociodemográfica. Assim, o conceito de casa se amplia na perspectiva multidimensional, atrelando-se à percepção do espaço, um conjunto de sentimentos, significados e experiências, que devem ser considerados em projetos dessa natureza.

Nesse sentido, deve-se considerar a necessidade de fácil acesso aos recursos das imediações, transporte público, indicação sobre paradas, rotas e informações sobre serviços e eventos. O acesso aos recursos e informações dos bairros é importante para a satisfação geral com a vida, a moral e o bem-estar do indivíduo, assim como para evitar o isolamento do restante da comunidade (CARSTENS, 1993).

2.3.3 Acessibilidade – suporte físico para o design universal

A independência do idoso, dentro de suas possibilidades, é fator importante a ser viabilizado e que contribui para incentivá-lo a executar suas atividades sozinho, mesmo que em alguns casos precise da colaboração de um acompanhante. A autonomia é importante para o ego do idoso e a sua falta pode levá-lo à depressão ou causar a piora de seu estado de saúde (NAKANO, 2003). Nesse sentido, é preciso considerar o *design* para a diversidade, assim como a possibilidade de integração (OMS, 2008).

O conceito de *design* a ser adotado na residência deve proporcionar variedade de escolha e autonomia, a qual também está ligada à privacidade, independência e senso de utilidade, permitindo personalização e controle sobre o meio ambiente (CARSTENS, 1993). De acordo com Bestetti (2006), o *design* universal diz respeito a espaços adequados a pessoas de diferentes padrões antropométricos a partir de técnicas específicas, de modo a atenuar esforços para a locomoção, considerando-se o declínio da força nos membros, o enrijecimento das articulações, além da perda da capacidade visual do idoso.

Para proporcionar segurança e acesso principalmente às pessoas com mobilidade reduzida, aconselha-se consultar a Norma Técnica NBR 9050/2020, elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A partir da regulamentação de dimensões e padrões, de modo a adequar o espaço a todos, a proposta dessa norma visa permitir o acesso universal de modo indiscriminado. O termo “acessibilidade” tornou-se mais comum nos anos 70, nos Estados Unidos, sendo mais aceito do que o termo “desenho livre de barreiras”, que surgiu na década de 1950 (BESTETTI, 2006).

Associada à acessibilidade, a ergonomia, segundo Milani (2014) refere-se à relação entre o indivíduo, o equipamento e o ambiente, buscando adequação ao espaço de modo a promover segurança e bem-estar ao usuário. A antropometria, disciplina derivada da ergonomia, relaciona as dimensões do corpo humano com o desempenho no espaço, sendo fundamental sua aplicação a mobiliário e equipamentos, como também aos alcances no espaço (MILANI, 2014).

A mesma autora destaca os estudos de Silva, Paschoarelli e Spinosa (2006) referentes a medidas antropométricas dos idosos, os manuais de Barros (2000), Branson (1991) e Raschko (1991) como também a Resolução RDC/ANVISA nº 283/2005, relacionada ao padrão de funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (MILANI, 2014).

Conforme a NBR 16537/2016, a sinalização tátil e visual no piso pode ser percebida pelo contraste de relevo e luminância, podendo caracterizar alerta ou orientação direcional principalmente para pessoas que sofreram declínio da visão. Elementos táteis são especialmente importantes, pois a visão é tipicamente um dos primeiros sentidos a declinar com a idade e podem ser mais facilmente interpretados por

muitos idosos do que sinais auditivos ou visuais. Mudanças na textura da pavimentação, por exemplo, podem sinalizar escadas próximas e para diferenciação das cores; amarelos, laranjas e vermelhos são mais facilmente percebidos (CARSTENS, 1993).

Nesse sentido, a sinalização tátil de alerta no piso, que consiste em círculos em relevo, conforme **Figura 9** auxilia quanto à existência de desníveis ou elementos que ofereçam risco no percurso. Especificamente, pode indicar o posicionamento correto da pessoa para acessar um elevador, alertar quanto a patamares, início e término de escadas e rampas, informar quanto a mudanças de direção no percurso e travessias de pedestres (ABNT, 2016).

Figura 9 – Piso tátil de alerta e relevos táteis de alerta instalados diretamente no piso

Fonte: ABNT, 2016

Quanto à sinalização tátil e visual direcional, deve ser instalada para orientar o percurso, ou seja, indicar caminhos preferenciais e o contraste tátil consiste em relevos lineares paralelos, conforme **Figura 10**.

Figura 10 – Piso tátil direcional e relevos táteis direcionais instalados no piso

Fonte: ABNT, 2016

Quanto ao sanitário, conforme Nakano (2003), a porta de acesso deve sempre abrir para fora, para não bloquear a entrada em caso de desmaio da pessoa nesse ambiente. A NBR 9050/2020 especifica que é necessário a porta apresentar um puxador horizontal de no mínimo 0,40m de comprimento, situado a 0,10 m de distância do eixo da porta e à altura da maçaneta, conforme **Figura 11**. Para facilitar o discernimento, é importante o contraste entre a cor da porta, a cor da parede e do piso (ABNT, 2020).

Figura 11 – Porta com revestimento e puxador horizontal

Fonte: ABNT, 2020

O assento do vaso deve ser elevado a uma altura entre 48 e 50 cm do chão, conforme **Figura 12**. Também é aconselhado instalar ducha manual para facilitar a higiene pessoal (NAKANO, 2003). Para proporcionar mais equilíbrio Rashko (1991) sugere a instalação de barras laterais conforme **Figura 13**.

Figura 12 - Vaso sanitário elevado

Fonte: VALINS, 1988

Figura 13 - Assento com braços

Fonte: RASHKO, 1991

Por outro lado, é necessário atentar ao acesso ao sanitário, visto que a tendência para a incontinência urinária pode ser agravada pela dificuldade imposta por um lance de escadas ou uma longa caminhada para acessar o sanitário, que pode acarretar ansiedade. A incontinência não é normal e pode ser um sintoma de outra condição, como demência ou depressão (VALINS, 1988).

Para se considerar o boxe do chuveiro acessível é recomendado que apresente área mínima de 0,90 x 0,95m e que a porta, preferencialmente de material opaco, tenha largura mínima de 0,90m. Quanto ao piso, recomenda-se que seja antiderrapante, para garantir segurança, evitando-se desnível em relação ao piso adjacente, apenas inclinação máxima de 2% para o escoamento da água para o ralo, cujo posicionamento deve ser evitado na área de manobra da cadeira de rodas. Por isso é recomendada a utilização de grelhas lineares rentes à parede, de preferência oposta à de acesso (ABNT, 2020).

Com o intuito de possibilitar que o morador poupe esforços durante o banho ou para facilitar o banho da pessoa com mobilidade reduzida, recomenda-se a instalação de banco no boxe do chuveiro a 0,46m de altura em relação ao piso, assim como barras de apoio, uma vertical a ser instalada na própria parede na qual o banco for fixado e outras duas (uma barra vertical e uma horizontal) na parede lateral ao banco, conforme **Figuras 14 e 15** para servirem de apoio para o movimento de flexão do corpo (ABNT, 2020).

Figura 14 – Boxe para chuveiro - vistas superior, lateral e frontal

Fonte: ABNT, 2020

Figura 15 – Assento dobrável no boxe do chuveiro.
Cabine com possibilidade de acesso ao seu interior

Fonte: VALINS, 1988

Milani (2014) cita outra opção, uma cadeira própria para banho conforme **Figura 16**, que elimina a necessidade de transferência, sendo recomendada principalmente para idosos dependentes. Nesse caso, o boxe precisaria ser maior, com medidas mínimas de 1,50m por 0,80m conforme **Figura 17**, permitindo mais flexibilidade conforme as necessidades do usuário.

Figura 16- Cadeira própria para banho

Fonte: RASHKO, 1991

Figura 17 - Boxe para chuveiro que permite a entrada da cadeira de banho

Fonte: Branson (1991 apud MILANI, 2014)

De acordo com a NBR 9050/2020, é prudente a instalação de lavatório sem coluna ou com coluna suspensa ou sobre tampo no sanitário, com altura que pode variar de 0,78m a 0,80m, para que não haja interferência na manobra do usuário de cadeira de rodas, conforme **Figura 18**.

Figura 18 – Área de aproximação para uso do lavatório

Fonte: ABNT, 2020

A mesma norma especifica também a instalação de barras de apoio verticais e horizontais a altura de 0,90m em relação ao piso, com comprimento de 0,40m e a altura de 0,80m em relação ao piso, respectivamente, assim como à distância máxima de 0,50m em relação ao eixo do lavatório, conforme **Figuras 19 e 20** (ABNT, 2020).

Figura 19 – Barras de apoio, próximas ao lavatório – vista lateral

Fonte: ABNT, 2020

Figura 20 – Lavatório com barras verticais laterais – vista superior

Fonte: ABNT, 2020

Conforme Nakano (2003), as torneiras devem ser de fácil manuseio. A NBR 9050/2020 indica que para demandar menos esforço é aconselhável utilizar torneiras acionadas por alavanca ou com sensores eletrônicos.

Quanto aos dormitórios acessíveis, é importante que a cama e o colchão sejam mais elevados do que o usual para facilitar a movimentação do idoso ao sentar e ao se levantar e que exista possibilidade da utilização de grade de proteção quando necessário (MILANI, 2014). Souza (2019) afirma que a altura da cama deve possibilitar que o idoso encoste os pés no chão ao sentar e é importante apresentar cabeceira, onde o usuário possa se encostar, assim como barras ao lado para apoio.

É importante também manter mesas de cabeceira para permitir o alcance a objetos que o usuário necessite enquanto estiver descansando. O ideal é que apresentem cantos arredondados e que sejam mais altas que a cama em torno de 10 cm para evitar que a pessoa atinja a superfície à noite, derrubando os objetos (MILANI, 2014).

O ideal é que os móveis estejam dispostos de modo a permitir alcance manual e visual, assim como faixa de circulação de 0,90m de largura e área de manobra com diâmetro mínimo de 1,50m para possibilitar um giro de 360°, conforme **Figura 21** (ABNT, 2020).

Figura 21 – Dormitório acessível com área de circulação mínima – vista superior

Fonte: ABNT, 2020

Souza (2019) comenta a respeito da importância de as portas dos armários serem leves e os cabideiros baixos, para facilitar o acesso e as gavetas apresentarem corredeiras, para facilitar o manuseio. Milani (2014) também aconselha a regulagem de altura de prateleiras e cabideiro (**Figura 22**) e portas de correr com trilhos para não atrapalhar a circulação.

Figura 22 - Exemplo de guarda-roupa para pessoas com mobilidade reduzida

Fonte: BARROS, 2000

Para facilitar a visualização no armário, Barros (2000) sugere iluminação interna assim como posicionar um móvel próximo a ele para se sentar, evitando risco ao se vestir em pé.

Destaca-se a importância de bancos nos ambientes para idosos, disponibilizando-os até mesmo nos patamares de rampas ou escadas. Desse modo, os patamares podem se caracterizar como área de descanso, valorizando, portanto, a transição entre diferentes ambientes (BESTETTI, 2006).

Para atenuar o cansaço também no aguardo do elevador, se aconselha prever bancos próximos aos elevadores. Porém, é necessário considerar espaço para dispositivo de auxílio para mobilidade, como cadeira de rodas ou andador, acondicionamento de bagagens e para a possível presença de um cuidador (BESTETTI, 2006).

Quanto às especificações técnicas, a NBR 9050/2020 indica que os bancos devem apresentar encosto, profundidade e larguras mínimas de 0,45m e de 0,70m respectivamente e altura de 0,46m em relação ao piso. É aconselhável deixar livre embaixo do banco para facilitar manobra com cadeira de rodas, conforme **Figura 23**.

Figura 23 – Banco – Condições de aproximação e área de transferência.
Vista lateral e vista superior

Fonte: ABNT, 2020

A personalização e o controle do ambiente podem ser facilitados pelo *design* que possibilite flexibilidade com mobiliário móvel para os residentes controlarem a disposição, para permitir a acomodação durante o maior tempo possível (CARSTENS, 1993). Possibilitar novas disposições dos móveis viabiliza a circulação inclusive de pessoas que utilizam elementos de apoio ou cadeira de rodas (BESTETTI, 2006).

Nesse sentido, a mesma autora afirma que, em relação à sala de refeições, também é interessante se optar por móveis que permitam flexibilidade, visto que essas áreas podem ser utilizadas para outras atividades, como festas e apresentações (BESTETTI, 2006).

Se no dormitório houver aparelhos como telefones e interfones, o ideal é que sejam destacados com sinal luminoso e controle de volume e som. Além disso, é aconselhável que as instruções para utilização desses equipamentos estejam impressas também em Braille (ABNT, 2020). Por serem usuais e importantes no cotidiano, também é importante que esses itens, assim como relógios, apresentem teclas e números grandes para facilitar o manuseio (SÂMIA, 2008).

É interessante considerar a mudança de interesses, preferências, habilidades dos residentes e prever o gradual envelhecimento da população no projeto, permitindo adaptação no ambiente, dadas as possíveis mudanças em longo prazo na população residente (CARSTENS, 1993).

2.3.4 Segurança – encorajamento para atividades cotidianas

A precaução é importante na medida em que pequenos acidentes envolvendo até mesmo idosos ativos podem afetar a saúde física e mental, devido à interrupção brusca de hábitos e dependência que podem vir a causar. Logo, é importante a segurança no ambiente, visto que o receio em relação a quedas pode inibir ações rotineiras (BESTETTI, 2006).

Em relação ao acesso à residência, em uma visão ampliada, as vagas de estacionamento tornam-se item importante. Para pessoas idosas e para pessoas com mobilidade reduzida as vagas são previstas a uma distância máxima de 50 m em relação ao acesso do edifício, considerando-se espaço para manobra de cadeira de rodas (ABNT, 2020).

É importante prever também a rota acessível em edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais, conectando-se à ela as unidades de moradia e o acesso às áreas de uso comum. Trata-se de um percurso devidamente sinalizado e desobstruído que conecta os ambientes externos e internos, podendo ser utilizada por todos os moradores de forma segura (ABNT, 2020).

Ainda de acordo com a norma vigente, as entradas do edifício, assim como as rotas de interligação dos diferentes ambientes do edifício, devem ser acessíveis e ligadas à circulação principal e às de emergência. A rota acessível deve ser iluminada

artificialmente “com nível mínimo de iluminância de 150lux medidos a 1 m do chão”, quando não iluminada naturalmente. Pode ser composta pelos elementos de circulação em geral como escadas, rampas, elevadores e corredores, e ainda coincidir com a rota de fuga (ABNT, 2020).

Quanto ao espaço da recepção, é considerado área de permanência de curto prazo. Uma entrada claramente perceptível é recomendada, assim como avistar deste local o *hall* dos elevadores com facilidade (BESTETTI, 2006). É recomendado utilizar portas leves e evitar as totalmente de vidro, que, se instaladas, devem apresentar faixas coloridas, para destacar o bloqueio (BESTETTI, 2006). Ao se instalar portas de material opaco, é importante que elas apresentem visor para o contato visual entre os ambientes. As maçanetas do tipo alavanca, sem ponta para evitar ferimentos, facilitam o manuseio (SÂMIA, 2008).

Complementando conforme a norma técnica de acessibilidade, no caso de portas e paredes de vidro o ideal é que a sinalização seja contínua, composta por três faixas de cerca de 5cm de largura, uma delas a uma distância entre 0,10 e 0,30 em relação ao piso, outra entre 0,90 e 1m e a última entre 1,30 e 1,40m em relação ao piso. É importante a porta ser destacada com sinalização visual em seu contorno, conforme **Figura 24** (ABNT, 2020).

Figura 24 – Sinalização nas portas e paredes de vidro

Fonte: ABNT, 2020

Quanto às portas e janelas, devem ser de fácil manuseio, assim como suas travas, sendo aconselhável optar pelas janelas de abrir ou de correr, evitando-se as basculantes, por demandar mais força para o manuseio (BESTETTI, 2006). De acordo com a NBR 9050/2020, cada módulo da janela, com o puxador situado a cerca de 1,20 em relação ao piso, deve poder ser deslocado com apenas uma das mãos, num único movimento, conforme **Figura 25**.

Figura 25 – Alcance da janela

Fonte: ABNT, 2020

Logo, é fundamental prever soluções que possibilitem que o usuário usufrua do ambiente sem esforços excessivos, de maneira autônoma e segura. Tratando-se do ambiente interno, quanto à cozinha, é possível torná-la funcional, dimensionando-se espaços e a instalação de equipamentos de modo a permitir ao usuário o alcance e uso dos utensílios, independente da postura, porte e mobilidade (SÂMIA, 2008).

De acordo com NAFEM (1995), alguns princípios essenciais devem ser considerados ao se projetar uma cozinha para garantir segurança e acessibilidade. São eles: i) flexibilidade e modularidade, ii) livre circulação de pessoas e equipamentos, iii) facilidade de higienização e iv) níveis adequados de temperatura e umidade. É fundamental considerar esses aspectos para evitar acidentes na medida em que se evita grandes esforços como subir em banco, abaixar-se, se apoiar em móveis instáveis, levantar-se de cadeiras muito baixas, tropeçar, se esbarrar e se queimar ao preparar refeições (SÂMIA, 2008).

Logo, é importante prever espaço para o livre fluxo, que deve ser o menor possível entre área de preparo, de cocção e de limpeza, ou seja, entre fogão, geladeira e pia, visto que o usuário pode estar manipulando objetos quentes. É importante prever largura mínima de 0,90m para os deslocamentos, considerando-se possibilidade da utilização de cadeira de rodas e andador (SÂMIA, 2008).

Quanto à altura das superfícies de trabalho é necessário atenção, de modo a permitir o uso por pessoas sentadas ou de baixa estatura, evitando-se pias muito profundas para facilitar o manuseio das louças e optando-se por torneiras do tipo alavanca, que não exigem esforço para o manuseio (SÂMIA, 2008).

No caso de pessoas em cadeira de rodas, as bancadas com gabinetes removíveis ou sem gabinetes são mais acessíveis. Do mesmo modo, prateleiras flexíveis permitem a regulação de altura, de acordo com a necessidade do usuário (SÂMIA, 2008).

Ainda em relação aos armários, outros itens podem facilitar o manuseio e conferir segurança como portas transparentes, que permitam a visualização dos objetos no interior, altura das estantes e profundidade não exageradas e até mesmo iluminação interna pode facilitar o manuseio no cotidiano (SÂMIA, 2008).

Ao se planejar armários, é fundamental considerar que a faixa ideal de manuseio com as mãos situa-se entre 0,70 a 1,50m e para ultrapassar essa faixa, o usuário precisará se esforçar, inclinando-se. Assim, é possível ter como referência o fato de que o alcance máximo para cima deve ser de 1,2 vezes a altura do usuário (ARDLEY, 1999).

Logo, os armários devem ser instalados em altura adequada para evitar o uso de escadas e bancos para acessá-los e evitar também guardar utensílios em prateleiras muito baixas, por também dificultar o acesso (SÂMIA, 2008).

Para conferir mais equilíbrio, é importante prever a instalação de barras de apoio à frente dos armários na parte superior, abaixo da bancada e fixar os móveis no piso para o usuário poder apoiar sem risco de tombar. Puxadores do tipo alça, nas portas dos armários, assim como gavetas com trilho deslizante e trava de segurança facilitam o manuseio (SÂMIA, 2008).

Valins (1988) comenta a respeito de quedas em casa, que podem ser causadas por obstáculos, como um degrau, por isso a importância de adequações que eliminem os riscos de tropeções, aplicando-se boa iluminação e contraste de cor e textura. É de fundamental importância destacar mudanças de nível ou de direção com sinalização evidente principalmente para pessoas com visão parcial.

Bestetti (2006) complementa aconselhando a utilização de soleira de cor em destaque, inclusive com material antiderrapante nos trechos de mudança de nível ou de ambiente. Já Sâmia (2008) afirma que é importante que a soleira seja nivelada com o piso para evitar tropeções.

Enfatizando-se em relação a obstáculos, os pisos devem apresentar revestimento e acabamento com superfície regular, estável e antiderrapante, estando seco ou úmido. É aconselhado evitar estampas que sugiram impressão de tridimensionalidade de modo a evitar sensação de insegurança, assim como desníveis. É dispensável tratamento quando o desnível for de até 5mm, quando superiores até 20mm devem possuir inclinação máxima de 1:2 (50%) e superiores à medida citada passam a ser considerados degraus (ABNT, 2020).

Visto que as escadas representam risco, dado o alto índice de quedas, é recomendável que o idoso more em casa térrea. Caso contrário deve-se buscar proporcionar segurança nas escadas, com a instalação de corrimãos em toda sua dimensão, evitando utilizar piso com materiais estampados, para evitar confusões em pessoas com a visão reduzida, assim como pingadeiras nas pisadas, que ocasionam risco de tropeço, conforme **Figura 26**. Além disso, é importante destacar o primeiro e o último degrau e usar materiais diferentes nas pisadas e espelhos para o idoso diferenciar com facilidade cada degrau (NAKANO, 2003).

Figura 26 – Detalhe do passo

Fonte: Frank (1998 apud QUEVEDO, 2002)

Conforme a ABNT (2020), a aplicação de sinalização visual nos pisos e espelhos na borda lateral da escada, conforme **Figuras 27 e 28**, é importante para proporcionar segurança. A sinalização pode apresentar 7cm de comprimento e 3cm de largura, mas o ideal é que se estenda a sinalização em todo o comprimento do degrau, com elemento antiderrapante e que seja fotoluminescente ou retroiluminado.

Figura 27 – Sinalização de degraus – Opção A

Fonte: ABNT, 2020

Figura 28 – Sinalização de degraus – Opção B

Fonte: ABNT, 2020

Tratando-se especificamente dos corrimãos, a mesma norma determina que sejam firmemente fixados em ambos os lados em rampas e escadas a 0,92 e a 0,70m do piso, considerando a barra mais alta e a mais baixa respectivamente, com acabamento recurvado nas extremidades (**Figura 29**). No caso de apenas 1 degrau isolado, recomenda-se a instalação de uma barra de apoio vertical ou horizontal de comprimento mínimo de 0,30m, com seu eixo posicionado a 0,75m de altura do piso (ABNT, 2020).

Figura 29 – Corrimãos em escada e rampa, dimensões em metros

Fonte: ABNT, 2020

Os corrimãos devem ser contínuos, sem interrupção, podendo apresentar prolongamento de 0,30m nas extremidades. Quando a escada ou rampa apresentar largura superior a 2,40m será possível a instalação de corrimão central, garantindo faixa para passagem em ambos os lados, com largura mínima de 1,20m para circulação. Nesse caso, quando o patamar apresentar comprimento superior a 1,40m, o corrimão poderá apresentar interrupção, com espaçamento mínimo de 0,80m. Outra opção será a

instalação de corrimãos contínuos em ambos os lados, com as alturas de 0,70m e 0,92m em relação ao piso (ABNT, 2020).

Em edifício voltado para a moradia de muitos idosos é fundamental se atentar para certos cuidados, que podem acrescentar conforto e segurança, como a instalação de corrimão no corredor (**Figura 30**). Quanto aos corredores e áreas comuns, que devem ser bem iluminados, é importante apresentarem sinalização em destaque e visível e largura suficiente para pessoas se cruzarem em sentidos opostos, considerando-se a possibilidade de estarem utilizando cadeira de rodas ou andador (BESTETTI, 2006).

Figura 30 – Corrimão na parede

Fonte: VALINS, 1988

Alguns detalhes podem contribuir para maior segurança, como sensor de presença para evitar que o idoso ande no escuro, interruptor com tecla iluminada, luz de emergência no acesso ao ambiente, que possibilita iluminação em caso de falta de luz. Além disso, é aconselhável evitar grande luminância, ou variação brusca de intensidade de luz, às quais os olhos são sensíveis, podendo causar ofuscamento e consequentemente, confusão visual. Portanto, para evitar esse efeito, é importante que a luminária esteja sempre posicionada de modo a evitar iluminação direta nos olhos (SÂMIA, 2008).

Bestetti (2006, p. 115) cita recomendações do Dr. Wilson Jacob Filho para evitar acidentes: “[...] *iluminar melhor o trajeto, as escadas, colocar corrimão nos pontos de desequilíbrio, retirar ou fixar no piso os tapetes, desimpedir os caminhos*”.

Não é aconselhável a utilização de carpetes, visto que são de difícil manuseio para limpeza, retêm poeira e podem, portanto, contribuir para o desencadeamento de doenças respiratórias. Quanto ao rodapé, aconselha-se utilizar peças arredondadas (geralmente utilizadas em clínicas e hospitais) para evitar o acúmulo de poeira (BESTETTI, 2006).

Nas áreas de circulação é importante se optar por pisos com textura que impeça escorregões e tropeços, se evitando o uso de tapetes, assim como proteger os cantos e

quinas para evitar ferimentos. No caso de móveis é apropriado o canto chanfrado (BESTETTI, 2006). Quanto às áreas de serviços em comum, é aconselhável a utilização de varais de chão para facilitar o acesso (SOUZA, 2019).

Para se evitar ferimentos, a NBR 16537/2016 da ABNT aconselha a implementação de piso tátil de alerta no entorno da projeção de objetos pendurados à distância de 0,60m, conforme **Figura 31**.

Figura 31 – Objeto fixado em superfície vertical

Fonte: ABNT, 2016

Em relação à segurança contra incêndios, é apropriado prever na residência “*sprinklers*”- mecanismo de saída de água instalado no teto, acionado conforme a quantidade de fumaça no ambiente; assim como sistema de alerta relacionado a vazamento de gás. É importante a precaução a riscos relacionados a incêndios em residências para idosos, devido ao lapso de atenção, que pode ocasionar situações de emergência no cotidiano - chama ocasionada por palito de fósforo aceso jogado no lixo, vazamento de gás, etc (BESTETTI, 2006).

Valins (1988) destaca a necessidade de disponibilizar um sistema de alarme, como um serviço de apoio complementar. Conforme ABNT (2020), os alarmes são dispositivos que consistem em alertar quanto a situações de emergência por sinais visuais, táteis (vibratório) e sonoros e devem ser instalados principalmente em ambientes confinados como sanitários e dormitórios.

No sanitário recomenda-se a instalação de dispositivos de alarme (de cor que contraste com a da parede) no box do chuveiro, próximo à bacia, à porta e ao lavatório, à altura de 40cm em relação ao chão, considerando-se principalmente situação de queda, conforme **Figura 32** (ABNT, 2020).

Figura 32 – Possibilidades de posicionamento de dispositivos de alarme no sanitário - exemplos

Fonte: ABNT, 2020

Alarmes, que utilizam recursos elétricos, devem estar de acordo com a NBR IEC 60529/2017 e em ambientes como sanitários e cozinhas, onde há instalações de água, o grau de proteção deve ser IP66. No caso dos demais ambientes o grau mínimo de proteção é IP 54. Quanto as instalações elétricas, deve ser atendida a NBR 5410/2008 (ABNT, 2020).

Porém, muitos idosos não dispõem de recursos financeiros para reformar e adaptar sua residência às condições apropriadas e, segundo Costa et al. (2016), o governo não oferece programas que visem a adaptação da moradia do idoso, apenas programas assistenciais para viabilizar a permanência do idoso em seu próprio lar, como o Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso do Município do Rio de Janeiro e o Programa de Acompanhante de Idosos, oferecido no município de São Paulo.

2.4 CONFORTO AMBIENTAL – PRATICIDADE E BEM-ESTAR

Condições de conforto proporcionam bem estar físico e psíquico, conferindo disposição e estímulo emocional e o fato de o ambiente atender às exigências comportamentais dos idosos colabora para que ele se identifique com o local. Logo, na habitação para idosos é fundamental considerar variáveis para proporcionar aos usuários conforto térmico, acústico e visual, considerando-se cores e iluminação (QUEVEDO, 2002).

Devido às dificuldades visuais que acometem os idosos, a intensidade, a qualidade e a quantidade de luz necessárias para enxergar podem ser maiores do que para as pessoas mais jovens conforme Carstens (1993), logo é apropriado proporcionar o dobro da iluminância ao ambiente para viabilizar conforto visual, comparando-se à iluminância ideal para uma pessoa jovem (ROBSON et al., 1997). Enquanto que um jovem se sente confortável com uma iluminância de 100 lux, para o idoso é indicado 200 lux (INSTITUTO ALEMÃO DE LUMINOTÉCNICA, 1979). A iluminação noturna ao ar livre também é importante para os idosos, cujos olhos podem não se ajustar prontamente às alterações na claridade (CARSTENS, 1993).

Da mesma forma, recomenda-se evitar fortes contrastes de iluminação, de modo a viabilizar zonas de transição gradual entre os ambientes, principalmente entre o ambiente interno e externo, com iluminação intermediária. Isso pode ajudar na orientação do idoso, colaborando para ele reconhecer o trajeto, criando pontos de referência que colaboram para a orientação e compreensão do espaço, principalmente no caso de pessoas com problemas de memória (QUEVEDO, 2002).

Outras técnicas de iluminação também colaboram para auxiliá-los no percurso, como intensificar a iluminação em pontos de interesse, como o final do corredor e promover jogos de luz em espaços monótonos, como uma longa área de circulação, evitando-se fortes contrastes (QUEVEDO, 2002). Recomenda-se o uso de lâmpadas fluorescentes ou com proteção leitosa, para evitar ofuscamento (SOUZA, 2019).

É importante ressaltar que as projeções de luzes podem ser realizadas no teto e paredes, evitando-se contrastes no piso para não insinuar um desnível de modo a confundir o morador. Os artifícios possibilitados com a iluminação colaboram na promoção de sensação de acolhimento por parte do usuário, podendo acarretar em repercussões psicológicas e fisiológicas (QUEVEDO, 2002).

Nesse sentido, Sâmia (2008) sugere que a iluminação seja mais intensa em pontos específicos, ou seja, locais de tarefas. A instalação de luminárias com lâmpadas fluorescentes abaixo dos armários, por exemplo, para proporcionar iluminação indireta, pode facilitar a visualização da bancada na cozinha ou no dormitório.

O ideal é utilizar lâmpadas que ofereçam bom índice de luminosidade, maior vida útil e menor consumo de energia para demandar menos trocas. A iluminação de baixo nível pode auxiliar a destacar obstáculos e direcionar o trajeto. Determinadas cores e texturas nas paredes podem contribuir para acentuar ou minimizar a reflexão da luz (BESTETTI, 2006).

Sâmia (2008) complementa que as cores podem estar relacionadas com a luminância, ou seja, quanto maior o contraste, menor a necessidade de se intensificar a iluminação, a qual pode influenciar aspectos psicológicos das pessoas e suas variações serem estimulantes, refletindo no humor e comportamento das pessoas. Logo, independente da iluminação, as cores a serem aplicadas nas paredes merecem atenção na medida em que também podem causar efeitos psicológicos e até físico-biológicos nos usuários, considerando-se que sua escolha depende do ambiente que se pretende criar (QUEVEDO, 2002).

Bestetti (2006) comenta a respeito da influência das cores no ambiente para proporcionar o bem-estar. As cores quentes como o vermelho, o laranja e o amarelo caracterizam-se como estimulantes e as cores frias, como o azul, o violeta e o verde podem proporcionar efeito tranquilizante, apropriadas para possibilitar a sensação de relaxamento e indicadas para serem utilizadas nos dormitórios e sanitários.

A aplicação das cores pode ser também direcionada para alguns efeitos no ambiente. Para NAFEM (1995), as cores frias proporcionam sensação de amplitude no espaço, ao contrário das cores quentes e escuras, que podem provocar o efeito de diminuição do espaço. Para Sâmia (2008), as cores claras aplicadas nas paredes podem contribuir para melhor iluminação, enquanto estampas podem causar confusão visual.

Além disso, o discernimento em relação à escolha das cores e texturas é importante na medida em que pode proporcionar sensação de segurança com a diferenciação de textura e de cor entre piso e paredes e entre piso e armários, como também o contraste entre as cores do piso para diferenciar os ambientes. Portanto, no ambiente da pessoa idosa é importante evitar a falta de contraste (SÂMIA, 2008).

Visando-se melhores condições de conforto, a instalação de tomadas e interruptores em pontos estratégicos é fundamental, de modo a permitir que uma pessoa sentada ou em pé consiga alcançá-los com tranquilidade. A mesma atenção deve ser dada aos móveis, instalando-se prateleiras em alturas variáveis, nem muito baixas e nem muito altas, de modo a facilitar o acesso (NAKANO, 2003).

A incapacidade de alcançar itens como interruptores ou prateleiras pode ser parcialmente o resultado de uma falta de destreza nas articulações e de controle dos movimentos do corpo (VALINS, 1988). Assim, é fundamental adequar os móveis na residência da pessoa idosa considerando-se a altura e disposição, que devem ser adequadas quanto à antropometria, atentando-se para a curvatura, inclinação e diminuição do tamanho do corpo das pessoas em idade avançada (QUEVEDO, 2002).

Quanto ao mobiliário, Sâmia (2008) aconselha evitar cadeiras com assento baixo e com travessas frontais, visto que o idoso geralmente movimenta a perna para trás para se levantar. É importante a cadeira apresentar encosto alto para o usuário apoiar as costas.

Muitas pessoas sofrem com a perda da capacidade auditiva na velhice, necessitando de maior intensidade sonora para escutar, no entanto, ruídos e sons de efeitos nocivos podem incomodá-las (QUEVEDO, 2002). Carstens (1993) especifica que sons de tom mais baixo e intensidade maior podem ser ouvidos mais facilmente por pessoas mais velhas, embora em alguns casos o aumento do volume não melhore a percepção, caracterizando informação relevante para projetos de sistemas de aviso e orientações audíveis, como campanhas de travessia de ruas.

Quanto mais debilitado o organismo estiver, maior a vulnerabilidade aos efeitos do ruído, entre eles a alienação mental, cujo índice vem aumentando consideravelmente nos grandes centros urbanos, irritabilidade, alteração do metabolismo basal, insônia, perda de apetite, redução da capacidade de concentração, até mesmo perda do equilíbrio, condições que podem causar enfraquecimento (QUEVEDO, 2002).

Conforme Pérez (S/D), a perda auditiva com o avanço da idade é maior nos homens, podendo aumentar com a passagem dos anos, do que nas mulheres, nas quais a perda se reduz por volta dos 55 anos, quando tende a se estabilizar. Os idosos que sofrem com a perda da capacidade auditiva têm dificuldade para se comunicar e tendem a se isolar ou se tornarem depressivos.

Quevedo (2002) afirma que os ruídos graves são menos prejudiciais e em baixa intensidade podem provocar fadiga, já no nível de 130 decibéis podem prejudicar o ouvido interno, enquanto os ruídos agudos são os mais prejudiciais, podendo ocasionar cansaço mental e alterar o equilíbrio neurovegetativo. Os danos causados pelos ruídos podem aumentar, na medida em que a exposição ocorrer de maneira habitual.

Logo, é importante atentar para o tratamento acústico na residência do idoso de modo a prever a proteção antirruído (QUEVEDO, 2002). Robson et al. (1997) afirmam que, para viabilizar conforto acústico, é necessário atentar para a dimensão do ambiente, proporções, revestimentos e propriedades de absorção. A autora cita algumas soluções que podem contribuir para amenizar o incômodo por ruídos nos edifícios, como isolar as lajes com a aplicação de material específico antes do revestimento final no sentido de evitar ruídos de impacto, assim como revestir as caixas de escadas e poços de elevadores com materiais apropriados para isolamento acústico, visto que o vazio facilita a propagação do som. Burris-Meyer et al. (1957 apud QUEVEDO, 2002) lembram que escadas e *halls*, assim como armários, também podem configurar barreiras antirruídos.

Complementando, para proporcionar conforto acústico, também é apropriado utilizar paredes espessas para vedação ou revestir as paredes com painéis apropriados para blindar os ruídos externos, além de evitar incômodo para os vizinhos, causado pelo som alto da televisão e rádio característico de habitação de idoso, dado o declínio da capacidade auditiva (BESTETTI, 2006).

Arborização na área externa também colabora para amenizar os incômodos por ruídos e na área interna é importante o isolamento acústico nas paredes entre os dormitórios. Outra maneira de isolar ruídos, passível de previsão em projeto, é a localização dos cômodos de longa permanência, como dormitório e sala, do lado oposto ao de emissão de ruídos, prevendo áreas de serviços como barreiras (QUEVEDO, 2002).

Quanto ao dormitório, de acordo com Souza (2019), é importante possibilitar aeração e insolação a partir da instalação de janelas grandes e preferencialmente com a altura do parapeito inferior ao usual para possibilitar a vista externa ao idoso que se encontra em cadeira de rodas ou acamado, o que pode conferir influência psicológica positiva (QUEVEDO, 2002). Conforme Sâmia (2008), os fechos e protetores de incidência solar devem apresentar fácil manuseio e altura acessível.

Nesse sentido, a tecnologia avançada oferece mecanismos que podem privar o usuário de se preocupar em fechar a cortina, como o uso do termostato para controle da

insolação. O usuário também poupa esforços ao poder utilizar o controle remoto para acionar persianas, aparelho de ar condicionado ou aquecedor (BESTETTI, 2006).

No entanto, para proporcionar economia de energia na edificação, Quevedo (2002) afirma que é importante considerar a influência climática para a concepção dos espaços, de modo a prever a melhor localização para os cômodos internos, pátios, jardins e corredores para viabilizar conforto térmico a partir de condicionamento passivo.

A ventilação natural é fundamental tanto para conforto térmico quanto para higiene, visto que renova o ar viciado no ambiente interno, remove o calor e controla nível de umidade. No entanto, é necessário que seja adequada, evitando-se fortes correntes de ar que possam causar incômodo. Atentar para essa questão na residência de pessoas idosas é imprescindível, na medida em que muitos sofrem com dificuldades respiratórias e são sensíveis à qualidade do ar (QUEVEDO, 2002).

2.4.1 A importância do conforto térmico para a saúde dos idosos

Pesquisas que relacionam temperatura e saúde têm ganhado maior relevância nos últimos anos, devido à necessidade de se avaliar com maior rigidez os efeitos das alterações ambientais do meio urbano na saúde humana, frente às mudanças climáticas (SILVA, 2010).

Conforme Ribeiro et al. (2016), os estudos que abordam a relação entre clima urbano e saúde foram impulsionados ao longo do século XX, com a intensificação do fenômeno da urbanização. A relevância do tema se deu principalmente com o cenário das mudanças climáticas globais e com o fato de que altas temperaturas podem comprometer a saúde humana com a sobrecarga do organismo em relação à termorregulação e regulação circulatória.

Sartori (2000) comenta que o clima pode ser considerado uma das influências geográficas mais poderosas a que o homem está submetido, influenciando diretamente a saúde humana, até mesmo o estado mental e emocional. A incidência de certas doenças comprova a intensa correlação entre as funções fisiológicas humanas e o clima.

Embora alterações climáticas tenham ocorrido de maneira natural ao longo dos séculos, o aumento da temperatura global nos últimos anos intensificou as mudanças no clima (OLIVEIRA, 2008 apud ALVES, 2014). Pesquisas afirmam que a temperatura do planeta vem aumentando ultimamente de maneira mais acelerada como consequência do efeito estufa, causado por determinados gases liberados pelas atividades industriais e pelos meios de transporte, entre outras ações antrópicas (MARQUES, 2015).

Dentro desse contexto, segundo Nobre et al. (2010), as projeções climáticas alertam para a tendência ao aumento no número de dias e noites quentes na cidade de São Paulo.

O conforto térmico humano está associado à sensação de bem-estar, quando as sensações termo fisiológicas expressam um estado de satisfação, dadas as condições térmicas do ambiente. Na área da saúde, confere-se importância à relação entre a termorregulação e o ambiente atmosférico, atentando-se para o fato de que condições estressantes podem afetar o organismo humano, ao sobrecarregarem o sistema termorregulador (ARAÚJO, 2014).

Conforme Trezza (2014) a sensibilidade térmica diminui com o avanço da idade e o organismo humano passa a conferir menor tolerância aos extremos de temperatura. Parte dos mecanismos que atuam na termorregulação acabam sendo comprometidos por conta da própria faixa etária, enquanto os outros são afetados pelo uso de medicamentos, por doenças ou pelo sedentarismo. Inclusive muitas pesquisas comprovaram alta taxa de morbimortalidade entre os idosos ao serem afetados por ondas de calor (BLATTEIS, 2011; ASTROM, FORSBERG e ROCKLOV, 2011 apud TREZZA, 2014).

A deficiência na capacidade termorregulatória do idoso, ocasionada pelo próprio avanço da idade, é fator de fragilidade que pode ser agravado com o aumento do calor (GARCIA, 2016). Logo, estudos que relacionam temperatura e saúde têm apontado os idosos, juntamente com as crianças, como o grupo mais vulnerável ao calor. Dadas as fragilidades fisiológicas advindas da faixa etária, o estresse térmico pode submeter os idosos ao risco de doenças cardiovasculares e respiratórias (RIBEIRO, 2005).

Para Masculli (2016, p. 21), principalmente no caso de idosos, a experiência com o clima ocorre de maneira “[...] cotidiana, sensorial, subjetiva e objetiva, contínua, em todos os espaços e envolve materialidades [...]”.

O princípio adaptativo relaciona a temperatura de conforto ao contexto no qual os sujeitos se encontram, sendo resultado da interação entre os sujeitos e o ambiente (ROAF et al., 2005). Itimura (2010) afirma que o bem-estar térmico está associado ao grau de energia despendida por ações fisiológicas para a manutenção do equilíbrio térmico, portanto, quanto maior esse grau, maior a sensação de desconforto.

Fatores pessoais e ambientais interferem no trabalho do sistema termorregulador, tendo como variáveis: a taxa de metabolismo, tipo de vestimenta, temperatura ambiente, umidade relativa e velocidade do ar. A combinação desses fatores determina a sensação de conforto ou desconforto térmico, que é subjetiva e pessoal, porém as condições do ambiente interno devem propiciar conforto térmico para a maioria dos usuários (ITIMURA, 2010).

Nesse contexto, os que tiverem mais mecanismos para se adaptarem ao ambiente ou adequar o ambiente às suas necessidades estarão menos propensos a se sentirem desconfortáveis conforme Roaf et al. (2005) e isto precisa ser considerado nas edificações para idosos.

O comportamento dos ocupantes de dada edificação responderá ao ambiente térmico de três maneiras: i) com alterações fisiológicas inconscientes, como sudorese, tremores, tensão muscular e alterações no fluxo sanguíneo; ii) por mudanças comportamentais, com a adição ou remoção de roupas e iii) com alteração de postura ou mudança para um local mais confortável. Além disso, o incômodo poderá fazer com que sejam acionados os mecanismos de climatização artificial ou natural, se disponíveis no edifício, como abertura ou fechamento de janelas, cortinas e persianas, acionamento ou desligamento de ventiladores, aquecedores ou aparelhos de ar condicionado (ROAF et al., 2005).

Muitas pesquisas atestaram a relação entre conforto térmico e saúde, apontando resultados relacionados à melhorias nas condições de conforto térmico no ambiente e repercussões satisfatórias no sistema respiratório dos usuários.

Ige et al. (2018) cita, em estudo de revisão, pesquisas realizadas por Howden-Chapman et al. (2007), Barton et al. (2007), Dedman et al. (2001) e Curl et al. (2015) que investigaram os efeitos do conforto térmico na saúde e bem-estar de adultos. Foram identificados efeitos positivos do conforto térmico na respiração, assim como na saúde física e mental. Além disso, estudos de Woodfine et al. (2011) e de Blackman et al. (2001) investigaram os efeitos positivos do conforto térmico na respiração e bem-estar de crianças e adultos e obtiveram resultados consistentes e significativos. Intervenções de melhorias na habitação a partir da eficiência energética, eliminação de obstáculos internos e adaptações para acessibilidade foram associadas com resultados positivos na saúde, considerando-se qualidade de vida, saúde física e mental (IGE et al., 2018).

Revisão realizada por Thomson et al. (2013) verificou que estudos relacionados a intervenções associadas ao calor e eficiência energética indicaram possibilidade de melhorias na saúde em geral, especificamente em relação ao sistema respiratório e saúde mental. Pesquisas que consideraram pessoas vivendo em condições inapropriadas de conforto térmico ou com doença respiratória crônica testaram a mudança para habitação em condições apropriadas de conforto e puderam comprovar melhorias na saúde. Esses estudos concluíram que adaptações na habitação que proporcionem conforto térmico podem contribuir para melhorias na saúde, especialmente dos que habitam locais em condições inadequadas de conforto térmico ou que apresentam doença respiratória crônica. O aumento do espaço utilizável na edificação foi associado às melhorias verificadas nas condições de conforto, que podem ter repercutido na redução do índice de ausência da escola ou trabalho devido a doenças e no incremento das relações sociais (THOMSON et al., 2013).

Nesse sentido, Shaughnessy et al. (2018) realizaram pesquisa relacionada ao aumento da eficiência energética dos edifícios residenciais finlandeses e lituanos e efeitos na satisfação dos ocupantes em relação à qualidade ambiental interna e à saúde dos moradores. A satisfação dos moradores foi avaliada em relação a parâmetros de qualidade ambiental, como temperatura e taxa de troca de ar, antes e após as adaptações

(abertura de janelas) para melhorar o isolamento térmico e o sistema de ventilação. Associações positivas quanto à saúde, como ausência de doenças respiratórias, foram verificadas após a execução da reforma. Apesar de serem necessárias mais pesquisas para se confirmar a associação entre eficiência energética e reflexos positivos na saúde, o estudo concluiu que há forte relação entre as alterações executadas nos edifícios e a satisfação dos usuários com a qualidade ambiental e saúde (SHAUGHNESSY et al., 2018).

Tratando-se também das consequências das condições de conforto térmico no aparelho respiratório, pesquisa realizada por Itimura (2010) buscou analisar relações existentes entre conforto térmico e padrões construtivos em favelas e prevalência de doenças respiratórias, a partir de estudo de caso na favela do “Assentamento Futuro Melhor” no município de São Paulo. Como resultado, foi observado predomínio de desconforto térmico, na maior parte do tempo de observação, em todas as habitações estudadas. Foram verificadas oscilações extremas de temperatura apesar de as unidades de moradia situarem-se nas proximidades da Serra da Cantareira e de um rio, o que prova que esses elementos externos não garantem conforto dentro das habitações, sendo necessária a adequação dos materiais construtivos das edificações. Os resultados da pesquisa apontaram relação entre doenças respiratórias, padrão das construções e condições socioeconômicas. Foi verificada maior incidência de sintomas respiratórios nas habitações mais precárias, com piores condições de desconforto térmico (ITIMURA, 2010).

Já Bell et al. (2008) verificaram a taxa de mortalidade relacionada ao calor em São Paulo, Santiago (Chile) e Cidade do México (México) e constataram maior risco para a faixa etária acima de 65 anos por causas cardiovasculares e respiratórias, sendo São Paulo a cidade que apresentou maior aumento no risco de mortalidade a cada aumento de unidade de temperatura.

Pereira e Lima (2017) comentam sobre o episódio de onda de calor ocorrida na cidade de Santos em 2010, quando os termômetros registraram 39°C e o índice de umidade ficou em torno de 21%, condição térmica desconfortável, que vitimou 32 pessoas idosas. Harlan et al. (2006) destacam que as maiores taxas de morbidade e de mortalidade associadas a altas temperaturas afetam principalmente os idosos e pessoas carentes, atentando-se para a relação entre desconforto térmico e fatores socioeconômicos.

Ondas de calor são consideradas fenômenos graves. Roaf et al. (2005) comentam que os hospitais ficaram sobrecarregados na França, em 2003, devido ao impacto desses eventos de calor na saúde da população. Na Grécia, em julho de 1987, 2000 mortes foram associadas às ondas de calor (KATSOUYANNI et al., 1988).

Em situações extremas de ondas de calor, sistemas de comunicação e alerta para a população são importantes, destacando-se que há evidências de que a percepção da temperatura ambiente é pior para os idosos. Diversos governos europeus

implementaram programas educacionais informativos com o intuito de evitar doenças relacionadas ao calor, considerando que o indivíduo pode não perceber que precisa mudar seu comportamento em tais condições. Na divulgação à população de informações eficazes relacionadas ao conforto térmico torna-se importante ressaltar determinados componentes como alertas referentes às previsões de ondas de calor que sejam suficientemente confiáveis, principalmente para seguimentos mais vulneráveis da população. Os sistemas de alerta para o aviso prévio do aumento da temperatura, quando acompanhados por intervenções específicas de saúde são geralmente considerados eficazes na redução de mortes durante o fenômeno de onda de calor (ROAF et al., 2005).

Esses mesmos autores afirmam ainda que a falta de definição do padrão das ondas de calor é fator dificultante para lidar com o fenômeno. Muitos países não têm definições locais, assim é difícil identificar parâmetro para comparações internacionais. As mesmas temperaturas podem acarretar diferentes impactos, dependendo da duração do evento ou do período da estação. Além disso, é importante a compreensão bem estabelecida nas relações de causa e efeito entre o ambiente térmico e a saúde (ROAF et al., 2005).

Logo, a compreensão do comportamento humano durante eventos de calor é fator essencial para que mensagens apropriadas possam ser desenvolvidas e direcionadas. Porém, nota-se carência de pesquisas qualitativas sobre respostas comportamentais para ondas de calor e alertas em relação à este fenômeno (ROAF et al., 2005).

Dadas as alterações nos padrões climáticos, a tendência de se intensificar o adensamento urbano e o aumento da longevidade, torna-se necessário aplicar nos projetos de habitações urbanas soluções construtivas adequadas ao conforto térmico, como medida adaptativa. Desse modo, visa-se mitigar os efeitos do calor na saúde humana, principalmente dos idosos, grupo mais vulnerável e diminuir o consumo de energia elétrica para climatização artificial do ambiente construído, amenizando, portanto, o impacto da construção civil no ambiente (ALVES, 2014).

Assim, a habitação apropriada para o idoso deve apresentar espaço suficiente para seus moradores, ser construída com material apropriado e viabilizar proteção adequada ao calor e ao frio (OMS, 2008).

Neste contexto, mecanismos apropriados para conforto térmico devem ser considerados em futuras residências para idosos, dada a vulnerabilidade dessa faixa etária às variações ambientais, principalmente ao calor em países como o Brasil. A aplicação de elementos construtivos para proporcionar conforto na residência direcionada a idosos pode ser considerada prática de promoção da saúde e medida adaptativa em relação às mudanças climáticas.

2.4.2 Desconforto térmico urbano em São Paulo

O corte de árvores, a impermeabilização do solo, o tamponamento de córregos e rios, a utilização de materiais de construção inadequados ao clima local e a liberação de poluição no ar são fatores que impactam a qualidade ambiental. O impacto ocorre na medida em que tais fatores ocasionam o aumento da temperatura das superfícies e do ar, colaborando para a formação do fenômeno de ilha de calor urbana, que altera a velocidade do vento, intensifica a poluição atmosférica e a precipitação convectiva (LOMBARDO, 2009).

O desenvolvimento urbano influencia o microclima na medida em que altera a cobertura do solo a partir de intervenções para criar infraestrutura para suprir demandas urbanas (RIBEIRO et al., 2016). Essas intervenções alteram o clima da região devido à capacidade térmica dos materiais utilizados na construção das cidades, que é mais alta que a dos elementos naturais (ROMERO, 2011). Na **Figura 33** é apresentado o mapa da temperatura da superfície do município de São Paulo, subdividido pelos distritos municipais.

Em consequência, ocorre a formação das ilhas de calor urbanas, com a alteração das características físicas do ar nas proximidades da superfície a partir da variação dos fluxos de massa, do calor sensível e calor latente, de modo a dificultar a dispersão de poluentes e intensificar tempestades (RIBEIRO et al., 2016).

Portanto, esse fenômeno, caracterizado pela maior temperatura do ar em determinada região urbana em relação à temperatura de seus arredores, é consequência da promoção de padrões de uso do solo inadequados para a sustentabilidade urbana (BARROS e LOMBARDO, 2016).

Lombardo (1985) verificou que as regiões com maior concentração de edifícios e de indústrias apresentam temperaturas mais elevadas em relação a áreas com maior índice de áreas verdes, como os bairros residenciais bem arborizados, citando-se como exemplo os Jardins, parques e serra da Cantareira. A autora afirma que a massa edificada do centro da cidade, a intensa movimentação de pedestres e veículos e a falta de vegetação contribuem para se localizar nessa região o pico da ilha de calor, características observadas no bairro do Pari, onde localiza-se o objeto desta pesquisa.

Nesse sentido, é de fundamental importância a implantação de áreas verdes intersticiais na cidade de São Paulo, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população a partir da melhoria das condições de conforto térmico (LOMBARDO, 1985).

Figura 33 – Mapa da temperatura da superfície do município de São Paulo, por Distritos

Fonte: BARROS e LOMBARDO, 2016

A ilha de calor na capital paulista está relacionada aos contrastes climáticos que ocorrem na área urbana. No verão esse fenômeno é associado às perturbações de instabilidade localizadas na mancha urbana, causando a intensificação da precipitação principalmente no período da tarde. No inverno a ilha de calor se associa aos altos índices de poluição e queda da umidade relativa do ar, fatores que favorecem o desconforto térmico urbano (LOMBARDO, 1985).

Conforme Alves (2014) novos padrões climáticos ocasionam novos impactos ao meio urbano e em seus habitantes; a maneira de se construir cidades deve ser adaptada de modo a mitigar os efeitos da ocupação do solo e, portanto, do desconforto térmico na saúde humana.

As ilhas de calor urbanas intensificam o impacto das ondas de calor podendo afetar a saúde e até mesmo causar a morte principalmente de grupos mais vulneráveis como idosos, crianças e doentes crônicos (RIBEIRO et al., 2016).

Considerando-se os riscos proporcionados à saúde humana pelo desconforto térmico, em especial a grupos mais suscetíveis, assim como a implicação em maior consumo de energia para climatização artificial do interior das edificações, medidas alternativas para mitigar a temperatura nos ambientes construídos nas cidades devem ser perseguidas e implementadas.

2.4.3 Conforto térmico na habitação – conceitos de projeto

A arquitetura, o clima e a vegetação guardam estreita relação, visto que influenciam o ambiente. Assim, atentando-se para o fato de que a edificação influencia o microclima e o conforto dos que a habitam, é de fundamental importância o diagnóstico climático do local para adequação da proposta projetual às especificidades climáticas, de modo a tentar viabilizar espaços termicamente confortáveis para os usuários (FRANCISCO, 2009).

Cunha e Vecchia (2007) diferenciam clima e tempo. Enquanto o clima relaciona-se a eventos meteorológicos registrados ao longo de muitos anos, o tempo está associado a ocorrências atmosféricas pontuais. Entre os elementos considerados climáticos em determinada região estão: temperatura do ar, pressão atmosférica, umidade relativa, direção e velocidade dos ventos e nebulosidade (BORSATO, 2000 apud CUNHA e VECCHIA, 2007).

Roriz (1990 apud FRANCISCO, 2009), comparando edifícios a seres humanos, afirma que da mesma forma que as pessoas se vestem de maneira apropriada para cada tipo de clima, o edifício projetado para determinado tipo de clima deverá ser diferente do projetado em outra localização com outras condições climáticas. Logo, a cultura local determina as construções vernaculares, ou seja, adequadas ao clima, utilizando técnicas específicas (ROAF et al., 2005).

Para Romero (2001) a arquitetura bioclimática tem na arquitetura vernácula os preceitos nos quais o homem pode se basear para responder às exigências do meio ambiente. Para a autora, a arquitetura bioclimática “é culturalmente adequada ao lugar e aos materiais locais e utiliza a própria concepção arquitetônica como mediadora entre o homem e o meio”.

O conceito bioclimático foi introduzido nos projetos de arquitetura pelos irmãos Olgyay, nos anos 1960, e se baseia no fato de que, para se obter conforto, há a necessidade do conhecimento de muitas áreas que se interligam, assim como da contemplação de requisitos de ordem socioeconômica, cultural e tecnológica (ITIMURA, 2010). A **Figura 34** apresenta uma síntese da relação entre clima, edificações e a população.

Figura 34 – Relação clima – edificações - população

Fonte: ROAF et al., 2005

A dificuldade dessa abordagem é a grande variação de condições climáticas regionais, o que leva à necessidade de considerar fatores ambientais diferentes para viabilizar conforto térmico, daí a necessidade de mais pesquisas no Brasil para se definir um quadro de índices mais apropriados a cada região do país (ITIMURA, 2010).

Nesse contexto, a norma NBR 15220-3/2005c da ABNT estabeleceu o zoneamento bioclimático brasileiro, composto por oito zonas, conforme **Figura 35**. O zoneamento bioclimático brasileiro foi estruturado a partir do cruzamento de dados climáticos, dados referentes às zonas de conforto térmico humano e aqueles referentes às estratégias de projeto e construção para se atingir conforto térmico (BAGNATI, 2013).

Segundo a NBR 15220-3/2005c, o território brasileiro foi subdividido em oito regiões que apresentam relativa homogeneidade climática, considerando-se a base de dados climáticos do Brasil, as médias mensais de temperaturas máximas, temperaturas mínimas e taxas de umidade relativa do ar. Algumas das 330 cidades de diferentes regiões geográficas foram classificadas com base nos dados de normais climatológicas registrados ao longo de décadas.

Figura 35 – Mapa do Zoneamento Bioclimático Brasileiro

Fonte: ABNT, 2005c

Para a composição do zoneamento bioclimático brasileiro foram consideradas as médias mensais das temperaturas máximas, médias mensais das temperaturas mínimas e médias mensais dos índices de umidade relativa do ar. Em consulta ao mapa de Zoneamento Bioclimático brasileiro, verifica-se que a cidade de São Paulo situa-se na Zona Bioclimática 3, conforme **Figura 36** (ABNT, 2005c).

Figura 36 – Mapa da Zona Bioclimática 3

Fonte: ABNT, 2005c

Foram instituídas soluções técnico-construtivas específicas para cada zona, visando-se otimizar o desempenho térmico das edificações a partir da adequação climática, considerando-se os seguintes parâmetros: dimensão das aberturas para ventilação, proteção das aberturas, vedações externas e estratégias de condicionamento passivo (ABNT, 2005c). Essas diretrizes podem ser consideradas na fase inicial do projeto de arquitetura.

Nesse sentido, Mestre (2014) cita a importância de se considerar o entorno das edificações, atentando-se para os elementos naturais e suas dinâmicas e prever um modo de intervir de forma a atenuar ao máximo a agressão ao meio. A autora destaca a importância das áreas verdes nas cidades, sendo consideradas componentes indispensáveis à sustentabilidade no meio urbano do ponto de vista ecológico e social.

Romero (2011) afirma que o planejamento urbano e o projeto das edificações devem considerar as condições ambientais locais como ventilação e insolação, visto que são variáveis que influenciam a área construída, dada sua relação com a transferência de calor.

Além disso, outras características importantes a serem levadas em consideração durante o desenvolvimento do projeto são: particularidades do terreno, direcionamento dos ventos predominantes, médias mensais de temperatura, amplitude térmica, umidade relativa do ar e fatores que podem influenciar o conforto térmico no interior da edificação (FRANCISCO, 2009).

Logo, o desempenho térmico de edificações está associado a fatores como partido arquitetônico e definição do sistema construtivo. Seu entendimento envolve compreensão quanto às sensações térmicas do usuário, mecanismos de transmissão de calor, análise do clima local, avaliação do desempenho térmico dos materiais e sistemas construtivos (FRANCISCO, 2009).

Conforme Bagnati (2013) a forma da edificação interfere nos fluxos de ar e na incidência de radiação e iluminação solar, logo, influencia o conforto térmico e o potencial de eficiência energética. Rivero (1985) reforça que o mesmo volume interior de determinada edificação pode ser obtido a partir de diversas formas e visto que a quantidade de radiação solar varia conforme a época do ano e o modo como a edificação for implantada, o mesmo volume apresentaria diferentes índices de conforto térmico de acordo com cada formato definido.

Quanto à insolação, parte da radiação incidente na face externa da vedação da edificação será refletida e parte absorvida, de acordo com os índices de absortância e de refletância do material em questão (BAGNATI, 2013). Nesse sentido, aconselha-se aplicar cores claras nas superfícies externas em regiões de climas quentes, para aumentar a reflexão da radiação, que pode proporcionar economia de 7 a 12% de energia para climatização, devido à redução na carga solar (BROWN e DEKAY, 2004).

Embora as superfícies que refletem mais radiação no verão continuem refletindo no inverno, em climas quentes os benefícios obtidos durante o verão supera a perda durante o período frio. Como no verão o sol está mais alto, o efeito das coberturas refletivas é potencializado nessa época, ao contrário do inverno, quando o sol brilha mais ao norte e as superfícies claras acabam tendo desempenho mínimo na redução dos ganhos térmicos (BROWN e DEKAY, 2004).

Edifícios com vedações leves, com baixa capacidade térmica, irão proporcionar desconforto térmico durante os verões quentes, como nos invernos frios. Se as possibilidades de ventilação através das janelas forem limitadas, o potencial de resfriamento noturno durante o tempo quente também será restrito (ROAF et al., 2005).

Nesse sentido, Brown e Dekay (2004) afirmam que a dimensão, a quantidade e a orientação das aberturas influenciam imensamente o consumo energético. Assim, a ampliação do pé direito de ambientes e o emprego de janelas em paredes opostas para possibilitar ventilação cruzada (**Figura 37**) podem minimizar o aquecimento de ambientes, como também favorecer o aproveitamento da luminosidade natural (BRASIL, 2013).

Figura 37 – Esquema de ventilação cruzada

Fonte: BAGNATI, 2013

Ao se estabelecer a orientação solar adequada do edifício, é possível obter uma diferença de aproximadamente 3°C entre a temperatura externa e a interna, conforme Hertz (1998), que pode ser potencializada ao se prever vegetação no entorno da edificação para o sombreamento das fachadas com maior incidência de radiação (BRASIL, 2013).

Além do entorno, quando inserida no telhado a vegetação também pode contribuir para amenizar o calor no ambiente interno. Lamberts et al. (2010) cita pesquisa realizada por Onmura et al. (2001) no Japão, que mostrou que um telhado com grama ocasionou redução de 50% no fluxo de calor para o ambiente interno, devido ao efeito de resfriamento evaporativo e queda na temperatura superficial de 30°C durante o dia. Esses mesmos autores afirmam que a incorporação de vegetação em telhados e paredes pode contribuir para mitigar o fenômeno das ilhas de calor urbanas a partir da evapotranspiração.

Quanto à energia solar incidente no telhado da edificação, ao invés de minimizar seu efeito, também é possível aproveitá-la por meio de placas solares fotovoltaicas (**Figura 38**), que sob a incidência da radiação solar geram energia elétrica, armazenada em conjuntos de baterias para que possa ser utilizada à noite ou em outros períodos. O aquecimento da água também pode ser viabilizado a partir do aproveitamento da energia solar, sendo esse o principal exemplo de aplicação da energia solar em âmbito mundial (BRASIL, 2013).

Figura 38 - Painel fotovoltaico

Fonte: LAMBERTS et al., 2010

Quanto a mecanismos de proteção da incidência solar, citam-se exemplos como o *brise-soleil*, um elemento que deve ser instalado externamente, cuja função é amenizar a incidência solar na fachada (**Figura 39**). O *cobogó* (**Figura 40**) também é um elemento vazado, que provém do muxarabi árabe e possibilita a delimitação de ambientes ao mesmo tempo em que permite a ventilação e a visão do ambiente interno para o externo, mas não o contrário. Já pérgulas (**Figura 41**) são compostas por uma sequência de vigas, que podem ser de madeira, concreto ou metal, geralmente funcionando também como suporte para vegetação. São amplamente utilizadas no Brasil e protegem da incidência direta de radiação solar (BAGNATI, 2013).

Figura 39 – Brise-soleil

Fonte: AECweb, 2015

Figura 40 - Cobogó

Fonte: ARCHDAILY, 2016

Figura 41 - Pérgulas

Fonte: LAMBERTS et al., 2010

Além disso, outros elementos também podem proporcionar sombreamento, como a varanda, que permite apropriação do espaço e proteção contra a chuva, a marquise, que se caracteriza como um elemento de proteção no acesso à edificação e no caso da sacada, serve como anteparo de proteção à radiação solar direta (BAGNATI, 2013).

Nesse contexto, Brown e Dekay (2004) citam os sistemas com segunda pele, que caracterizam estratégia para impedir o ganho de calor em climas quentes e podem ser aplicados em coberturas e nas fachadas. O ideal é que a pele externa apresente alto índice de reflexão e que haja possibilidade de ventilação entre a pele e a própria edificação (BROWN e DEKAY, 2004).

Promover conforto térmico e o uso racional de energia elétrica em edificações implica em valorizar o uso eficiente dos recursos naturais: luz e ventilação. Nesse sentido, pesquisas realizadas pela Eletrobrás apontaram que reformas que adaptam a edificação para a promoção de eficiência energética podem viabilizar redução de 30% no consumo de energia (BRASIL, 2013).

É fundamental a conscientização de profissionais para aplicar técnicas em edifícios visando viabilizar conforto e economizar energia na climatização artificial. A aplicação de recursos de climatização passiva em edificações proporciona adequação climática e contribui para o resgate da qualidade de vida nas cidades.

Além disso, é importante a instalação de mecanismos de alerta em relação a episódios climáticos perigosos (ROAF et al., 2005).

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS VOLTADAS PARA IDOSOS

Tendo em vista o fato de a expectativa de vida estar aumentando, é emergencial o redirecionamento das políticas públicas brasileiras para os idosos, no entanto, fatores políticos, sociais e institucionais dificultam esse processo, num contexto de desigualdades social e territorial com disputas de interesses frente ao poder público e os recursos destinados a essas políticas (MAIO, 2016).

Embora seja insuficiente, há inclusão da população geriátrica na agenda da gestão pública, ressaltando-se a dificuldade do idoso ter acesso a financiamento de moradia, dadas as restrições para se obter linha de crédito nessa faixa etária (MONTEIRO, 2012).

Destaca-se como exemplo de ação promovida pelo estado de São Paulo, o Programa São Paulo Amigo do Idoso, lançado em 2012, que recomenda ações intersetoriais voltadas para habitação, planejamento urbano e transporte para 638 municípios paulistas. Esse Programa prevê a construção de unidades de moradia para pessoas idosas socialmente vulneráveis e suporte financeiro para adaptação domiciliar (COSTA et al., 2016).

Atualmente integrado a esse Programa, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) criou o programa Vila Dignidade, em 2009, que consiste na provisão de núcleos de moradia voltadas para idosos, com o oferecimento também de centro de convivência, área de lazer e assistência social. Nesse caso a acessibilidade é fator primordial e os conjuntos apresentam no máximo 24 unidades habitacionais com 39 m², conforme **Figuras 42 e 43** (CDHU, S/D).

Nesse caso, há requisitos que devem constituir o perfil do beneficiário do programa, como ter idade mínima de 60 anos, ser residente na cidade por no mínimo dois anos, apresentar renda mensal máxima de dois salários mínimos, conseguir realizar suas tarefas diárias de forma independente e ter poucos vínculos familiares (CDHU, S/D).

Esse programa vem sendo implementado pelas Secretarias Estaduais da Habitação e de Desenvolvimento Social, pela CDHU em parceria com prefeituras participantes do projeto. A cidade de Avaré foi pioneira na implementação da Vila Dignidade (CDHU, S/D).

Figura 42 – Setorização – Vila Dignidade de Avaré

Fonte: SOUZA, 2019

Figura 43 - Vila Dignidade de Avaré

Fonte: CDHU, S/D

Outro programa habitacional a ser promovido pelo Estado de São Paulo é denominado Vida Longa, em parceria entre as mesmas Secretarias, CDHU e municípios paulistas. Em fase de projeto, está prevista a construção de 152 unidades habitacionais para suprir demanda de idosos que vivem em situação de vulnerabilidade social em seis municípios, a princípio (CDHU, S/D). Trata-se de uma tentativa de aperfeiçoar o programa Vila Dignidade, visando proporcionar mais conforto e segurança aos moradores, prevendo-se piso antiderrapante e atendimento às normas técnicas de acessibilidade nas unidades de moradia, que apresentarão 28m² de área. O conjunto habitacional também oferecerá refeitório, áreas para lazer e aparelhos para exercícios físicos (CDHU, S/D). Nesse caso, os municípios participantes indicarão os possíveis beneficiários, irão se responsabilizar pela doação de terrenos, assim como pela gestão e manutenção dos conjuntos habitacionais após conclusão das obras (CDHU, S/D).

Além disso, cita-se a Portaria n° 610/2011 do Ministério das Cidades, que se refere ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e estabeleceu que 3% das unidades do programa devem ser direcionadas aos idosos de baixa renda. Em alguns municípios houve aumento dessa porcentagem, como no caso de Santos (5%) e Juiz de Fora (10%). Outros planos municipais também priorizam o atendimento ao idoso, como o Plano da Prefeitura de São Paulo para o período de 2009 a 2024 e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Porto Alegre (COSTA et al., 2016).

Dentro desse contexto, na cidade de São Paulo, a Portaria n°131 de 9 de julho de 2015, em seu art. 2°, também confere ao público idoso prioridade para recebimento do benefício. Trata de alternativas de atendimento habitacional provisório, determina valores limites e regulamenta sua concessão e manutenção (SÃO PAULO, 2019).

Conforme São Paulo (2019):

Há também os critérios para elegibilidade e seleção de beneficiários para Programas Habitacionais da Secretaria Municipal de Habitação, executados com recursos

municipais orçamentários ou do Fundo Municipal de Habitação exclusivamente ou em parceria com outros órgãos e entidades públicos ou privados, disposto na Portaria n° 439, de 17 de novembro de 2010, havendo previsão de priorização dos beneficiários idosos nos Incisos II e III.

Nesse sentido, no município de São Paulo há previsão de disponibilização de moradia para idosos de acordo com os critérios de seleção dos beneficiários determinados por cada programa. Cita-se o PMCMV, o Programa de Locação Social, os Programas Habitacionais definidos pela Portaria n° 439/10, assim como para o atendimento habitacional provisório disposto pela Portaria n° 131/2015 (SÃO PAULO, 2019).

Assim, em relação ao PMCMV, está previsto o atendimento prioritário de idosos no Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários, conforme Item 3.4, alínea A, do Anexo I da Portaria n° 412, de 06 de agosto de 2015. No caso do Programa de Locação Social, também prevê atendimento prioritário para pessoas idosas, conforme disposto na Resolução CFMH n° 23 de junho de 2002, através da locação social de unidades habitacionais já construídas. Esse Programa objetiva ampliar as formas de acesso à moradia para a população de baixa renda que não tenha condições ou interesse de financiar um imóvel (SÃO PAULO, 2019).

Dentro desse contexto, a Vila dos Idosos faz parte de um programa maior da Prefeitura do Município de São Paulo para os bairros centrais: Morar no Centro. Este programa visa melhorar as condições de moradia no centro, como também atrair novos moradores para a região e inclui 13 distritos centrais: Sé, República, Liberdade, Consolação, Bom Retiro, Belém, Mooca, Brás, Pari e Barra Funda (COHAB, S/D).

São fatores convidativos para a revitalização urbana da área central do município, a partir da implementação de programas habitacionais: a existência de terrenos vazios, de edifícios residenciais e comerciais passíveis de reforma, de edifícios históricos de valor cultural, cujo uso habitacional seria uma maneira de viabilizar reabilitação e manutenção, além da infraestrutura existente como acesso a transporte público e serviços (COHAB, S/D).

O Plano Municipal de Habitação de São Paulo apresenta como meta para o Programa de Locação Social (PLS) o atendimento, a longo prazo, da demanda emergencial do Serviço de Moradia Social, como também se caracteriza como uma alternativa de moradia definitiva pelo sistema de aluguel. No entanto, grupos específicos como os idosos de baixa renda devem ser priorizados (SÃO PAULO, 2016).

Esta modalidade visa beneficiar as pessoas de baixa renda em situação emergencial, como as que foram removidas devido à execução de obras públicas, por terem sido vítimas de desastre geológico ou hidrológico, ou pessoas que, por algum outro motivo, encontram-se em situação de vulnerabilidade (SÃO PAULO, 2016).

O PLS não será viabilizado apenas a partir de obras novas: prevê também a reabilitação de edifícios ociosos na região central da cidade para ampliar a oferta do programa, que poderá ser viabilizada a partir de Parceria Público Privada (SÃO PAULO, 2016). Dessa maneira, esta modalidade busca conter os processos de *gentrificação*⁴ em áreas centrais e valorizadas, assim como contribuir para regular os valores do aluguel.

O PLS viabiliza a moradia em áreas já valorizadas ou em processo de valorização, evitando-se investimento de recursos públicos na aquisição fundiária. Nesse sentido, o Plano estabelece que esse Programa deve se tornar uma alternativa de moradia consistente na cidade (SÃO PAULO, 2016).

A viabilização de terrenos ou imóveis para o Programa se dá por meio da destinação obrigatória de 30% dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) para esse fim, assim como por meio da priorização da produção de Habitação de Interesse Social (HIS) em terrenos municipais nos Projetos de Intervenção Urbana (PIU), Operações Urbanas Consorciadas (OUC) e Áreas de Intervenção Urbana (AIU). Além disso, também deverá ocorrer a reabilitação de edifícios públicos em áreas centrais, incluindo-se os imóveis do INSS doados à Prefeitura como pagamento de dívidas (SÃO PAULO, 2016).

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) 2, 3, 4 e 5 estabelecidas pela Lei Municipal nº16402/2016 – Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) são consideradas áreas potenciais para provisão de moradia, porém, grande parcela dessas glebas é desconsiderada por ser destinada a abertura de vias, praças, áreas institucionais e áreas verdes. Além disso, há outros fatores que conferem dificuldade, como áreas edificadas, ociosas ou ocupadas, lotes demarcados como ZEIS, que não apresentam a dimensão exigida para destinação para HIS, sendo necessário o remembramento dos lotes para ativação desse potencial (SÃO PAULO, 2016).

Nesse sentido, a legislação urbanística municipal apresenta os seguintes instrumentos para a viabilização de imóveis para o PLS: desapropriação amigável, desapropriação parcial (pavimentos superiores), doação em pagamento, arrecadação por abandono, doação de imóveis ou terrenos com transferência de potencial construtivo, herança vacante, remanescentes de desapropriação e otimização de áreas institucionais - compartilhamento com outros equipamentos (SÃO PAULO, 2016).

No município de São Paulo, são exemplos de programas habitacionais voltados para idosos viabilizados pela Prefeitura Municipal de São Paulo para moradia no centro: o *Morada Nova Luz*, que abriga cerca de 100 idosos, e o *Edifício Cineasta*, que abriga artistas aposentados em cerca de 50 apartamentos (COHAB, S/D). Em ambos os casos,

---

⁴ *Fenômeno que afeta uma região pela alteração da composição local, a partir da construção de novos edifícios residenciais ou comerciais, valorizando o local. Tal processo é acompanhado do aumento dos custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de baixa renda na região (ALCÂNTARA, 2018).*

os programas de moradia consistiram na reabilitação de edifícios antigos. No caso do *Morada Nova Luz*, localizado na rua Helvetia, o edifício onde funcionou o Hotel Arpege nas décadas de 1950 a 1970 foi o escolhido para receber idosos de Centros de Acolhida para moradia permanente, iniciativa que partiu da Secretaria Municipal de Assistência Social (SÃO PAULO, 2010). Quanto ao antigo *Edifício Cineasta*, localizado na Avenida São João, este passou por reforma viabilizada pelo Programa Renova Centro, criado pela Prefeitura Municipal em 2010, para oferecer salão de festas, sala multiuso, área médica e setor administrativo aos novos moradores, integrados por músicos, cenógrafos, atores e demais artistas aposentados (SÃO PAULO, 2012).

Neste caso, as unidades de moradia do edifício, que recebeu o novo nome de *Palacete dos Artistas*, foram disponibilizadas por sistema de arrendamento, ou seja, os beneficiados contribuem com cerca de 10 a 12% de sua renda mensal para o aluguel e as unidades continuam pertencendo ao poder público municipal (SÃO PAULO, 2014).

Os programas de HIS devem atentar para as necessidades da população geriátrica, reforçando-se o oferecimento de serviços de assistência social, considerando-se a tendência ao envelhecimento da população brasileira, assim como a fragilidade inerente a essa fase da vida e, em muitos casos, a falta de cuidados por parte de familiares. Portanto, é urgente que se coloque na agenda nacional das políticas públicas a questão do envelhecimento com foco em habitação apropriada em relação aos aspectos de acessibilidade, segurança, conforto e eficiência energética.

2.6 SOLUÇÕES PARA MORAR COM QUALIDADE DE VIDA

Cócolo (2018) afirma que, segundo a geriatra Sathie Kamizono, a moradia coletiva pode contribuir para afastar o sentimento de solidão dos moradores, o que contribui na prevenção da depressão, demência, doenças cardiovasculares, entre outras doenças. De acordo com a geriatra, envelhecer convivendo junto com outras pessoas *“melhora a qualidade de vida e, conseqüentemente, reduz a quantidade de hospitalização e aumenta a expectativa de vida”*.

Dentro desse contexto, cita-se a iniciativa de um grupo de 65 pessoas integrado por professores aposentados, funcionários e ex-alunos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que decidiram construir uma moradia coletiva no formato de vila comunitária, com espaços de convívio social em Campinas, buscando suporte mútuo por parte dos colegas e manutenção da autonomia (CÓCOLO, 2018).

Esse modelo de *“cohousing”*, que surgiu na Dinamarca e se disseminou nos Estados Unidos e Canadá demanda a participação dos moradores na fase de projeto até o gerenciamento das moradias. Nesse caso, o benefício principal é a interação social, portanto, espaços para sociabilização como hortas, salas para refeições e varandas recebem muita atenção durante a fase de projeto (CÓCOLO, 2018).

Além disso, o projeto da Vila Conviver também considerará aspectos de segurança e acessibilidade, prevendo-se o término da obra para 2021. O professor

aposentado Bento da Costa Carvalho afirma que será a primeira *cohousing* específica para idosos no Brasil (CÓCOLO, 2018).

Quanto ao contexto internacional, Alberti (2016) comenta a respeito de uma iniciativa que partiu de idosos na cidade de Cuenca, na Espanha. Como solução para evitar morar junto com os filhos ou em casa de repouso, dois colegas fundaram um local de moradia voltado para idosos chamado Convivir, gerido pelos próprios moradores, ou seja, uma espécie de “república”.

A Convivir já conta com cerca de 87 idosos numa área de mais de 7 mil m², com jardim, pomar, bar e ginásio. Como medidas de segurança, são evitados móveis com quinas e todos os dormitórios apresentam botões de alarme de emergência. Esse tipo de empreendimento é considerado tendência na Europa (ALBERTI, 2016).

O Lar Peter Rosegger localizado em Graz, na Áustria, é outro exemplo de habitação que contempla as necessidades dos idosos quanto à distribuição dos ambientes, com o intuito de facilitar a locomoção e estabelecer comunicação visual entre eles para proporcionar segurança e facilidade de orientação (ARCHDAILY, 2014). Esse empreendimento foi executado em 2014 e se optou pelo uso da madeira em larga escala (**Figuras 44, 45 e 46**), para tornar os ambientes aconchegantes, em meio a áreas sombreadas e ensolaradas. Salas de estar na casa e no jardim proporcionam facilidade para sociabilidade (ARCHDAILY, 2014).

Figura 44 - Lar Peter Rosegger, Áustria - vista externa

Fonte: ARCHDAILY, 2014

Figura 45 – Lar Peter Rosegger, Áustria - vista interna

Fonte: ARCHDAILY, 2014

Figura 46 – Lar Peter Rosegger, Áustria – vista interna

Fonte: ARCHDAILY, 2014

Observa-se, na planta baixa do Lar Peter Rosegger, áreas destinadas ao convívio social, com espaços diversificados (**Figura 47**), de modo a facilitar a integração entre os moradores, fator importante para os idosos.

Figura 47 – Lar Peter Rosegger, Áustria – planta baixa

Fonte: ARCHDAILY, 2014

Observa-se em outro exemplo também da Áustria, o Lar de Idosos Nenzing, o mesmo destaque para a área social, implantada na região central do edifício para facilitar o acesso aos residentes e funcionários. O material translúcido utilizado no teto permite que a luz natural adentre o ambiente (**Figura 48**) e a distribuição das unidades residenciais favorece caminhadas pelo edifício sem obstáculos.

Figura 48 - Lar de idosos Nenzing, Áustria

Fonte: ARCHDAILY, 2014

Novamente na Áustria, em Leoben, encontra-se o Lar de Repouso e Cuidados Especiais. Nesse edifício, verifica-se atenção também para com a área social, localizada no pavimento térreo que dá acesso ao jardim de inverno e cercada por portas de correr (**Figura 49**), de modo a viabilizar a ampliação do ambiente no caso de festas e eventos (ARCHDAILY, 2016).

Figura 49 – Lar de Repouso e Cuidados Especiais, Leoben, Áustria – vista interna

Fonte: ARCHDAILY, 2016

Nesse caso, a iluminação foi um aspecto importante enfatizado no projeto, evitando-se ambientes escuros, aproveitando-se a luz natural que adentra o edifício pelo jardim de inverno (**Figura 50**), por meio de aberturas inseridas nas áreas de circulação e pelos terraços, os quais foram posicionados de modo a permitir a vista das paisagens (ARCHDAILY, 2016).

Figura 50 - Lar de Repouso e Cuidados Especiais, Leoben, Áustria – vista interna

Fonte: ARCHDAILY, 2016

Outro exemplo é o lar de idosos localizado na França, próximo ao povoado de Orbec, com projeto inovador nos ambientes que utilizou cores fortes (**Figuras 51 e 52**), para criar dinamismo no ambiente interno e na área externa criar harmonia com a paisagem da colina (ARCHDAILY, 2016).

Figura 51 – Lar de Idosos na região de Orbec, França – vista externa

Fonte: ARCHDAILY, 2016.

Figura 52 – Lar de Idosos na região de Orbec, França – vista interna

Fonte: ARCHDAILY, 2016

Nesse edifício todas as unidades habitacionais estão dispostas de modo a facilitar a entrada de luz natural e permitir a visão da paisagem do entorno (ARCHDAILY, 2016).

A preocupação com as cores no ambiente interno também foi verificada no Lar de Idosos em Perafita, região do Porto, Portugal. Nesse caso os arquitetos buscaram proporcionar dinamismo nos ambientes de passagem a partir de cores, grafismos no piso e teto, assim como iluminação, conforme ilustrado nas **Figuras 53, 54 e 55** (ARCHDAILY, 2015).

Figura 53 – Lar de Idosos em Perafita, Portugal – vista interna

Fonte: ARCHDAILY, 2015

Figura 54 – Lar de Idosos em Perafita, Portugal – vista interna

Fonte: ARCHDAILY, 2015

Além disso, houve a preocupação em definir áreas de circulação de modo a estabelecer independência no fluxo de funcionários, moradores e visitantes (ARCHDAILY, 2015).

Figura 55 - Lar de Idosos em Perafita, Portugal – vista interna

Fonte: ARCHDAILY, 2015

Todos os exemplos apresentados tratam de habitações nas quais foram priorizadas soluções para proporcionar bem-estar aos moradores de idade avançada. São pontos de destaque: a disponibilização de ambientes apropriados para sociabilidade e tratamento dos espaços com iluminação, a aplicação de cores e materiais adequados para proporcionar satisfação ao usuário, além da valorização da relação com a área externa. Nesse sentido, consideram-se essas obras como importantes referências para futuros projetos voltados para habitação de população idosa.

Nesse sentido, verifica-se que embora a Vila dos Idosos, objeto da presente pesquisa, ofereça ambientes apropriados para sociabilidade e permeabilidade com a área externa, há aspectos de acessibilidade, conforto e segurança que podem ser potencializados.

3. RESULTADOS: ESTUDO DE CASO NA VILA DOS IDOSOS

3.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE O BAIRRO DO PARI

O povoado do Pari formou-se no final do século XVI, situado entre os rios Tamanduateí e Tietê e composto por índios, portugueses e mamelucos, que viviam da pesca. O termo “Pari”, que mais tarde nomeou o bairro, diz respeito a uma cerca de taquara ou de cipó, que era estendida de margem a margem do rio Tamanduateí como armadilha para a captura de peixes, ou seja, uma técnica de pesca. A venda do pescado acontecia no entorno da igreja do Carmo, até a inauguração do Mercado Municipal, em 1867, na atual Rua 25 de Março (ALVES, S/D).

Conforme Pacca (2010), a partir de 1870 se deu o desenvolvimento do Pari e o surgimento de bairros operários como o Brás, o Belenzinho e a Moóca, desencadeados pela implantação do eixo ferroviário São Paulo Railway (Santos-Jundiaí e RFFSA), em cujas proximidades as fábricas se instalaram. Entre 1885 e 1890 chegou a ser criada uma espécie de alfândega entre os bairros Brás e Pari, que funcionava como uma extensão da alfândega de Santos, com o intuito de facilitar o comércio local (ALVES, S/D).

Em 1914, foi fundada a paróquia Santo Antônio do Pari por Dom Duarte Leopoldo e Silva. Em 1924 foi fundada a Matriz de Santo Antônio do Pari, período em que o bairro passou a acolher imigrantes italianos, que ocupavam a Praça Padre Bento (largo do Pari) nos finais de semana para dançar a “*tarantella*”- dança popular característica da cultura italiana (ALVES, S/D).

O Pari também acolheu, a partir da década de 1950, espanhóis, palestinos, gregos, chineses, árabes e japoneses atraídos pelo crescimento das indústrias e do comércio local, predominando os ramos de comércio de doces, plásticos e confecções. A partir da década de 1970 o bairro recebeu imigrantes nordestinos e a partir da década de 1980 o Pari passou a receber bolivianos, paraguaios e coreanos, sendo os últimos proprietários das maiores confecções (PACCA, 2010).

Atualmente o Pari é considerado um dos menores distritos da capital, cuja área é apresentada na **Figura 56**; abrange o bairro do Canindé, onde se situa o estádio da Associação Portuguesa de Desportos e encontra-se inserido na região administrada da Subprefeitura da Moóca. Apresenta relevo praticamente plano, por situar-se na várzea do Rio Tietê, ruas largas e asfaltadas, com predominância de residências térreas e edifícios baixos, com no máximo três andares, como também possui muitos galpões e garagens de transportadoras (SÃO PAULO, 2008).

O distrito do Pari apresenta área de 2,90 km², população de cerca de 17.300 (referente a 2010), com densidade demográfica de 5.970 hab/km² (SÃO PAULO, 2019).

Fonte: Geosampa (SÃO PAULO, S/D)

De acordo com Pacca (2010), linhas férreas, grandes rios e avenidas de tráfego intenso, presentes no distrito da Pari, são aspectos que desestimulam a vida urbana, na medida em que prejudicam o fluxo de pedestres e não contribuem para a atração de investimento econômico na região, com a implantação de novos empreendimentos no local.

Somam-se como aspectos negativos no distrito a presença de muitos postos de gasolina, imóveis fechados e abandonados, grandes garagens de ônibus e de caminhões, galpões industriais, favelas e cortiços que contribuem para tornar o local não convidativo, compondo um visual que proporciona sensação de insegurança (PACCA, 2010). A **Figura 57** é referente ao mapa de uso e ocupação do solo do Distrito do Pari.

Figura 57 – Uso do solo – Distrito do Pari, 2006

Fonte: PACCA, 2010

Conforme Pacca (2010), a provisão de habitação popular no Pari a partir da iniciativa do poder público se deu a partir de 2000 pela COHAB/SEHAB para suprir demanda da Associação de Catadores de Papel na Esquina da Rua das Olarias com a Rua Araguaia. Além da iniciativa do poder público municipal, encontram-se na região edifícios residenciais executados pela CDHU.

Embora residências sejam facilmente observadas em todo o distrito, passam despercebidos os cortiços, que existem em grande quantidade. Tratam-se de imóveis adaptados para abrigar diversas famílias, geralmente em condições precárias de habitabilidade, com banheiros, áreas de serviços e até mesmo cozinhas de uso comum. Além de 162 cortiços apontados pelo censo de 2000 do IBGE, há também duas favelas no distrito (PACCA, 2010).

A mesma autora comenta que a deterioração dos bairros centrais acontece devido ao abandono por parte do Poder Público, somado à insuficiência de recursos para provisão de Habitação de Interesse Social (HIS) para atender à alta demanda local, como também à falta de interesse por parte do mercado imobiliário (PACCA, 2010).

3.2 VILA DOS IDOSOS: UM INCENTIVO À MORADIA NO CENTRO

Este estudo tem como objeto de análise o Conjunto Habitacional de Interesse Social Vila dos Idosos, localizado no bairro do Pari, região central do município de São Paulo. Conforme Bedolini (2014), esse empreendimento foi concretizado a partir do empenho do Grupo de Articulação para Moradia de Idosos na Capital (GARMIC) como resultado da luta pelo direito à moradia dos idosos de baixa renda. Esse grupo atua em parceria com o Conselho Municipal do Idoso e embora as reivindicações tenham se iniciado em 1999, somente em 2003 foi declarado que o terreno estava à disposição para a construção do conjunto habitacional (TALARICO, 2010).

O projeto da Vila dos Idosos foi desenvolvido pelo escritório de arquitetura Vigliecca & Associados em 2003 e a construção foi executada pela COHAB e finalizada em 2007. O empreendimento está inserido em terreno de forma irregular, anteriormente ocupado por uma cooperativa de catadores (**Figura 58**), que apresenta como vizinhança imediata residências unifamiliares e a Biblioteca Pública Adelpha Figueiredo (BEDOLINI, 2014).

O terreno foi classificado como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS 3) pela Lei 13.430/2002, antigo Plano Diretor Estratégico do município, quando foi disponibilizado para a execução da obra. O entorno da área encontra-se consolidado, com infraestrutura básica instalada como redes de energia elétrica, de distribuição de água e de coleta de esgoto sanitário, com uso do solo variado, havendo residências, estabelecimentos comerciais, serviços, assim como galpões fabris no bairro, caracterizado como um importante polo atacadista de confecções (COHAB, S/D).

Figura 58 – Área disponibilizada para a implantação da Vila dos Idosos

Fonte: COHAB, 2005

Elaboração: A autora

Conforme Lombardo (1985), parte do bairro do Pari apresenta área densamente construída, com ocupação horizontal intercalada com ocupação vertical e baixo índice de cobertura vegetal, caracterizando-se como uma região árida, localizada ao sul da marginal Tietê, conforme é possível observar na **Figura 59**, na qual foi destacado o objeto da pesquisa.

Figura 59 – Entorno da Vila dos Idosos e trecho do Rio Tietê, bairro do Pari

Fonte: Geosampa (SÃO PAULO, S/D)

Elaboração: A autora

Esse programa de habitação voltado para idosos de baixa renda foi viabilizado de maneira inovadora quanto às formas de produção, gestão, proposta arquitetônica (**Figuras 60 e 61**) e política pública, quando comparado às características gerais de programas de moradia implantados geralmente em áreas periféricas, que replicam projetos padronizados, desconsiderando-se as características ambientais locais (ANITELLI e TRAMONTANO, 2017).

Figura 60 – Vista externa do Conjunto Habitacional Vila dos Idosos

Fonte: COHAB, 2007

Figura 61 – Vista do Conjunto Habitacional Vila dos Idosos e área externa

Fonte: COHAB, 2007

Conforme Anitelli e Tramontano (2017), o Conjunto Habitacional Vila dos Idosos está vinculado a um componente do Programa Morar no Centro chamado Programa de Locação Social (PLS), que inova no sentido de as unidades habitacionais serem construídas para arrendamento, em área já consolidada, sendo parte do aluguel subsidiado com recursos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). Essa proposta se volta para o público que apresenta renda máxima de até três salários mínimos e faixa etária acima de 60 anos.

A gestão da Vila dos Idosos se dá a partir da articulação de dois órgãos: a Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB) e a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) da Prefeitura do Município de São Paulo. A COHAB foi responsável pela construção do edifício, sendo que atualmente continua responsável pela manutenção do local e administração do condomínio. A SEHAB é encarregada da gestão do Programa de Locação Social (PLS), inscrição da fila de espera, avaliação da renda dos beneficiados para adequação dos subsídios e da supervisão do acompanhamento sócioeducativo (BEDOLINI, 2014).

Bedolini (2014) afirma ainda que a instituição conta com parcerias de várias entidades públicas e privadas, assim como com doações individuais ou de empresas, como é o caso do mobiliário e dos eletrodomésticos destinados ao uso coletivo em ambientes de uso comum, adquiridos por doações.

Anitelli e Tramontano (2017) comentam que muitos serviços também são subsidiados pelo poder público, como o valor do condomínio, a manutenção dos três

elevadores, o serviço de empresa de segurança e a manutenção do jardim. Nesse caso, mesmo após a ocupação do empreendimento, o poder público continua sendo o proprietário e gestor, garantindo a manutenção do local e minimizando custos que ficariam a cargo dos próprios moradores, caso os apartamentos fossem vendidos (ANITELLI e TRAMONTANO, 2017).

O amparo por parte do poder público não se limita à manutenção da infraestrutura; serviços de apoio psicológico, médico e logístico também são garantidos sem custos para os moradores. A assistência médica é oferecida nas dependências do próprio conjunto ou recorre-se aos postos de saúde localizados nas proximidades para exames ou consultas específicas, com o acompanhamento de voluntários (CANTERO e GHOUBAR, 2010).

3.2.1 Características construtivas do edifício

A área na qual o empreendimento Vila dos Idosos encontra-se implantado apresenta 11.762,32m² e pertence à Prefeitura do Município de São Paulo, estando parcialmente ocupada pela Biblioteca Municipal Adelpha Figueiredo, que ocupa a porção de 4.400,57m², restando, portanto, exclusivamente para o Conjunto Habitacional a área de 7.361,75m². O edifício apresenta dois tipos de moradia: quitinetes e apartamentos de um dormitório, sendo de 60% e 40% respectivamente as porcentagens das diferentes tipologias do total de unidades habitacionais oferecidas (COHAB, 2004).

O edifício apresenta 4 pavimentos e área total construída de 8.193,20 m², oferecendo 145 unidades de moradia. Desse total, 9 apartamentos (**Figura 62**) e 16 quitinetes (**Figura 63**), localizados no térreo, são adequados para pessoas com mobilidade reduzida e o restante das unidades é composto por 48 apartamentos e 72 quitinetes distribuídos pelos outros 3 pavimentos. A área externa apresenta 4.958,28 m², composta por horta comunitária, quadra de bocha, área verde, praça e espelho d'água (COHAB, 2004).

Figura 62 – Edifício Vila dos Idosos, planta baixa do apartamento

Fonte: COHAB, 2004

Escala: Sem escala

Figura 63 – Edifício Vila dos Idosos, planta baixa da quitinete

Fonte: COHAB, 2004

Escala: Sem escala

A estrutura do edifício é mista, composta por alvenaria estrutural e por estrutura de concreto armado convencional, utilizada especificamente nas salas de uso múltiplo e salão comunitário, pelo fato de apresentarem grandes vãos e estarem implantados no pavimento térreo. As lajes e escadas foram executadas em concreto armado moldado *in loco* (COHAB, 2004).

A cobertura do edifício é composta por aço galvanizado e telhas trapezoidais apoiadas na laje. As vedações são compostas por bloco de concreto estrutural ou de vedação e, quanto ao revestimento, internamente as alvenarias receberam massa e acabamento em pintura látex na cor branca ou acrílica na cor branca sobre gesso. Nos sanitários, as paredes foram revestidas com cerâmica esmaltada na cor branca e as áreas sem a cerâmica receberam pintura acrílica impermeável na cor branca. No teto foi aplicada pintura látex PVA na cor branca. Externamente, as alvenarias foram revestidas com emboço, reboco e texturizado acrílico (COHAB, 2004).

Quanto ao piso, configurou-se em laje de concreto nivelado a *laser*, acabado com motoacabadora nas áreas de circulação, salas e dormitórios quando a obra foi finalizada (COHAB, 2004). No entanto, posteriormente muitos moradores revestiram o piso nesses cômodos com cerâmica, por conta própria. Conforme COHAB (2004), o piso dos sanitários e cozinhas recebeu cerâmica esmaltada na cor cinza prata sobre a laje devidamente impermeabilizada, com rejuntamento em produto a base de cimento e aditivos com pigmentos na cor branca.

No caso dos forros, foram utilizadas placas de gesso fixadas com arame amarrado na laje nas áreas úmidas e de circulação, que receberam pintura látex na cor branca. As portas de entrada dos apartamentos são de madeira maciça e as dos dormitórios e sanitários são de miolo colmeia, com batentes de madeira na cor branca (COHAB, 2004).

Em relação às janelas, são de aço zincado. No caso das salas e dormitórios são de correr e nas cozinhas, lavanderias e banheiros são do tipo basculante. Todas as janelas receberam acabamento com pintura eletrostática com tinta polyester pelo processo contínuo de polimerização na cor preta (COHAB, 2004).

O edifício apresenta circulações e escadas dimensionadas e especificadas de acordo com as normas de segurança devidamente sinalizadas para auxiliar o abandono do local no caso de emergência. Hidrantes e extintores foram locados de acordo com as normas de bombeiros e projeto específico (COHAB, 2004).

3.3 ANÁLISE TÉCNICA: ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA

Tratando-se de ambiente voltado para idosos, é fundamental considerar o aspecto da segurança como também de acessibilidade no projeto, destacando-se a necessidade de se consultar a norma técnica de acessibilidade NBR 9050/2020 e NBR 16537/2016 ambas da ABNT. Muitas vezes soluções referentes à acessibilidade são previstas em projeto, porém mal executadas na obra, adaptadas de maneira emergencial, ignorando-se elementos importantes.

O edifício da Vila dos Idosos apresenta apartamentos e quitinetes acessíveis no pavimento térreo e alguns elementos que podem servir como pontos de referência, como o salão de festas, o espelho d'água e a horta, conforme podem ser vistos na **Figura 64**, os quais caracterizam ambientes para sociabilidade.

A circulação é determinada pelo modo de implantação do edifício, com trechos cobertos pela própria projeção do edifício e trechos descobertos, como no entorno do espelho d'água. Nessa área há caminhos definidos com piso antiderrapante, que colaboram para estruturar a circulação, mas sem anteparos de apoio ou áreas cobertas, conforme **Figura 65**, que poderiam caracterizar elementos estruturantes desse ambiente, de modo a proporcionar melhor orientação espacial ao morador.

Figura 64 – Edifício Vila dos Idosos, setorização do pavimento térreo

Fonte: COHAB, 2004

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Logo, os espaços apropriados para a interação entre os moradores situam-se no pavimento térreo, porém há salão de jogos nos demais pavimentos.

Figura 65 – Edifício Vila dos Idosos, vista externa e do espelho d'água

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Há três elevadores e caixas de escadas, situados nos extremos e na parte intermediária do edifício para facilitar a circulação para os demais pavimentos. Nos andares superiores (**Figura 66**) não há unidades de moradia acessíveis, ou seja, adaptadas para pessoa com mobilidade reduzida.

Figura 66 – Edifício Vila dos Idosos, setorização do pavimento tipo (2° ao 4°)

Fonte: COHAB, 2004

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Foi observado que há uma rampa rente à calçada, com inclinação considerável, que oferece acesso à entrada do empreendimento, sendo que não há piso tátil de alerta nas extremidades da rampa. Embora haja corrimão de um lado, ele não está de acordo com a norma técnica de acessibilidade NBR 9050/2020, conforme **Figura 67**.

Figura 67 – Edifício Vila dos Idosos, rampa de acesso ao edifício

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

Ao lado da rampa de acesso ao edifício há uma pequena praça, frequentada pelos moradores. Visto que há desnível em relação à rampa e à calçada (**Figura 68**), seria apropriado instalar guarda-corpo nessas extremidades para evitar queda.

Figura 68 – Edifício Vila dos Idosos, praça ao lado da guarita

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

No acesso do edifício, na área de circulação no pavimento térreo há uma caixa de hidrante suspensa na parede e não há piso tátil de alerta em volta da sua projeção, conforme **Figura 69**. Não há piso tátil direcional, também necessário para auxiliar o trajeto de pessoas com capacidade de visão reduzida, devido aos pilares existentes no local (**Figura 70**). No caso de pessoa com dificuldades visuais, que utiliza um elemento de apoio, a sinalização de obstáculos é essencial para evitar esbarrões e impedir ferimentos.

Figura 69 – Edifício Vila dos Idosos, área de circulação sem piso tátil de alerta e direcional

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

Figura 70 – Edifício Vila dos Idosos, pátio interno do pavimento térreo sem piso tátil direcional

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

Conforme a norma NBR 16537/2016 é necessário 1m de distância entre a borda da sinalização tátil direcional e as paredes ou pilares, conforme ilustrado na **Figura 71**.

Figura 71 – Distância mínima entre a sinalização tátil direcional e obstáculos

Fonte: ABNT, 2016

Ainda se tratando de áreas de circulação, foi observado que as escadas não apresentam piso tátil de alerta nas extremidades, nem sinalização de alerta em cada degrau, para destacar o desnível, conforme visualizado nas **Figuras 72 e 73**.

Figura 72 – Ausência de sinalização de alerta nos degraus da escada

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

Figura 73 – Ausência de sinalização de alerta nos degraus da escada

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

Seria adequado assentar o piso tátil direcional nas áreas de circulação, devido aos pilares existentes. Embora a situação de falta desse piso mostrada na **Figura 74** tenha sido registrada no quarto pavimento do edifício, foi observado que se repete em todos os pavimentos, como também a falta de piso tátil de alerta em torno da projeção do elemento suspenso na parede, aconselhado para evitar ferimentos. Além disso, verificou-se que não há corrimão na parede, que poderia servir para apoio para os moradores caminharem no corredor, visto que é extenso.

Figura 74 – Ausência de sinalização tátil de alerta e direcional no piso e de corrimão na parede

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

Verificou-se que há um pequeno degrau para acessar as unidades de moradia (**Figuras 75 e 76**), o que exige maior esforço das pessoas com mobilidade reduzida e das que sofrem com fraqueza nas pernas. Tratando-se de habitação para idosos seria necessário também um cuidado maior com o piso, evitando-se saliências para minimizar o risco de tropeções, conforme **Figura 77**.

Figura 75 - Degrau de acesso às unidades de moradia

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

Figura 76 - Degrau de acesso às unidades de moradia

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

Figura 77 - Desnível na área de circulação

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

Foi verificado que a porta de acesso às unidades de moradia (quitinetes e apartamentos) apresenta 90 cm de largura. É suficiente para uma pessoa passar com folga sem anteparos de apoio, com muleta(s), andador rígido ou tripé e de cadeira de rodas, de acordo com a norma NBR 9050/2020, conforme **Figuras 78, 79, 80, 81, 82 e 83**.

No entanto, a Resolução RDC nº283/2005 da ANVISA estabeleceu algumas diretrizes específicas para habitação para idosos, definindo largura de 1,10m para as portas de modo a permitir passagem de macas.

Figura 78 – 0,75m de largura ocupada por pessoa com bengala. 0,90m de largura ocupada por pessoa com duas bengalas e com andador com rodas

Fonte: ABNT, 2020

Figura 79 – 0,85m de largura ocupada por pessoa com andador rígido

Fonte: ABNT, 2020

Figura 80 – 0,90m de largura ocupada por pessoa com muletas tipo canadense e apoio de tripé

Fonte: ABNT, 2020

Figura 81 – 0,95 a 1,20m de largura ocupada por pessoa com muletas

Fonte: ABNT, 2020

Figura 82 – Módulo de referência para cadeirante

Fonte: ABNT, 2020

Figura 83 - Vistas frontais aberta e fechada, lateral e vista frontal da cadeira cambada

Fonte: ABNT, 2020

No salão de festas da Vila dos Idosos foi observado que há sanitários, feminino e masculino, acessíveis e construídos de acordo com a norma de acessibilidade NBR 9050/2020. No entanto, há porta de acesso ao salão e rampa próximas do sanitário masculino, e não há destaque no entorno dessa rampa com fita adesiva, tinta ou piso tátil de alerta, conforme **Figura 84**. Embora a declividade da rampa seja baixa, acentuou o desnível no acesso ao sanitário, proporcionando risco de desequilíbrio ou queda.

Figura 84 – Ausência de sinalização de alerta no piso

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

Verificou-se também que não há destaque no começo, nem no final de todas as rampas de acesso ao salão de festas (**Figura 85**). Embora apresentem declive suave, o desnível pode ocasionar tropeços ou até mesmo queda.

Figura 85 – Rampas sem sinalização nos acessos do salão de festas

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Elaboração: A autora

O salão de festas apresenta um espaço amplo, bem arejado e iluminado. Embora seja todo branco, pilares pintados de verde e vasos de plantas contribuem para

conferir sensação de bem-estar (**Figura 86**). Nesse salão, os moradores participam de atividades como artesanato, jogos e confraternização de final de ano. Além disso, nesse espaço são oferecidos serviços pelos profissionais da Unidade Básica de Saúde (UBS) da região, como medição de pressão, teste relacionado a diabetes e palestras relacionadas a boas práticas alimentares, por exemplo.

Figura 86 – Salão de festas

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Na área externa, em frente ao salão de festas há bancos disponibilizados, que possibilitam descanso, sociabilidade e exposição ao sol (**Figura 87**).

Figura 87 – Área em frente ao salão de festas com bancos disponíveis

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Há também bancos padronizados, localizados em outros locais na área externa dentro do perímetro do conjunto habitacional (**Figura 88**), cujas medidas indicam: 0,48m de altura e 0,59m de profundidade, com vão inferior livre. Segundo a NBR 9050/2020, a altura apropriada para esse tipo de banco é de 0,46m, profundidade mínima de 0,45m e largura mínima de 0,70m, com vão inferior livre de 0,30m para possibilitar manobra da cadeira de rodas, se houver necessidade. Nota-se que as medidas dos bancos são aproximadas ao padrão, porém, em se tratando de assento para idosos, seria mais confortável se tivessem encosto.

Figura 88 – Bancos padronizados em torno do espelho d'água

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Foi observado que diversos moradores se apropriam dos bancos em frente ao edifício (**Figuras 89 e 90**) para observarem o movimento da avenida, sendo esta pequena praça um dos pontos de encontro favoritos. No entanto, os bancos situados próximos à guarita não são apropriados para idosos.

Figura 89 – Praça próxima à guarita da Vila dos Idosos

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Figura 90 – Praça próxima à guarita

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Observou-se também na área externa piso desnivelado, composto por justaposição de placas pré-fabricadas formando um caminho irregular e estreito sobre o solo, em composição insegura e nada adequada para pessoa idosa (**Figura 91**). Seria apropriado piso nivelado, antiderrapante, em boas condições de manutenção, até mesmo com anteparos de apoio próximos para proporcionar segurança.

Figura 91 - Piso desnivelado e descontínuo na área externa

Crédito fotográfico: A autora, 2019

É aconselhável prever a largura do calçamento suficiente para permitir a passagem de duas pessoas em cadeira de rodas. Conforme a norma NBR 9050/2020 a largura mínima é de 1,50 a 1,80m, de acordo com **Figura 92**.

Figura 92 – Largura apropriada para duas pessoas com mobilidade reduzida

Fonte: ABNT, 2020

Entre todas as moradias do edifício Vila dos Idosos, apenas 9 apartamentos e 16 quitinetes, situados no pavimento térreo, podem ser considerados adaptados para pessoas com mobilidade reduzida, apresentando espaço interno suficiente para circulação com cadeira de rodas (**Figuras 93 e 94**). Logo, considerando-se o total de 145 unidades de moradia, apenas 25 permitem acesso universal.

Figura 93 – Planta baixa de quitinete acessível

Fonte: COHAB, 2004

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Figura 94 – Planta baixa de apartamento acessível

Fonte: COHAB, 2004

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Um dos apartamentos acessíveis no pavimento térreo foi disponibilizado pela proprietária cadeirante para que fosse fotografada a área interna. Foi verificado que as instalações estão de acordo com o projeto, atendendo à norma técnica de acessibilidade NBR 9050/2020, inclusive o interruptor foi instalado a uma altura mais baixa, conforme **Figura 95** e a moradora ressaltou que não tem dificuldade para acessá-lo. Para destacar a altura do interruptor adaptado na imagem, foi utilizada uma trena de 1m, verificando-se, portanto, que o eixo do interruptor está a cerca de 0,92m de altura em relação ao piso.

Figura 95 – Altura do interruptor adaptado para cadeirante

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Verificou-se ainda que há uma barra de apoio na parede ao lado da cama, conforme **Figura 96**.

Figura 96 - Barra de apoio, instalada na parede ao lado da cama

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Quanto ao sanitário, nota-se que foi adaptado de acordo com a norma técnica de acessibilidade NBR 9050/2020, apresentando barras instaladas na parede do chuveiro e ao lado do vaso sanitário conforme **Figuras 97 e 98**. Além disso, a porta abre para fora e apresenta puxador instalado corretamente, atendendo à norma técnica vigente (**Figura 99**). No entanto, o vaso sanitário apresenta altura inferior ao sugerido pela norma.

Figura 97 - Barras de apoio na parede do chuveiro

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Figura 98 - Barras de apoio ao redor do vaso sanitário

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Figura 99 - Porta acessível

Crédito fotográfico: A autora, 2019

Porém, ao se analisar a planta baixa do projeto de arquitetura da quitinete e do apartamento não adaptados, é possível afirmar que um morador com mobilidade reduzida poderia encontrar maior dificuldade para se locomover no banheiro, pelo fato de não haver área suficiente para o giro da cadeira de rodas, um círculo com diâmetro mínimo de 1,50m, de acordo com a NBR 9050/2020, conforme **Figuras 100 e 101**.

Além disso, não há área de transferência para o vaso sanitário, nem para o box, o qual não apresenta assento, conforme **Figuras 102 e 103**.

Figura 100 – Medidas necessárias para manobra da cadeira de rodas sem deslocamento

Fonte: ABNT, 2020

Figura 101 – Rotação de 90°, rotação de 180° e rotação de 360° de cadeira de rodas

Fonte: ABNT, 2020

Figura 102 – Planta baixa da quitinete não acessível

Fonte: COHAB, 2004

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Figura 103 – Planta baixa do apartamento não acessível

Fonte: COHAB, 2004

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Foi verificado que há interfone nas unidades de moradia, que permite comunicação com os funcionários da portaria. No entanto, seria importante também sistema de alarme para possibilitar pedido de socorro em situação de emergência.

3.4 ANÁLISE TÉCNICA: ASPECTOS DE CONFORTO AMBIENTAL

Para facilidade da análise em relação ao conforto ambiental, considerou-se necessário destacar na planta baixa do pavimento térreo e na do pavimento tipo (2º ao 4º pavimentos) a área de circulação (em amarelo), considerando-se também os elevadores e escadas, as fachadas onde estão localizadas as janelas das unidades de moradia, e a subdivisão do edifício em setores, conforme ilustrado nas **Figuras 104 e 105**.

Figura 104 – Planta de setorização, pavimento térreo

Fonte: Vigliecca et al., 2007

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Figura 105 – Planta de setorização, pavimento tipo

Fonte: Vigliecca et al., 2007

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Ao verificar a planta baixa do conjunto habitacional é possível afirmar que o modo de implantação do edifício foi definido em função da área irregular do terreno, buscando-se provavelmente uma maneira de aproveitar ao máximo o espaço e viabilizar acessos. No entanto, as condições de conforto térmico não são satisfatórias no edifício, em sua totalidade, porém, quando instalados adequadamente no edifício, alguns mecanismos podem amenizar a incidência solar e do vento e, consequentemente, amenizar o desconforto térmico, proporcionando melhor qualidade de vida aos usuários.

Quanto à insolação, verificou-se que as quitinetes que apresentam a janela voltada para sudoeste (“D”) são as unidades de moradia mais prejudicadas, por não receberem o sol da manhã no dormitório. Embora os demais apartamentos e quitinetes também não recebam a insolação ideal, há maior incidência de insolação no período da manhã no dormitório.

No período da tarde, as quitinetes que têm janelas voltadas para sudoeste (“D”) e os apartamentos que têm janelas voltadas para noroeste (“A” e “C”), recebem maior incidência solar no dormitório ou sala. Já as quitinetes do setor “B” apresentam a porta voltada para sudoeste, portanto, a incidência solar no período vespertino ocorre na área de circulação.

Nesse caso, nos andares superiores seria viável a instalação de brises móveis na área de circulação para amenizar a incidência solar nessa fachada a tarde, principalmente no verão. Na **Figura 106**, maquete eletrônica do escritório responsável pelo projeto do edifício, é possível observar preocupação inicial com a vedação parcial da área de circulação, que não foi executada.

Figura 106 – Edifício Vila dos Idosos, fachadas dos setores “B” e “C”

Fonte: Vigliecca et al., 2007

Elaboração: A autora

Nessa mesma fachada, essa solução não seria viável no térreo, visto que as quitinetes nesse pavimento são mais escuras, proporcionando desconforto visual. No entanto, ao caminhar pelos corredores dos demais pavimentos observou-se algumas unidades de moradia com lâmpada acesa durante o dia, o que seria um indicador de iluminação insatisfatória.

Logo, com base no projeto executivo de arquitetura, foi realizada análise quanto à área de abertura da cozinha das quitinetes e dos apartamentos da Vila dos Idosos, com a finalidade de verificar se apresentam as dimensões mínimas estabelecidas na norma técnica NBR 15220-3/2005c (Desempenho térmico de edificações – Parte 3). A Tabela C.1 do Anexo C dessa norma estabeleceu área mínima de aberturas para ventilação, tendo como parâmetro a área do piso. Considerando-se como referência

pequenas áreas, verificou-se que “ $10\% < A < 15\%$ ”, sendo “A” a abertura em relação à porcentagem da área do piso, conforme **Quadro 6**.

Quadro 6 - Aberturas para ventilação

Aberturas para ventilação	A (em % da área de piso)
Pequenas	$10\% < A < 15\%$
Médias	$15\% < A < 25\%$
Grandes	$A > 40\%$

Fonte: ABNT, 2005c

Quanto ao apartamento, de acordo com o projeto executivo, a cozinha apresenta cerca de 5,30 m² e o vitrô (**Figura 107**) apresenta dimensões de 0,40m x 1,20m, portanto área de 0,48m². De acordo com a fórmula, o vitrô deveria apresentar área mínima de 0,53m².

Figura 107 – Corte do sanitário e da cozinha - Apartamento

Fonte: COHAB, 2004.

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Em relação à quitinete, verificou-se que a cozinha apresenta cerca de 5,70m² e o vitrô (**Figura 108**) apresenta 0,40m x 0,73m, portanto 0,29m², muito inferior à área mínima recomendada de 0,57m².

Figura 108 – Corte da cozinha - Quitinete

Fonte: COHAB, 2004.

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Desse modo, foi possível concluir que a área da abertura da cozinha é insuficiente para bom nível de iluminação tanto nos apartamentos como nas quitinetes. Seria apropriado substituir o modelo de vitrô atual (**Figura 109**) por vitrô maior na cozinha de todas as unidades de moradia, o que possibilitaria melhor iluminação e não demandaria gasto extra de energia com lâmpadas acesas durante o dia.

É necessário prever iluminação natural no ambiente interno durante o dia, de modo a viabilizar economia de energia elétrica e iluminação eficiente no período noturno nos ambientes interno e externo para proporcionar conforto visual.

Figura 109 - Vitrô da cozinha

Crédito fotográfico: A autora, 2019.

Foi verificado ainda que as quitinetes não apresentam vitrô no sanitário, logo a ventilação é realizada por duto, o que compromete a ventilação, a insolação e consequentemente a iluminação no local, obrigando os moradores a acenderem a luz para utilizar o sanitário, mesmo durante o dia.

As áreas de circulação apresentam iluminação automática, (**Figura 110**), com sensor de presença, ou seja conforme o morador se locomove elas acendem. No entanto, seria apropriado reforçar a iluminação nas escadas, instalando luminárias próximas aos degraus, para facilitar a visão dos desníveis, conforme (**Figura 111**).

Figura 110 – Área de circulação iluminada ao entardecer

Crédito fotográfico: A autora, 2019.

Figura 111 – Exemplo de iluminação adequada nas escadas

Fonte: SILVA, 2016

Por outro lado, a área externa apresenta postes de iluminação distribuídos. No entanto, alguns moradores consideram a área externa escura por causa das árvores cujas copas não permitem a passagem da luz dos postes. Seria possível potencializar a claridade na área externa à noite com mais postes de iluminação e balizadores delimitando os percursos, conforme exemplo na **Figura 112**. Da mesma forma, é importante adaptar o corte das árvores e estudar a localização dos postes de iluminação, com vistas a não propiciar a interferência das árvores na direção desejada da luz.

Figura 112 – Exemplo de iluminação de caminho com balizadores

Fonte: ALVES, S/D

Além de boa iluminação, para proporcionar bons efeitos emocionais aos moradores, seria apropriado a aplicação de cores nas paredes internas nas unidades de moradia para minimizar a sensação de monotonia. Seria adequado tons de cores frias, como o azul no dormitório para proporcionar efeito calmante, ou aplicação de tonalidades quentes, mais motivadoras, como o laranja, nas unidades de moradia cujo morador sofre de depressão.

Quanto à ventilação, foi observado que os apartamentos que apresentam a porta voltada para sudeste (“C”) recebem o vento forte do sul, que pode incomodar os moradores que gostariam de deixar a porta aberta. Já a área de circulação das quitinetes com janela voltada para sudoeste (“D”) se situa paralelamente à área do elevador (**Figuras 113 e 114**), também na região sul do prédio, situação que contribui para a canalização do vento na área de circulação dessas quitinetes.

Figura 113 - Área de circulação – Setor “D” próxima à escada e elevador

Crédito fotográfico: A autora, 2019.

Figura 114 - Caixa de escada e elevador entre as áreas de circulação dos setores “C” e “D”

Crédito fotográfico: A autora, 2019.

Nesse caso, para atenuar o incômodo causado aos moradores pelo forte vento, seria adequado instalar um anteparo na área de circulação na fachada sudeste (“C”) (**Figura 115**), que poderia ser móvel para não bloquear a vista do entorno. Essas condições são amenizadas no pavimento térreo pelo fato de o muro barrar o vento.

Figura 115 – Área de circulação Setor “C” e início do Setor “D”

Crédito fotográfico: A autora, 2019.

As áreas de circulação poderiam ser consideradas áreas de transição. Como em algumas partes do edifício ocorre o incômodo pelo vento (setor “C” e “D”) e em outras a insolação intensa à tarde, principalmente no setor “B”, seria apropriado um anteparo móvel na fachada, o qual poderia ser movimentado de acordo com a necessidade para amenizar a incidência solar e do vento.

Embora o vento forte seja desconfortável, é importante possibilitar boas condições de ventilação no interior das unidades de moradia, o que pode ser viabilizado com a ventilação cruzada. Foi observado que muitos moradores mantêm a porta entreaberta para garantir privacidade, ou fechada para evitar a entrada dos gatos, o que impede o fluxo de ventilação, visto que a janela situa-se na direção da porta de acesso nas quitinetes e nos apartamentos. Logo, seria benéfico instalar um vitrô em cima da porta, de fácil manuseio, para potencializar a ventilação no ambiente interno quando aberto e não influenciar a questão da privacidade. Em dias frios pode ser fechado, impedido corrente de ar fria desconfortável.

Visto que duas fachadas da Vila dos Idosos localizam-se em frente a avenidas de fluxo constante de veículos (Av. Carlos de Campos e Av. Pedroso da Silveira), seria importante melhorar as condições de conforto acústico, aplicando algumas técnicas para amenizar o incômodo por ruídos.

O plantio de árvores em frente às fachadas “A” e “D” (voltadas para as avenidas citadas) para servirem como barreira acústica é uma alternativa. É necessário se atentar para a adequação da espécie ao clima e ao local, evitando-se árvores com copas muito largas. O plantio é economicamente viável e seria fortemente indicado para uma região árida como o Pari, por proporcionar sensação de conforto térmico a partir do resfriamento evaporativo e também por amenizar a incidência solar na edificação. O desconforto térmico pode ser amenizado a partir da arborização no entorno, e aplicação de anteparos no edifício, de modo a proporcionar melhor qualidade de vida principalmente nos períodos mais quentes.

As paredes dos dormitórios voltadas para essas vias poderiam receber um tratamento acústico, com a aplicação de superfícies absorventes, que também poderiam ser aplicadas nas paredes entre as unidades de moradia e no teto para amenizar sons principalmente noturnos, como barulho de televisão.

O tratamento acústico é importante, pois habitar a região central da cidade pode implicar em muitos benefícios, visto que facilita o acesso ao transporte público, serviços e comércio. No entanto, esse tratamento na residência é necessário, dado o alto nível de ruídos, que podem causar incômodos e prejudicar a qualidade do sono.

O conforto no ambiente exige menos esforços do morador para realizar as atividades cotidianas e proporciona maior autonomia e segurança na habitação. Pode ser viabilizado a partir de soluções técnicas de projeto e outras adaptativas, que podem não demandar alto investimento financeiro e proporcionar bem-estar. No entanto, as

soluções devem ser planejadas e consideradas em conjunto, de forma integrada para alcançar o efeito desejado e reduzir riscos.

3.5 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, CONFORTO E SEGURANÇA NA VILA DOS IDOSOS

Para avaliar a percepção de moradores da Vila dos Idosos quanto às condições locais de moradia, foram realizadas entrevistas, com roteiro de entrevista pré-elaborado, com moradores que concordaram em participar da pesquisa e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram realizadas indistintamente com moradores de ambos os sexos, de diferentes idades, residentes em apartamentos de diferentes partes do edifício, durante os períodos da manhã e tarde dos meses de novembro de 2019 a janeiro de 2020, em dias em que foi permitida a entrada da pesquisadora. Os 23 entrevistados, identificados pelo primeiro nome, e suas respectivas unidades de moradia foram destacadas nas plantas baixas de todos os pavimentos e encontram-se ilustradas nas **Figuras 116, 117, 118 e 119**.

Figura 116 – Edifício Vila dos Idosos, planta baixa do pavimento térreo, com destaque para as unidades de moradia dos entrevistados

Fonte: Vigliecca et al., 2007

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Figura 117 – Edifício Vila dos Idosos, planta baixa do segundo pavimento, com destaque para as unidades de moradia dos entrevistados

Fonte: Vigliecca et al., 2007

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Figura 118 – Edifício Vila dos Idosos, planta baixa do terceiro pavimento, com destaque para as unidades de moradia dos entrevistados

Fonte: Vigliecca et al., 2007

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

Figura 119 – Edifício Vila dos Idosos, planta baixa do quarto pavimento, com destaque para as unidades de moradia dos entrevistados

Fonte: Vigliecca et al., 2007

Escala: Sem escala

Elaboração: A autora

A análise do conteúdo das entrevistas foi realizada de acordo com Bardin (2004). Conforme a autora, “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2004, p. 40). Assim o que importa para o pesquisador não é a mera descrição do conteúdo, mas o que se poderá compreender após o tratamento das falas resultantes das entrevistas (BARDIN, 2004).

Segundo Laville e Dionne (1999), os elementos recortados do conteúdo das entrevistas constituirão as unidades de registro e cada fragmento apresentará um sentido. O recorte pode considerar palavras, expressões ou frases.

Logo, ao verificar a frequência de repetição das “unidades de registro” e temas correlatos entre elas, foram determinadas as categorias de análise. Com esse entendimento, primeiramente foi realizada a codificação do conteúdo das entrevistas, estabelecendo-se “unidades de registro” para frases ou palavras com sentido relevante.

Verificou-se alta frequência de repetição de “unidades de registro” associadas à(s): i) fragilidades que acometem os entrevistados; ii) convivência entre moradores; iii) apropriação da área externa do conjunto habitacional e vivência cotidiana no edifício; iv) vivência na própria unidade de moradia e v) vivência fora dos limites da Vila dos Idosos.

Logo, esses cinco conteúdos temáticos configuraram-se como categorias e estão elencadas a seguir, juntamente com as “unidades de registro” que as integram.

- **Fatores prejudiciais à qualidade de vida que podem demandar suporte na habitação:** doença, tontura, incômodo, dificuldade motora, lentidão, mal-estar, dor, fraqueza.

Foram citados em todas as entrevistas termos relacionados a agravos ou fragilidades, verificando-se que muitos moradores são acometidos por declínio motor, deficiência física, declínio mental, declínio visual e por diversos tipos de doenças, destacando-se a respiratória, especificamente a bronquite. Logo, tais características reforçam o fato de que embora sejam idosos capazes, apresentam fragilidades que exigem suporte do meio para maior autonomia nas tarefas cotidianas.

Quanto ao declínio motor, após ter sofrido uma queda, a Sra Guilma G. D., 86 anos, comentou: “Caí, tropecei ali no tapete, quebrei sete costelas e fraturei meu joelho [...] Não subo escada, só uso elevador, se não tiver elevador, não saio...” A ocorrência relatada alerta para a necessidade do cuidado para com o piso no ambiente interno e externo, que precisa ser nivelado e antiderrapante.

Já o Sr. Heitor R. de A., 77 anos, é acometido por declínio motor e pela perda da capacidade visual, apresentando dificuldade para acessar tomadas e interruptores: “O problema é que não enxergo e fico tentando, é dificuldade da vista”. Quando questionado se prefere utilizar o elevador ou as escadas, respondeu: “É um erro, mas uso mais o elevador. Agora, dificuldade para subir escada eu tenho, dói a perna para subir... Para descer ainda vai”.

A dificuldade visual enfrentada pelo Sr. Heitor chama a atenção para o fato de que além de se prever o alcance dos objetos, esses devem ser destacados com iluminação adequada ou com marcações em alto relevo para facilitar a visualização e o manejo de armários, tomadas, interruptores, telefones, entre outros objetos de uso contínuo.

A Sra. Zuma R. da S., 90 anos, lamenta-se a respeito do declínio motor: “Agora não estou andando, pois estou com muita moleza nas pernas, mas dor não. Eu andava por tudo, ia no mercado e voltava. Agora fico mais em casa, pois tenho medo de cair”.

Fraqueza, lentidão e tontura são fatores que levam os idosos a terem mais precaução no dia-a-dia, muitas vezes evitando ações por medo de cair. A possibilidade de apoio com a instalação de corrimão na parede, seja nos corredores no edifício ou dentro da unidade de moradia, pode encorajá-los a caminhar pelas áreas de circulação e promover independência para a execução das tarefas diárias.

- **Aspectos positivos e negativos da convivência entre moradores:** sociabilidade, reunião, participação, bom relacionamento, amizade, cordialidade, individualismo, divergência, indiferença, antipatia, desinteresse, inibição, reclusão, solidão, segregação, antissociabilidade.

Em muitas entrevistas os moradores se referiram à convivência no conjunto habitacional com sentido positivo, sendo possível afirmar que há relações de amizade e

respeito por parte de muitos moradores de modo a se estabelecer um convívio cordial. As atividades que acontecem no local possibilitam a participação dos moradores e proporcionam sociabilidade, cita-se como exemplo aulas de artesanato, palestras com a equipe da prefeitura ou da UBS localizada no bairro e confraternizações no salão de festas.

Nesse sentido, a Sra. Sílvia F.S., 67 anos, comentou:

Quando tem alguma atividade no centro de convivência, eu participo e no artesanato no primeiro andar. Vou na biblioteca também, vou quando tem sarau. No centro também tem poesia e eu gosto de ouvir poesia. Vou assistir palestras da equipe da UBS, da prefeitura...

Já a Sra. Maria Luísa M., 77 anos, destacou o bom relacionamento com os vizinhos:

Me sinto bem, eu gosto dos vizinhos e acho que as pessoas gostam de mim. Aqui eu fiquei meio perdida porque eu não fazia nada, então faço tudo que estiver ao meu alcance, ajudo as pessoas, busco remédio, levo no hospital... O idoso não pode ficar sozinho no hospital. Faço com muito gosto para as pessoas que precisam. O pessoal é legal, minha casinha é bonitinha, tenho o básico.

Além disso, para muitos participantes, o local de destaque situa-se em frente ao edifício, próximo à guarita onde costumam se reunir com frequência para sentar nos bancos e observar a avenida, conversar, tomar sol ou aguardar o anoitecer.

Nesse sentido, a Sra. Helena E. S., 73 anos, confirma quando diz: “Olha, de reuniões dos moradores com frequência, mais lá na frente pelo que vejo, ficam ali conversando... A maioria fica lá mesmo. Em outro lugar, só aqui embaixo, no salão de festas”.

Foi possível verificar que os moradores, que se sentem adaptados e demonstram gratidão por habitarem no local, têm interesse em estabelecer laços de amizade com os vizinhos. Já as pessoas que não se identificaram com o conjunto habitacional desprezam as possibilidades de interação social com outros moradores no local.

Embora cordialidade e sociabilidade sejam fatores de peso entre moradores na vivência no conjunto habitacional, algumas frases demonstraram um comportamento indiferente em relação à oportunidade de se estabelecer laços de amizade com os vizinhos. Muitos afirmaram preferir a solidão no lar ao invés de criar situações de diálogo ao permanecer na área externa...

Nesse sentido destaca-se a fala da Sra. Zuma R. da S., 90 anos, “Conhecimento com vizinho, nunca fui chegada, bom dia, boa tarde e pronto... Nunca gostei de ti, ti,

ti...” e da Sra. Lourdes S., 72 anos: “Não, não converso quase [...] Saio aqui, dou uma olhada e já entro”.

Alguns ressaltaram falta de interesse nos assuntos característicos dos moradores ou até mesmo a preferência por impôr certa segregação, o que foi expresso na fala da Sra. Lavínia M., 89 anos: “Às vezes vou até pra frente, mas é para sair para algum lugar, não gosto de fazer hora aí não, só dez minutos... Converso com o porteiro para saber o que está acontecendo, é importante, né?!” A fala da Sra. Míriam Cecília G., 84 anos, reforça o desinteresse em se sociabilizar com os vizinhos: “Não desgosto, não vejo necessidade de ficar lá fora. Espero o sol bater aqui quando preciso tomar um solzinho, fico no banco aqui embaixo [...]”

Embora a literatura ressalte a importância dos espaços apropriados para sociabilidade na habitação para idosos, foi possível verificar que é um aspecto associado à atmosfera percebida por cada um, sendo um fator atrelado ao perfil do indivíduo, ou seja, o fato de ser uma pessoa extrovertida ou introvertida, de se identificar ou não com o círculo social local.

No entanto, a maioria dos moradores que não têm interesse em se sociabilizar com os vizinhos demonstraram não estar adaptados ao local embora morem na Vila dos Idosos há muitos anos.

● **Vivência nas áreas de uso comum da Vila dos Idosos:** liberdade, boa orientação, exercício físico, amplidão, valorização do espaço, exposição ao sol, incômodos, falta de iluminação, falta de manutenção, precaução, interação com a natureza, risco de queda, bem-estar, tranquilidade, falta de privacidade, desconforto térmico, vento excessivo, falta de suporte, desconfiança, indignação, raiva.

Muitos moradores se apropriam da área externa para tomar sol, fazer exercícios, caminhar ou utilizar os aparelhos de ginástica, para sentar nas proximidades do espelho d’água e aguardar a brisa para se refrescar, interagir com a natureza, cultivar plantas ou apenas observar as árvores.

Nesse sentido, quando questionada a respeito do espaço que prefere frequentar na área externa, a fala da Sra. Helena E. S., 73 anos, destaca o espelho d’água, que pode contribuir para aliviar o calor: “O espelho d’água, porque tem água ali, quando vem o vento, a gente sente o frescor, vem assim pra gente...”

Já a interação com a natureza foi ressaltada pela Sra. Célia F. H., 80 anos: “Gosto de tudo, do salão de festas, da horta, do jardim, eu tenho plantação lá...Eu ponho remédio para quando chover dar flor ou fruto...Tem pé de manga, de abacate, roseira...”

A prática de exercícios físicos foi citada por muitos moradores, conforme comentou a Sra. Íres P. de J., 90 anos: “De vez em quando eu faço exercício ali naquele aparelho, como tenho problema no joelho, dá uma melhorada. [...] Muitos gostam dos balanços, muita gente usa...” Alguns demonstraram satisfação com a sensação de

amplidão, conforme afirmou a Sra Neusa B., 67 anos: “ [...] onde eu morava não tinha nada disso, esse espaço”.

No entanto, incômodos foram ressaltados pela maioria dos participantes, sendo o maior problema a presença de gatos. Além disso, alguns moradores destacaram a má qualidade do piso, inclusive a ocorrência de quedas, fatores que não os impedem de fazer caminhadas no local, porém com a necessidade de prestar muita atenção em relação aos desníveis e possíveis obstáculos.

Para ilustrar a situação, a fala da Sra. Neusa B., 67 anos, vem comprovar: “[...] Já caí duas vezes fazendo caminhada de tênis na área externa.” A Sra. Geralda, 76 anos, comentou sobre situação semelhante vivenciada pelo marido: “Meu marido caiu, ele tropeçou, andou de cabeça olhando para cima”. Outra moradora, a Sra. Míriam C. G., 84 anos, também afirmou que foi vítima de queda: “[...] Lá fora caí uma vez, lá perto do espelho d’água, eu não estava olhando e tinha um degrauzinho...”

Outro fator com aspecto negativo citado pelos participantes foi a falta de manutenção da grama, com longo intervalo entre as podas, dos aparelhos de ginástica, que se situam ao ar livre, do piso, que apresenta desníveis, das lâmpadas, que ao queimar, há demora na troca. Foi afirmado também que a iluminação noturna é inadequada, embora a área de circulação do edifício seja iluminada, faltam postes de iluminação no gramado.

Embora haja incômodos e risco de queda, observou-se que os aspectos positivos da área externa superam os aspectos negativos, sendo possível afirmar que os incômodos não caracterizam empecilhos para os moradores frequentarem a área externa.

No entanto, ao melhorar as condições de manutenção do local, provavelmente mais moradores passarão a usufruir da área externa, por possibilitar mais segurança. Ao tomar conhecimento da ocorrência de quedas ou observar a grama alta, muitas pessoas podem evitar caminhadas e outros exercícios que seriam benéficos para a saúde, para se precaver da exposição a riscos.

Quanto aos aspectos do edifício, muitos moradores se referiram à tranquilidade do local, reforçando aspectos positivos das condições de moradia ao remeter ao bem-estar proporcionado pela vivência no conjunto habitacional e facilidade para se orientar.

Entretanto, o desconforto térmico destacado pela maioria dos participantes é um fator agravante das condições ambientais, exemplificando-se com a fala do morador Sr. José D. de J., 80 anos: “[...] Frio foi no tempo que cheguei, agora não é frio” e do Sr. Vítor R. de A., 78 anos: “Não existe mais frio, acabaram com tudo”.

Outro fator ambiental citado por ampla parcela dos participantes foi o excesso de vento, que muitas vezes os impede de manter a porta aberta por causar desconforto, ou ainda de saírem na área de circulação sem agasalho.

Nesse contexto, ao ser questionada sobre a necessidade de se agasalhar ao sair na área de circulação, a Sra. Maria Luísa M., 77 anos, respondeu: “Sim, porque ali no corredor é muito vento...Falo que é o corredor da morte.” A fala de outra moradora, a Sra. Geralda C. M., 76 anos, reforça o desconforto causado pelo vento principalmente nas fachadas ao sul: “[...] Aqui é um ventilador, quando dá ventania não há quem aguento, geralmente venta demais aqui em cima, é muito vento”.

Embora não tenha sido citada pela maioria, a falta de manutenção foi amplamente referenciada por muitos moradores. O frequente impedimento da utilização dos elevadores devido a problemas técnicos prejudica a mobilidade, principalmente das pessoas com dificuldade motora, que precisam se esforçar muito para subir ou descer escadas. A situação pode ser ilustrada pela frase da Sra. Zuma R. da S., 90 anos: “O elevador daqui enguiça muito, eu tenho medo. Quando eu saía, eu descia pela escada e subia pela escada”.

Logo, a possibilidade de utilizar o elevador não soluciona o problema de locomoção para pessoas que sofrem com fobia ou medo de ficar trancada. A afirmação da Sra. Maria Nilsa de M. M., 57 anos, também exemplifica essa situação: “Quando estou com meu marido vou de elevador, porque tenho fobia. Eu prefiro as escadas.” No entanto, essa moradora comentou que teve paralisia e usa muleta. Portanto, o ideal seria possibilitar o acesso também por rampa, que ofereceria menos riscos de queda e exigiria menos esforços das pessoas com dificuldade motora.

Outros incômodos citados são causados por moradores que quebram plantas dos vasos dos vizinhos ou criam gatos, mesmo sabendo que esses animais não são bem-vindos pela maioria dos moradores. Além disso, a presença de visitantes incomoda, na medida em que prejudica a privacidade e gera um clima de insegurança, por serem pessoas desconhecidas.

Nesse sentido, quando questionada se costuma deixar porta e janela abertas em dias quentes, a Sra. Regina A. D., 89 anos, afirmou: “A porta não, porque é caminho do povo todinho desse prédio”. O Sr. Heitor R. de A., 77 anos, também se incomoda com a falta de privacidade ao deixar a porta aberta: “Costumo deixar mais a janela aberta, a porta também não deixo direto aberta não, para o pessoal não ficar olhando para mim...” Já a Sra. Lourdes S., 72 anos, se incomoda com a presença dos gatos: “A janela eu deixo sempre aberta. A porta é difícil porque tem muitos gatos, eles entram”.

A porta aberta que pode proporcionar mais ventilação ao ambiente interno, é mantida fechada por muitos moradores, devido ao receio de os gatos entrarem ou da invasão de privacidade. No entanto, essas ocorrências são mais frequentes em algumas partes do conjunto habitacional, ou seja, os moradores de unidades localizadas nas proximidades da guarita sofrem mais com a invasão de privacidade, pois há maior fluxo de pessoas, por ser o acesso principal do conjunto. Não foram notados esses incômodos por parte dos moradores da parte sul do edifício, ou seja, situada do lado oposto da guarita, onde há menos fluxo de pessoas e aparentemente menos gatos.

Visto que o conjunto habitacional é muito extenso, a percepção dos moradores quanto ao edifício varia de acordo com a localização da unidade de moradia. Alguns vivenciam mais situações negativas quanto a fatores ambientais, como por exemplo, o excesso de vento e os incômodos citados.

No entanto, a falta de manutenção dos elevadores e o desconforto térmico são fatores que afetam a maioria dos usuários. Nesse sentido, melhorias quanto a suporte para a mobilidade e para conforto térmico seriam fundamentais para proporcionar mais autonomia e bem-estar aos moradores do conjunto habitacional.

- **Vivência na unidade de moradia:** acolhimento, conforto, conforto visual, amplidão, precaução, adaptação, reclusão, economia de energia, calor, risco de ferimento, risco de queda, empecilho para entrar na unidade de moradia, ventilação insuficiente, desconforto visual, desconforto térmico, impressão de umidade, necessidade de apoio para andar, dificuldade para alcançar o armário, falta de iluminação, falta de suporte, dependência.

Optou-se pelo termo “vivência” para compor o nome dessa categoria com o intuito de reforçar que é o lugar onde o idoso passa a maior parte do tempo, onde realiza as atividades básicas de vida diária, seu local de permanência cotidiana.

Quanto à percepção na unidade de moradia, se verificou que a maioria dos entrevistados se sente bem. No entanto, foi verificada alta frequência de repetições quanto a dificuldades no ambiente, necessidade de adaptação de alguns moradores às condições atuais ou dependência, no caso dos que moram com outra pessoa. Logo, foi averiguada falta de suporte tanto nas quitinetes quanto nos apartamentos acessíveis ou não, tendo sido relatadas ocorrências de quedas em ambos os tipos de moradia.

No caso da necessidade de acessar objetos nas prateleiras altas dos armários, muitos se adaptaram, passaram a guardar os utensílios nas prateleiras ao alcance, muitos sobem em banquetas, situação que os expõe a risco de queda ou solicitam ao acompanhante que pegue o objeto, caracterizando uma situação de dependência.

Tais situações podem ser ilustradas com a fala de algumas moradoras, como da Sra. Maria Nilsa de M. M., 57 anos, que se arrisca: “Eu ponho a cadeira para pegar as coisas em cima e em baixo, sem dificuldade”. Já outra moradora, a Sra. Márcia S. da A., 82 anos, preferiu se adaptar: “Os armários...agora os médicos não querem que eu suba na banquetinha, pediu para por as louças para baixo...Pode dar tonturinha, cair, né?!” No caso de outras moradoras, podem contar com acompanhante, como a Sra. Sílvia F. S., 67 anos: “Eu nem limpo, minha filha que limpa, eu tenho tontura. E copos eu deixo na parte de baixo, no jeito” e a Sra. Geralda C. M., 76 anos: “Não estou mexendo não, tenho problema nos braços, meu marido que pega as coisas no armário”.

Alguns moradores reconheceram obstáculos ou empecilhos para acessar a unidade de moradia ou dentro dela, como desnível no piso e demonstraram necessidade de suporte para apoio, como corrimão na parede e barras de apoio no sanitário. A Sra.

Zuma R. da S., 90 anos, quando questionada se já chegou a escorregar dentro de casa, afirmou: “Já, uma vez caí aqui dentro, tropecei ali na porta”.

Outro acidente foi sofrido pela Sra. Íres P. de J., 90 anos: “Já caí quando estava operada desse joelho aqui, arreventou dois pontos. Já quis trocar de apartamento por causa disso”. Quando questionada se costuma se apoiar na parede, respondeu: “Às vezes eu sinto, quando vou no banheiro e estou com um chinelo meio...Pode ver que a parede é marcada de mãos”. Quando a mesma moradora foi questionada quanto a dificuldade para adentrar o boxe para tomar banho, respondeu: “Tenho, coloco um banquinho. Mande colocar dois ferrinhos para eu segurar.” A necessidade de suporte para apoio também é vivenciada pela Sra. Geralda C. M., 76 anos: “De noite vou no escuro no banheiro encostando na parede e já entro porque eu sei onde é o banheiro”.

Nesse contexto, a Sra. Arlete P. M., 94 anos, que caminha apoiando-se em um andador, comentou que também sofreu quedas dentro de casa e quando questionada se sente falta de apoiar em um possível corrimão na parede, respondeu “[...] seria muito bom”. Em relação à mesma pergunta a Sra. Silvia F. S., 67 anos respondeu: “Às vezes eu sinto... porque tem hora que eu fico meia...”

Foi notado também alto índice de quedas no sanitário, às vezes pela falta de cuidado do próprio morador em não se calçar para lavar o sanitário. Foi possível observar que não há piso anti-derrapante nas poucas unidades nas quais a pesquisadora foi convidada para conhecer o sanitário.

Logo, nos relatos de queda observa-se que a causa pode ser o piso não apropriado para área molhada, como na afirmação da Sra. Neusa B., 67 anos: “Sim, já caí no banheiro, fui lavar e eu não estava de calçado, estava descalça. Caí e bati a cabeça [...]” A Sra. Sílvia F. S., 67 anos, também comentou que já caiu no sanitário e o Sr. Paulo P., 61 anos, comentou que a esposa sofreu queda: “Já escorregou uma vez, ela caiu no banheiro, se machucou, mas se recuperou bem. Eu nunca caí.” Já a Sra. Lavínia M., 89 anos afirma que não caiu dentro de casa, mas alertou: “Não, mas isso aqui é perigoso, desliza facilmente. Não tinha isso aqui, eu que comprei essa cerâmica e coloquei, fica fácil para limpar”.

Além disso, o calor excessivo foi citado pela maioria dos entrevistados, que muitas vezes não optam por amenizá-lo com o uso de ventiladores por receio de agravar a doença respiratória ou dores que os acometem, conforme afirmou a Sra. Zuma R. da S., 90 anos, primeiramente: “[...] sinto muito calor” e logo após “[...] difícil ligar, pois não sinto bem por causa das pernas”, associando a utilização de ventilador com a fraqueza nas pernas. Já a Sra. Sílvia F. S., 67 anos afirmou “Deixo tudo aberto para arejar bastante, eu não aguento ficar trancada, eu tenho bronquite” e quando questionada sobre a utilização de ventilador, respondeu: “Estou sem ventilador, mas gosto de vez em quando, eu acho que vou ganhar um... É muito quente aqui de noite”.

O Sr. Arlindo Q., 81 anos, comentou que costuma deixar porta e janelas abertas e complementou: “[...], pois aqui faz muito calor, meio abafado, né?!” Quando

questionado quanto ao uso de ventilador, respondeu: “Ventilador, uso...” Já a moradora Geralda C. M., 76 anos destacou os extremos ambientais, quando indagada sobre a utilização de ventilador, respondeu: “Uso quando está muito calor. É uma quentura que sua... Quando faz frio é muito frio demais da conta e quando é calor, ninguém aguenta.” Embora a moradora tenha ressaltado o período de frio, nenhum morador afirmou ter aquecedor.

A umidade foi um fator citado pela minoria dos entrevistados e não foi percebido pela pesquisadora. A Sra. Regina A. D., 89 anos associou o índice de umidade do local à piora de sua doença respiratória: “Sabe qual é meu problema? Eu tenho bronquite e aqui é brejo, então cheguei aqui e minha bronquite voltou. Muda o tempo e me dá falta de ar.” Outra moradora, a Sra. Míriam Cecília G., 84 anos, também associou a umidade do local à doença: “[...] Aqui é úmido, tive pneumonia, fui internada [...]” Já a Sra. Guilma G. D., 86 anos ressaltou a necessidade da ventilação no ambiente: “[...] Precisa entrar ar, senão começa a embolorar tudo...”

O desconforto visual também incomoda os moradores em suas tarefas cotidianas, necessitando acender as lâmpadas inclusive durante o dia, principalmente nos sanitários das quitinetes, que não apresentam abertura. O índice de iluminação natural no ambiente interno varia de acordo com a localização da unidade de moradia.

A falta de iluminação durante o dia no ambiente interno pode ser expressa nas falas de muitos moradores de diferentes partes do conjunto habitacional. Quando questionados se acendem lâmpadas durante o dia, o casal de moradores do pavimento térreo Sr. Paulo e Sra. Carla P., 60 e 61 anos respectivamente responderam “Sim, durante o dia e a noite”, como também o morador do último pavimento Sr. Heitor R. de A., 77 anos: “Sim, porque a cozinha é meio escura”. Já o Sr. José D. de J., 80 anos, justificou: “Sim, porque estou limpando” e a Sra. Regina A. D., 89 anos, respondeu: “Sim, esse apartamento é escuro, a casa toda é escura. Se não acender a luz, não consigo fazer nada aqui na cozinha [...]”

No entanto, foi notada a preocupação de uma ampla parcela dos moradores em evitar consumo de energia elétrica para poupar gastos. Quando questionada se costuma acender lâmpadas durante o dia, a Sra. Geralda C. M., 76 anos afirmou: “Apago tudo para não gastar muito. Meu marido não gosta de gastar, nem eu”.

O aspecto positivo da unidade de moradia também sobressaiu na fala de muitos moradores, a partir de expressões e frases que resultaram nas unidades de registro: sensação de amplidão, sensação de acolhimento, conforto visual – no caso de unidades cujos moradores não sentem necessidade de acender lâmpada durante o dia.

Nesse sentido, entende-se que, apesar das possibilidades de melhorias para proporcionar maior autonomia ao morador, a maioria demonstra satisfação em relação às condições de moradia. Assim, destaca-se a fala de alguns moradores, como o Sr. Paulo e Sra. Carla P., 60 e 61 anos, que quando questionados se tinham dificuldades

para entrar no apartamento acessível, responderam “Não, é tudo adaptado no nosso apartamento. É tudo maior”.

Outros moradores demonstraram satisfação em permanecer dentro do domicílio, como o Sr. Vitor R. de A., 78 anos, que quando questionado como se sente morando na Vila dos Idosos, respondeu: “Me sinto normal, gosto de ficar em casa” e a Sra. Neusa B., 67 anos afirmou: “Me sinto bem. Prefiro ficar em casa”. Nesse sentido, a resposta em tom positivo da Sra. Maria Nilsa de M.M., 57 anos: “Me sinto bem...Fico mais em casa [...]” também demonstrou que aprova as condições de moradia.

- **Vivência fora dos limites da Vila dos Idosos:** liberdade, amizade, autonomia, mobilidade, observar a avenida, motivação para usufruir da cidade.

A necessidade e motivação de vivenciar a cidade foi algo marcante na fala de ampla parcela dos entrevistados. Os moradores da Vila dos Idosos têm liberdade para sair do conjunto habitacional, o que reforça a autonomia. A mobilidade não se restringe às compras no entorno do edifício, muitos moradores saem para visitar parentes ou amigos, caminhar em algum parque, ir à missa, almoçar em restaurante, ir ao médico, entre outros lugares...

A liberdade pode ser ilustrada com a fala da Sra. Márcia S. da A., 82 anos: “[...] De domingo fica um deserto aqui, tem que sair, vou lá para o Ibirapuera, eu gosto de parque” assim como do Sr. Vitor R. de A., 78 anos, que quando questionado sobre o espaço que mais gosta de frequentar no conjunto, respondeu: “Dentro de casa...não saio não, só vou para a rua, pego o ônibus lá atrás”. O Sr. José D. de J., 80 anos, reforçou que costuma sair com frequência: “Saio muito, almoço no Bom prato...”

Quando os moradores permanecem no conjunto, os bancos situados ao lado da guarita é um local convidativo para se observar o movimento da avenida, espaço que recebeu destaque na fala dos participantes. Algumas frases reforçam essa preferência, como a da Sra. Neusa B., 67 anos: “[...] Vou no centro de convivência, vou também sentar lá na frente pra bater papo” e da Sra. Maria Luísa M., 77 anos, que quando questionada sobre o local onde os moradores costumam se reunir, respondeu: “Ficam mais no espelho d’água e na portaria, lá fora...Tem umas banquetas, ficam lá num conversê danado, chega um, chega outro [...]”

A liberdade e autonomia dos idosos capazes são importantes na medida em que a mobilidade pela cidade pode conferir novas experiências que tragam satisfação, quebrando a rotina de modo a proporcionar assuntos para diálogo e reforçar a autoestima.

Nesse contexto, a pesquisadora refletiu sobre as dificuldades que os idosos enfrentam para se locomover nas cidades e sobre até que ponto as políticas públicas têm se direcionado para esse tema, tendo em vista o aumento considerável da população idosa. Nesse contexto, destaca-se a fala da Sra. Lavínia M., 89 anos: “[...] não estou mais aguentando salto, mas nesse bairro todo esburacado, pode acabar me quebrando”.

4. DISCUSSÃO

Essa pesquisa consistiu em avaliar tecnicamente o conjunto habitacional Vila dos Idosos e averiguar a percepção dos moradores quanto às condições de moradia, enfatizando-se os aspectos de acessibilidade, conforto e segurança. Este estudo é considerado quali/quantitativo, assim, no que se refere à análise de percepção dos moradores quanto às condições de moradia, destaca-se que a pesquisa qualitativa é de ordem interpretativa, baseada em referências teóricas, que nesse estudo baseou-se em Bardin (2004).

4.1 ANÁLISE TÉCNICA

A revisão bibliográfica possibilitou à pesquisadora a oportunidade de lançar um olhar aguçado sobre o espaço para a análise técnica do conjunto habitacional, de modo a prestar atenção em detalhes e averiguar se a construção apresenta suporte adequado à acessibilidade, conforto e segurança aos usuários.

Visto que há grande variedade de mecanismos para proporcionar suporte ao idoso na realização de suas atividades básicas diárias na residência, foi verificado que na Vila dos Idosos a disponibilidade desses mecanismos é mínima. A aquisição e instalação de aparatos para possibilitar autonomia ao usuário ficam a cargo de cada morador ao ingressar na residência, por se tratar de moradias autônomas. Mesmo assim, Carstens (1993) considera importante que moradores possam adaptar o ambiente para atender a suas necessidades.

Nesse sentido, seria adequado que a equipe da COHAB ou da SEHAB pudesse auxiliar os moradores na compra de equipamentos específicos, na medida em que muitos são impossibilitados de ter acesso à informação para adquiri-los e até mesmo desconhecem a existência de tais artefatos. Os idosos reconhecem suas demandas, no entanto dependem de agentes para solucioná-las. Nesse caso, seria adequado o diálogo entre a equipe de assistentes sociais, que tem contatos frequentes com os moradores, e a equipe da COHAB com o intuito de esclarecer as demandas para a equipe técnica viabilizar medidas para melhorar as condições de suporte.

O auxílio para aquisição e instalação de barras e corrimãos para apoio conforme preconizados pela NBR 9050/2020, além de aparatos como assento com alças e cadeira para banho para reforçar a segurança ao utilizar o sanitário, por exemplo, seriam fundamentais para garantir maior autonomia, em especial para pessoas mais frágeis e com dificuldade de mobilidade.

Os móveis e peças sanitárias verificados nas unidades de moradia são de uso comum, no entanto, seria possível adequar alguns elementos às necessidades dos moradores sem precisar de reforma. Quanto ao sanitário, Nakano (2003) sugere torneiras de fácil manuseio e acionadas por alavanca, enquanto que para o mobiliário, Milani (2014) indica como ideal a utilização de cama e poltronas elevadas, o que facilita

o movimento da pessoa se levantar. Na cozinha, seria adequado instalar armários acessíveis conforme Sâmia (2008), logo ao alcance da mão de uma pessoa em pé.

No entanto, seria ideal que todas as unidades de moradia tivessem condições de acesso voltadas à pessoa idosa com mobilidade reduzida, com acabamento adequado, nos termos da norma técnica NBR 9050/2020, ou seja, considerando-se que são unidades voltadas a idosos, que apresentassem piso antiderrapante e peças sanitárias apropriadas às dificuldades que vão se apresentando a essa faixa etária. Embora o beneficiário, em geral, passe a viver no conjunto habitacional quando ainda porta sua capacidade plena e seja, portanto, direcionado para uma unidade normal, ou seja, não adaptada para pessoa com mobilidade reduzida, com o passar do tempo pode sofrer agravos e necessitar de ambiente adaptado para realizar suas atividades cotidianas. Portanto, a aplicação dessa norma é de extrema importância, não somente na edificação e na área externa, como também no entorno da edificação, ou seja, em todo espaço ocupado pelo usuário idoso.

Conforme Carstens (1993), elementos táteis no piso são importantes para alertar quanto a obstáculos, na medida em que a visão é um dos primeiros sentidos a declinar com o avanço da idade. A sinalização em alto relevo também pode auxiliar pessoas com dificuldades visuais no manuseio de utensílios de uso cotidiano, como telefones, conforme também orienta a NBR 9050/2020. Além disso, nesse caso, Sâmia (2008) destaca a importância de sinais luminosos para facilitar o acesso a pontos específicos como tomadas e interruptores, em especial em horários noturnos ou ambientais mais escuros.

A aplicação de elementos de sinalização no piso e nas escadas, conforme indicado pela NBR 9050/2020, como piso tátil de alerta e direcional e fita antiderrapante de coloração de destaque, não demandaria alto investimento financeiro e seriam fundamentais para evitar acidentes e para auxiliar principalmente pessoas com a capacidade de visão reduzida.

Nesse contexto, conforme Nakano (2003), também é possível destacar os degraus das escadas, diferenciando as cores dos espelhos e das pisadas, uma solução que poderia ser viabilizada utilizando-se apenas tinta. Portanto, o empecilho para a não execução de melhorias para tornar mais segura a mobilidade no edifício não parece ser falta de recursos financeiros e sim falta de conhecimento e de consciência por parte da equipe que administra o conjunto habitacional, a respeito dos possíveis benefícios para os moradores.

Quanto às áreas de circulação, verificou-se que oferecem acesso a todo o edifício e ao entorno do espelho d'água, proporcionando em todos os pavimentos conectividade com a área externa. Porém, esses percursos apresentam pequenos desníveis e saliências em alguns pontos, que poderiam ser eliminados para minimizar o risco de queda. Evitar desnível é uma adaptação que deveria fazer parte do projeto e saliências e depressões no piso voltam-se para aspectos de manutenção periódica da

edificação, representando pequeno custo perto do benefício que pode trazer, como aspecto preventivo e de qualidade do espaço adaptado ao idoso.

Visto que as áreas de circulação do edifício são extensas, destacar pontos de referência, conforme propõe Carstens (1993), seria importante para facilitar a orientação dos moradores. Assim, os *halls* dos elevadores e escadas e os trechos intermediários da área de circulação, onde há acesso às outras caixas de escadas, poderiam receber tratamento com iluminação mais forte, de acordo com Sâmia (2008) e cores diferenciadas.

A área livre poderia receber acabamento adequado para pessoas idosas, ou seja, seria apropriado que os caminhos em meio ao gramado apresentassem piso nivelado e corrimão para apoio, assim como a área dos aparelhos de ginástica. Visto que a área livre é ampla, poderia haver outros espaços de estar com bancos com encosto. Segundo Carstens (1993), espaços com maior nível de detalhamento oferecem menor possibilidade de confusão aos idosos e por isso, são preferidos por eles.

Nesse contexto, é possível afirmar que, embora o atendimento integral à NBR 9050/2020 contribua para proporcionar segurança e acessibilidade ao idoso, a norma não reflete as relações que os idosos estabelecem com o ambiente, principalmente de ordem emocional. Embora essa norma seja a referência técnica vigente, é passível de melhorias no sentido de explanar possibilidades de medidas que contribuam para facilitar a apropriação do ambiente, considerando-se aspectos emocionais da pessoa idosa.

O desconforto térmico em períodos quentes pode ser agravado pelo fato de a Vila dos Idosos se situar em região árida, visto que o bairro do Pari apresenta baixa taxa de arborização, logo, considerando-se a disponibilidade de espaço, seria plausível o plantio arbóreo no entorno do edifício. As árvores e arbustos, além de contribuir para amenizar os efeitos do calor, poderá proporcionar paisagem mais agradável para contemplação e locais de sombra para o lazer.

Para possibilitar ventilação e iluminação apropriadas no ambiente interno, recomenda-se prever aberturas em tamanhos adequados nas unidades de moradia. O fato de não haver abertura no sanitário das quitinetes demanda consumo de energia, na medida em que é necessário acender a lâmpada ao utilizar o local mesmo durante o dia e acionar o duto de ventilação. Nesse sentido, também seria necessário a substituição do vitrô da cozinha por um maior em todas as unidades de moradia, também conforme indicado na NBR 15220-3/2005c.

Por outro lado, há trechos da área de circulação onde há incidência de fortes ventos. Nesses locais seria apropriada a instalação de anteparos que permitam manuseio para amenizar o desconforto causado aos moradores pelos ventos e pela incidência solar, principalmente no período verpertino e no verão. Trata-se de uma solução para evitar extremos ambientais, que representam risco para a saúde dos idosos.

Nesse sentido, o espelho d'água localizado na área externa da edificação foi uma solução adequada quanto ao aspecto de conforto, visto que pode proporcionar temperatura mais amena ao seu redor, caracterizando uma possibilidade para os moradores aliviarem a sensação de desconforto em períodos quentes, além de oferecer uma paisagem que passa tranquilidade.

Ações para proporcionar conforto térmico podem ser viabilizadas também em escala urbana, como o reforço à arborização nas regiões áridas da cidade de São Paulo, fator relevante para viabilizar a mobilidade ativa, principalmente de pessoas idosas.

Nesse sentido, considerar ações para proporcionar conforto ambiental na habitação e na escala urbana implica em abordar aspectos de sustentabilidade, visto que é imprescindível considerar a influência climática e das ações antrópicas na própria habitação e suas repercussões na saúde humana. Assim, cita-se como exemplos o fenômeno da ilha de calor urbana e ruídos urbanos, que poderiam ser mitigados a partir de medidas sustentáveis.

A análise técnica da Vila dos Idosos se enriqueceu na medida em que foram sendo realizadas as entrevistas junto aos moradores, possibilitando à pesquisadora conhecer as limitações vivenciadas pelos idosos, as dificuldades enfrentadas no ambiente até então desconhecidas e até mesmo os riscos a que são submetidos os idosos na residência. O conhecimento possibilitado pelas entrevistas foi esclarecedor em relação à conjuntura inerente aos idosos e contribuiu para propor recomendações técnicas apropriadas ao ambiente domiciliar da pessoa idosa.

4.2 PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA VILA DOS IDOSOS

Na busca pela compreensão da percepção dos moradores quanto às condições de moradia na Vila dos Idosos, a realização de entrevistas com roteiro pré-elaborado e a abordagem indiscriminada aos idosos residentes, configuraram-se como instrumento de coleta de dados e abordagem/amostra apropriados ao estudo de caso. As entrevistas foram fundamentais na medida em se obteve relatos de experiências, acontecimentos e comportamentos que contribuíram para compreender os aspectos que facilitam e dificultam o morar em um ambiente como o estudado.

As mulheres, em sua maioria, mostraram-se dispostas a participar das entrevistas, enquanto a maioria dos moradores contatados (do sexo masculino) se negou a participar; alguns recomendaram conversar com a esposa. Inicialmente, as entrevistadas aparentaram certo receio, porém, ao finalizar a entrevista, muitas tentaram continuar o diálogo. Os homens que concordaram em ser entrevistados, responderam às questões de maneira breve. Muitos dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, indagaram se a pesquisadora iria tomar providências para encaminhar melhorias e sugeriram medidas, como se estivessem conversando com uma funcionária da COHAB.

Observar a vivência dos moradores no conjunto habitacional permitiu visualizar os modos de vida ao envelhecer, a preferência quase majoritária pela

reclusão, mas ao mesmo tempo a vontade de dialogar, de compartilhar sua história e de evidenciar a relação estabelecida pelo idoso com o ambiente em que vive.

Os relatos, que contribuíram com novos *insights*, levaram à reflexão com relação a projetos de habitação para espaços específicos para idosos, evidenciando que o nível de detalhes a serem considerados tanto no projeto, construção como adaptação dos ambientes, deve ser maior que o praticado no presente, exigindo soluções mais cuidadosas e adaptativas. Nesse sentido, foi possível ampliar a visão para a humanização do espaço, entendendo-se a habitação como um ambiente adaptado para viabilizar as atividades cotidianas com o maior nível de autonomia possível, sem descuidar das estruturas que promovam a convivência, a socialização e a satisfação do idoso com o ambiente.

Nesse sentido, as entrevistas possibilitaram ainda conhecer as condições de suporte para os moradores no ambiente doméstico e a importância atribuída a essas, as situações de risco que pequenos detalhes podem favorecer e verificar que o conhecimento das necessidades específicas e fragilidades do morador com relação ao ambiente em que vive torna possível potencializar o suporte no lar para melhor atender às demandas específicas e mitigar riscos.

Ao se projetar habitação, geralmente, são consideradas as normas técnicas, as soluções projetuais obtidas no levantamento bibliográfico e a ponderação dos riscos com base nas próprias experiências do projetista, considerando-se, mesmo que no inconsciente, suas próprias condições. No entanto, as experiências dos participantes indicaram que detalhes que possam parecer irrelevantes precisam ser considerados na habitação para idosos, ressaltando-se as fragilidades inerentes a essa faixa etária.

Logo, a pesquisa qualitativa realizada a partir de entrevistas é um importante instrumento para identificar detalhes importantes referentes a grupos específicos, na medida em que as informações são fornecidas pelos próprios atores e sua vivência cotidiana experimentada no espaço de estudo. Assim, o método e os resultados dessa investigação podem contribuir para tornar mais assertivas ações para proporcionar bem-estar e saúde ao grupo alvo.

Nesse sentido, analisando-se aspectos da mobilidade, o projeto da edificação previu a instalação de três elevadores, como solução encontrada para viabilizar o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida, além das escadas que representam outra opção para deslocamento entre os pavimentos. No entanto, embora instalados conforme projeto, os elevadores exigem manutenção constante e, dados os problemas rotineiros relatados, acabam inibindo as pessoas de fazerem uso deles, com o receio de ficarem trancadas ou por sofrer com fobia, agravos pertinentes à faixa etária dos usuários. Visto que as distâncias lineares ao longo do conjunto habitacional são extensas, a quebra de um elevador acarreta maior deslocamento do morador para acessar o próximo e se deslocar verticalmente até o pavimento térreo. Logo, a manutenção rápida e eficiente dos elevadores é fundamental para edificações desta

natureza. Alternativa importante e mais econômica é viabilizar o acesso por rampa, de modo a proporcionar mais conforto para as pessoas com declínio motor e com menor risco de acidentes em escadas.

É importante reconhecer que a caminhada é uma prática benéfica para o organismo, no entanto, é necessário considerar pessoas que sofrem com fraqueza nas pernas, dores, apresentam deficiência física ou pessoas debilitadas por várias razões, para as quais o deslocamento em um percurso longo requer mais esforço. Portanto, a implementação de suporte para apoio nas áreas de circulação no edifício e na área externa é viável, assim como a eliminação de saliências no piso, para proporcionar maior segurança e confiança ao idoso ao caminhar, dados os relatos de quedas no local.

Nas áreas de circulação do edifício foram verificadas saliências referentes às juntas de dilatação em alguns trechos, que podem ocasionar tropeções. Na área externa, os caminhos em meio ao gramado apresentam, em algumas partes, peças do calçamento soltas nas laterais, além disso, há um trecho do percurso definido com placas de cimento desniveladas.

Conforme Trezza (2014), o organismo do idoso é mais vulnerável a extremos de temperatura e o calor foi o fator mais citado em relação ao desconforto térmico, coerente com o fato de as entrevistas terem sido realizadas entre os meses de novembro 2019 e janeiro de 2020, período considerado quente, mesmo com a ocorrência de temperaturas amenas. Há que se considerar também que o conjunto habitacional situa-se em região central e árida da cidade de São Paulo. O frio foi citado por uma minoria dos entrevistados e, ao questionar a respeito de climatização artificial, a maioria afirmou ter ventilador e nenhum morador indicou possuir aquecedor.

Mesmo que as árvores existentes na área externa colaborem para proporcionar conforto térmico, a área verde no local incomoda alguns moradores, que as associam à piora da iluminação à noite e à presença de insetos, ou que contribuem para a sensação de o conjunto não estar situado na área central da cidade. No primeiro caso, evidencia-se com a afirmação da Sra. Regina A. D., 89 anos, moradora do conjunto há seis anos: “[...] *aqui tem muito mato, vem os bichos para dentro de casa*”, logo após complementou: “[...] *precisamos de luz à noite, é muito escuro por causa desse mato [...]*”. No segundo, conforme a fala da Sra. Lavínia M., 89 anos, moradora da Vila dos Idosos há mais de dez anos: “[...] *sempre morei no centro, eu me sinto no mato com essas árvores no nariz, mas se eu pudesse sair daqui, iria para o centro de novo [...]*”. No entanto, a maioria dos moradores estabelece relação de aceitação com a área verde, cultivam plantas, alguns apanham frutas, outros apenas se comprazem com a paisagem.

Embora a Vila dos Idosos ofereça ambientes para os moradores se sociabilizarem, nem todos se interessam em manter relacionamentos com os vizinhos. Assim, pode-se inferir que não é a existência de local para convivência que determina o grau de socialização dos usuários, pois a interação depende do interesse e da disposição; nessa faixa etária, muitos não se dispõem a interagir ou não têm paciência para tal. No

entanto, embora muitos moradores não se interessem em se sociabilizar, desfrutam da área externa, em especial dos lugares preferidos e prazerosos para o lazer.

Verificou-se que as pessoas idosas, que foram morar na Vila dos Idosos por falta de opção e de alguma maneira inconformadas, se negam a estabelecer diálogo com os outros moradores, acreditando que nunca irão se adaptar ao local. De acordo com os relatos, embora habitassem em condições desfavoráveis, mantêm memórias agradáveis da moradia anterior ou de seu entorno e não reconhecem os fatores positivos da oportunidade de morar na Vila dos Idosos.

No entanto, foi observado que são diversos os aspectos que podem ocasionar o desinteresse em se estabelecer laços de amizade, como a história de vida e particularidades do estilo de vida e da classe social, vivenciados por um longo período, que podem levar a pessoa a não se conformar com mudanças e preferir se relacionar de um jeito específico. Fatores como esses podem influenciar a segregação, o isolamento e dificultar a relação de identidade e de pertencimento ao lugar. Embora espaços de convivência possam proporcionar benefícios para os moradores, visto que, conforme Igima (2009), a sociabilidade pode reduzir a ansiedade e depressão, cabe à cada pessoa sua interpretação pessoal quanto a essas estruturas, optando muitas vezes por não usufruir desses espaços.

Já as pessoas que valorizaram a oportunidade de terem sido beneficiadas com a vaga para moradia no conjunto habitacional, participam das atividades, criam redes de amizades e ressaltaram os aspectos positivos do local. Observou-se junto à maioria dos moradores, que a valorização da oportunidade de habitar uma unidade de moradia “própria”, de modo individual e não coletivo, traz maior satisfação à pessoa idosa.

Logo, as entrevistas realizadas com moradores no ambiente do conjunto habitacional evidenciaram que há divergências na percepção do bem morar, na fala dos entrevistados. As reais condições de moradia e de vida do idoso e suas lembranças da vida pregressa tornam alguns muito satisfeitos, em contrapartida, outros saudosos, embora privilegiados por acessarem uma habitação subsidiada pelo poder público no centro da cidade de São Paulo.

A desvalorização econômica e demográfica da região central paulistana passou a ocorrer a partir da década de 1950, acompanhada da degradação ambiental da área. Desde então a construção de moradias pelo mercado formal e informal, assim como pelo poder público, passou a se intensificar nas regiões periféricas (ANITELLI e TRAMONTANO, 2016). Logo, a implantação desse conjunto habitacional em bairro central a partir do Programa de Locação Social, que integra o Programa Morar no Centro, comprovou que o sistema de arrendamento pode viabilizar o acesso à moradia, em condições de habitabilidade ao mesmo tempo em que contribui para a requalificação urbana de áreas degradadas no centro da cidade, caracterizando uma iniciativa plausível da Prefeitura Municipal de São Paulo. Incentivar a moradia em uma região consolidada oferece possibilidade de dinamismo e praticidade à rotina dos idosos, na medida em que

possibilita o fácil acesso a transporte e serviços. Conforme Igima (2009), tais fatores podem possibilitar a redução da ansiedade e depressão, dados os estímulos externos que os moradores experimentam no convívio com os ambientes urbanos.

Além da necessidade de infraestrutura urbana para viabilizar mobilidade segura para os idosos, estaria preparada a sociedade para conviver com o alto contingente de idosos previsto para os próximos anos? Neste sentido, ressalta-se a fala da Sra Maria Luísa M., 77 anos, que integrou o GARMIC na luta para a implementação da política habitacional que se concretizou na implantação da Vila dos Idosos:

Olha... foi uma luta danada correndo atrás disso...e vai no palácio, faz panelaço...Quando começou a sair na prefeitura, o pessoal do Pari falou que não queria, que iria ficar um monte de velho aqui, que iria sujar o lugar deles...

O relato expressa a complexidade inerente à cidade em suas múltiplas dimensões, principalmente em relação à vida em sociedade, na qual permeia o preconceito para com os idosos. Ao se verificar a história do bairro do Pari, bairro que acolheu tantos imigrantes, o relato pode ser considerado contraditório... O incômodo causado aos moradores do bairro do Pari com a proposta de implantação de um conjunto habitacional voltado para idosos pode estar atrelado à associação com guetos. No entanto, os beneficiados são pessoas aposentadas, que habitavam nas mais variadas situações: em pensões, casa de parentes, mulheres que atuavam como cuidadoras morando no próprio local de trabalho, ou em situação de vulnerabilidade.

A liberdade proporcionada aos moradores da Vila dos Idosos para sair e retornar ao conjunto por livre escolha reforça o fato de tratar-se de unidades de moradia autônomas, diferentemente do impedimento dos idosos se locomoverem pela cidade, estabelecido em muitas ILPI's. Assim, ao passar a residir na Vila dos Idosos, o morador não é privado de sua rotina anteriormente estabelecida, podendo manter suas atividades externas, evitando o choque emocional que muitas pessoas vivenciam ao passar a acatar regras em lares de idosos.

A Vila dos Idosos pode ser compreendida como uma importante política pública que viabilizou moradia em condições dignas a um valor acessível a pessoas fragilizadas que viviam em condições de vulnerabilidade, ou que passaram a necessitar de moradia por um motivo específico. Partindo desse ponto de vista pode ser considerado um programa habitacional representativo da valorização de população muitas vezes marginalizada pela sociedade.

Independente da interpretação individual de cada morador torna-se fundamental fomentar políticas públicas que viabilizem moradia adequada para pessoas idosas, visto que o suporte oferecido para o idoso na habitação pode ser entendido como prática de saúde no sentido de prevenção à saúde e qualidade de vida.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E CUIDADOS

O Estatuto do Idoso estabelece que as instituições voltadas ao atendimento aos idosos devem seguir a legislação pertinente, assim como a habitação precisa atender ao padrão, de acordo com as necessidades do idoso. Além disso, o estatuto também destaca a necessidade do atendimento à norma técnica de acessibilidade e à implantação de equipamentos urbanos voltados para pessoas dessa faixa etária. No entanto, seria necessário especificar quanto ao atendimento do padrão em moradias residenciais, com divulgação clara dos parâmetros que podem ser aplicados para proporcionar autonomia ao idoso em sua residência. Quanto à referência aos equipamentos urbanos voltados para idosos, seria importante especificar seu uso e estabelecer ligação com sua importância na rotina do idoso, principalmente no que diz respeito a cuidados e prevenção de riscos.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa cita a Classificação Internacional de Funções, Incapacidade e Saúde da OMS (CIF, 2001 apud BRASIL, 2006), que relaciona incapacidade à dinâmica entre as condições de saúde e o contexto ambiental, incluindo-se também características pessoais. Nesse sentido, a PNSPI afirma que é necessário considerar a condição funcional ao se formular políticas públicas para idosos, com o intuito de atender principalmente aos dependentes. Além disso, cita também a necessidade de “[...] ambientes amistosos para a faixa etária [...]”, como também “[...] realizar ações de prevenção de acidentes no domicílio [...]”, conforme OMS (2000, apud BRASIL, 2006), no entanto, não esclarece especificamente quanto a soluções técnicas apropriadas para autonomia na habitação.

Logo, a PNSPI destaca que o conceito de saúde para o indivíduo idoso está associado prioritariamente a sua condição de autonomia e independência e posteriormente às doenças. Logo, ao destacar a autonomia como fator primordial para a saúde do idoso, seria importante embasar os mecanismos fundamentais para tornar o ambiente apropriado para a pessoa idosa, o que caracterizaria o papel informativo por parte do poder público no sentido de prevenção de riscos.

Nesse contexto, a PNSPI cita também a necessidade de “promoção de ações educativas dirigidas aos agentes executores e beneficiários de programas habitacionais quanto aos riscos ambientais à capacidade funcional dos indivíduos idosos” (BRASIL, 2006). Assim, seria fundamental implementar ou apoiar a implantação dessas ações na Vila dos Idosos e nos demais programas habitacionais voltados para idosos, considerando-se que a adaptação das unidades autônomas de moradia ficaram a cargo de cada morador, no caso estudado.

A PNSPI atribui à família a responsabilidade pelo cuidado ao idoso, no entanto, dadas as dificuldades advindas das alterações na estrutura familiar e da dispersão geográfica dos membros das famílias no viver contemporâneo, seria importante complementar essa atribuição com outras opções de cuidados para com os idosos, caracterizando uma rede de compartilhamento de responsabilidade. Nesse

sentido a adaptação da residência para favorecer a realização das atividades diárias pelos idosos caracteriza uma importante complementação das ações de cuidado, além da parceria com centros-dia.

Quando a PNSPI se refere a uma “rede de suporte social”, é relevante considerar parcerias, atentando-se para o cansaço e demandas pessoais dos cuidadores. Desse modo, os centros-dia representam modalidades importantes na rede de provisão de cuidados, além de possibilitar a reinserção da pessoa idosa na comunidade. Nesse sentido, destaca-se o Programa de Acompanhante de Idosos (PAI) no município de São Paulo. Esse programa tem como objetivo capacitar interessados para atuarem em atividades de cuidado para com idosos frágeis, com o intuito de verificar situações de risco que comprometam a autonomia dessas pessoas (SÃO PAULO, 2012). O Documento Norteador PAI, conforme São Paulo (2012), indica tratar-se de um programa que oferece cuidados aos idosos com o objetivo de proporcionar autonomia no lar e evitar ou adiar a institucionalização. No entanto, o programa não cita especificamente a necessidade de adaptações no domicílio a partir da aplicação de medidas de suporte para promoção da autonomia do morador na residência.

Esse programa relata a baixa oferta e qualidade das ILPI's e se refere à PNSPI, a qual afirma que as ILPI's são voltadas em sua maioria para o atendimento a idosos frágeis (BRASIL, 2006 apud SÃO PAULO, 2012). Assim, é necessário mudar essa cultura no Brasil, sendo urgente ampliar a oferta de ILPI's não apenas para os mais frágeis, como também para os idosos capazes, que vivem sozinhos em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, o PAI cita a necessidade de “*respeitar o espaço de moradia da pessoa idosa, assim como os seus pertences pessoais, móveis e utilidades domésticas*” (SÃO PAULO, 2012, p. 26). Além disso, conforme São Paulo (2012, p. 26), destaca a importância de “*incentivar a autonomia e a independência da pessoa idosa atendida*”. Logo, seria plausível auxiliar os beneficiários do programa quanto a soluções técnicas para melhorar o suporte no ambiente doméstico para proporcionar autonomia ao morador. Além disso, o programa tem ainda como objetivo a inserção da pessoa idosa na comunidade e sua participação social (SÃO PAULO, 2012). Nesse contexto, seria fundamental o programa destacar a importância do atendimento da norma técnica de acessibilidade NBR 9050/2020, tanto nas edificações como no meio urbano para possibilitar a mobilidade segura dos idosos.

Trata-se de uma importante ação, que necessita ser implementada nos demais estados brasileiros, no sentido de se estabelecer uma rede de cuidado, na medida em que a assistência domiciliar complementa ações desenvolvidas nos centros-dia. Nesse sentido, além da implementação de políticas públicas habitacionais, é necessário direcionar um olhar amplo para a projeção do aumento da população idosa no Brasil e viabilizar soluções para proporcionar cuidados a esse grupo específico em todos os ambientes vivenciados.

Conforme o quadro apresentado por Maio (2016, p. 68), países como Portugal e Espanha oferecem quantidade de centros-dia muito maior comparando-se ao Brasil, que apresenta porcentagem de população idosa e expectativa de vida menores que os países citados. No entanto, atentando-se para a tendência de aumento da população de idosos no Brasil, seria plausível a inclusão de centros-dia nas políticas públicas, para reforçar o estabelecimento de rede social de cuidados para com os idosos. O fato de Espanha e Portugal oferecerem grande quantidade de centros-dia evidencia que se trata de uma solução relevante relacionada ao amparo a essa população.

O período vivenciado no centro-dia, sob a atenção de profissionais, pode proporcionar bem-estar emocional e segurança, assim como diminuir o tempo que a pessoa idosa permanece sozinha ou com familiares, muitas vezes não preparados para atendê-la. É necessário fomentar a cultura do cuidado no Brasil, tomando-se como exemplos de estímulo, conforme Maio (2016), os benefícios concedidos aos cuidadores em diversos países europeus. Embora implique custos para o setor público, pode acarretar em economia na área da saúde.

Caracterizando ação relevante de cuidado, a assistência por parte dos funcionários da UBS próxima à Vila dos Idosos, que realizam exames e oferecem palestras relacionadas à saúde, pode ser considerada uma importante ação de suporte à qualidade de vida e saúde dos moradores. Muitas vezes as ILPI's não têm condições de oferecer serviços médicos no local, portanto, o vínculo com órgãos públicos para assistência aos moradores é uma importante estratégia no sentido de conscientização para melhorar a alimentação e prevenir agravos.

Nesse contexto, seria plausível que as políticas públicas habitacionais voltadas para idosos fossem direcionadas para grupos específicos, ou seja, para idosos dependentes e fragilizados e para idosos capazes que vivem sozinhos, visto que pode haver demandas conflitantes. Trata-se de uma maneira de tentar viabilizar estruturas adequadas e serviços eficientes de cuidados aos beneficiários e de possibilitar a implantação de ILPI's de boa qualidade.

Dada a propensão ao aumento do número de idosos vivendo sozinhos e de famílias compostas por poucos membros, configura-se tendência a propagação desse cenário de surgimento de unidades habitacionais menores, citando-se como exemplo o Programa Vila Dignidade, conforme CDHU (S/D), cujas unidades habitacionais apresentam 39 m² de área interna.

Logo, tratando-se de políticas públicas habitacionais e específicas para população fragilizada, como os idosos, também se caracteriza como um ato de cuidado o atendimento integral ao padrão construtivo legal, para adaptação do ambiente às necessidades dessa população, assim como para promoção da saúde e qualidade de vida desse público específico. Nesse sentido, todos os agentes envolvidos na provisão de habitação são responsáveis pelas condições de acessibilidade, conforto e segurança dos

usuários. Inconformidades construtivas ou falta de soluções adaptativas podem acarretar prejuízos relacionados à saúde, considerando-se aspectos físicos, emocionais e mentais.

Apesar dos inúmeros estudos sobre a temática do idoso, observa-se pouca consciência acerca de medidas para suporte na habitação para idosos, e seus impactos na saúde. Nota-se ainda carência de políticas públicas que busque aplicar o arcabouço teórico urbanístico e construtivo existente na prática da realidade habitacional do país, logo este estudo vem no sentido de contribuir com esta lacuna.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Refletir sobre o envelhecimento leva ao questionamento do que é *ser velho* e, imediatamente, à necessidade de se preparar para a velhice. Este preparo envolve diversos fatores, embora a preocupação imediata se volte à questão da aposentadoria, seguida da necessidade de cuidados e moradia. Considerando-se a tendência ao envelhecimento da população brasileira e o provável aumento do número de pessoas vivendo sozinhas, torna-se fundamental, para a saúde e qualidade de vida neste período da vida, adequar a moradia para proporcionar autonomia e segurança ao idoso.

As fragilidades advindas com a idade, a possível queda de renda após a aposentadoria e, conseqüentemente, a dificuldade de financiar a aquisição de um imóvel evidenciam a relevância da provisão de políticas públicas habitacionais voltadas para a população idosa. No entanto, a provisão de unidades habitacionais não pressupõe apenas o projeto e a construção, em geral de custo mínimo, assim como a disponibilização e o acesso, mas é essencial que as moradias proporcionem as condições mínimas de habitabilidade, conforto e segurança a essa faixa etária, logo que sejam soluções adaptativas e sustentáveis. Tratando-se de conjuntos habitacionais para moradia da população idosa, é essencial que considerem o suporte específico indispensável para idosos nas unidades de moradia, nas áreas de uso comum e nas áreas externas.

Nesse contexto, uma alternativa viável seria implementar políticas públicas que considerem estratégias para viabilizar obras de adaptação nas residências de idosos, como uma maneira de auxiliar na redução de riscos e oferecer suporte para autonomia de muitas pessoas que têm residência própria, mas não adaptada às demandas dessa faixa etária. Além disso, ações por parte do poder público de conscientização a esse respeito caracterizaria uma importante ação conjunta às políticas públicas habitacionais.

Nesse sentido, na Vila dos Idosos, que oferece unidades de moradia autônomas e em edifícios da mesma natureza, seria fundamental o poder público esclarecer junto aos moradores as possibilidades para proporcionar segurança no ambiente doméstico, visto que a maioria dos usuários não tem conhecimento sobre o tema.

Embora o conjunto habitacional estudado, a Vila dos Idosos, proporcione moradia em condições dignas, é passível de manutenção de algumas estruturas existentes e adaptação de outras, tanto na unidade de moradia como nas áreas de circulação do edifício e área externa, no pavimento térreo. Adequar o espaço com soluções adaptativas, relacionadas a aspectos de acessibilidade, segurança e conforto, pode encorajar pessoas com tendência à reclusão a se apropriarem da área externa, para a prática de exercícios físicos, socialização ou simplesmente para contemplação do espaço e da paisagem.

Para melhorar as condições de segurança e conforto na atual conjuntura, seriam consideradas medidas fundamentais na unidade de moradia: i) instalar torneiras de fácil

manuseio (tipo alavanca) no sanitário e na cozinha, ii) optar por armários acessíveis e bancadas com barras para apoio na cozinha, iii) substituir o vitrô da cozinha por um maior para proporcionar conforto visual, iv) instalar barras de apoio no sanitário, conforme NBR 9050/2020, v) instalar corrimão na parede no corredor e vi) instalar sistema de alarme no sanitário, principalmente. Para proporcionar conforto ao morador que é acometido por dificuldade visual, seria necessário facilitar o acesso a interruptores e tomadas, com informações em alto relevo, e reforçar a iluminação principalmente na cozinha, onde são executadas atividades manuais várias vezes ao dia. Além disso, seria importante assentar piso nivelado e antiderrapante na área interna da unidade de moradia, o que pode trazer certa dificuldade viabilizar essa medida pelo fato da necessidade de remanejamento dos moradores para outro local durante a obra.

Quanto às áreas de circulação do edifício, seriam medidas importantes para conferir mais segurança para a locomoção: i) assentar piso nivelado e antiderrapante, visto que, ao elevar o nível do piso, elimina-se o degrau de acesso aos apartamentos e quitinetes, ii) garantir a manutenção constante dos elevadores, iii) instalar corrimão nas paredes, iv) destacar todos os degraus das escadas com sinalização de alerta e v) assentar piso tátil de alerta nas extremidades das escadas, da rampa de acesso ao edifício, na porta dos elevadores, assim como piso tátil direcional, conforme NBR 9050/2020.

Na área externa seria importante reforçar as condições de segurança, dados os relatos de queda no local. Assim, algumas adaptações poderiam encorajar os moradores a desfrutar mais da área externa: i) nivelar o piso, ii) instalar corrimão rente aos caminhos no gramado, substituir os atuais bancos por bancos com encosto, iii) garantir a manutenção do gramado e dos aparelhos de ginástica, iv) melhorar a iluminação noturna.

Considera-se como ação prioritária o nivelamento do piso da área externa e das áreas de circulação do edifício, assim como a instalação de corrimão na parede nas áreas de circulação em todos os pavimentos. Nas unidades de moradia, seria prioridade a instalação de barras para apoio no sanitário e corrimão no corredor. Tais intervenções iriam minimizar o risco de queda e as obras para sua instalação teriam apenas impacto momentâneo no cotidiano dos idosos.

Já para a substituição do vitrô da cozinha, seria necessário que a equipe da COHAB disponibilizasse a cozinha do salão de festas para os moradores prepararem todas as refeições durante um dia. Nesse caso, as obras poderiam ser executadas paulatinamente, em poucas unidades de moradia diariamente, para não sobregarregar a demanda pela cozinha e sanitários do salão de festas.

A socialização esperada e promovida pelas áreas comuns e de lazer não é alcançada totalmente, pois é influenciada por fatores determinantes do modo de vida, como cultura, hábitos e costumes, perfil e trajetória de vida de cada morador. No

entanto, os espaços de lazer geralmente têm sido usufruídos e podem proporcionar satisfação e bem-estar aos moradores, daí sua importância.

Na habitação para idosos, é necessário considerar soluções que evitem extremos ambientais, atentando-se para períodos de frio ou calor intenso. Proteção das fachadas em relação à insolação e instalação de anteparos para evitar o desconforto causado por fortes ventos merecem atenção, no projeto e avaliação pós-ocupação.

Embora medidas pontuais sejam importantes, é necessário considerar ações para possibilitar conforto ambiental também no entorno da habitação, como a arborização, considerada uma medida mitigadora de calor e de ruídos, além de causar efeito psicológico positivo ao compor a paisagem. Visto que o idoso estende sua percepção de lar ao entorno da edificação, é fundamental qualificá-lo com calçamento adequado para a mobilidade e bancos sombreados para descanso e lazer, em quantidade e condições apropriadas.

A satisfação do idoso em se deslocar pela cidade reforça a autonomia como indivíduo integrante da sociedade, sendo um importante tema que pode ser abordado em futuras pesquisas no sentido de investigar junto aos próprios cidadãos idosos quais as principais dificuldades sentidas no meio urbano. Assim, será possível identificar e dar visibilidade às medidas prioritárias para proporcionar maior autonomia aos idosos e viabilizar mobilidade segura nos espaços públicos.

Apesar da necessidade de adaptações, a Vila dos Idosos pode ser considerada uma importante referência para outras políticas públicas habitacionais, na medida em que viabiliza moradia em área central, em meio à estrutura adequada para a vida urbana e o lazer da população idosa. O conjunto habitacional voltado para idosos não caracteriza aspecto negativo para o bairro onde se encontra localizado, pois que os atores também integram o dinamismo urbano em seu cotidiano com acesso a serviços, comércio e transporte, como pessoas de outras faixas etárias.

O planejamento de habitação para idosos exige o conhecimento e a aplicação de soluções específicas, com a finalidade de amenizar riscos de acidentes e a dependência de cuidados, além de promover o conforto e bem-estar e a qualidade de vida para essa população, em momento de vida mais vulnerável. Assim, a integração e sistematização do conhecimento da área de arquitetura e urbanismo e saúde pública vem contribuir nessa perspectiva.

Essa pesquisa revelou que embora tenha existido um empenho por parte do poder público municipal para disponibilizar de maneira acessível habitação para idosos interessados, a valorização ou não do benefício é algo muito particular de cada indivíduo, atrelado à sua experiência de vida.

6. PRODUTO DA PESQUISA

Ao agrupar as soluções técnicas nas categorias acessibilidade, conforto e segurança, foi possível verificar que estão interligadas, ou seja, uma técnica que garante segurança, pode também proporcionar conforto, ou por tornar algo mais acessível, evita-se riscos, proporcionando maior conforto e segurança.

Logo, na página inicial do catálogo *online* sobre Habitação e bem-estar, consta uma figura circular destacando a interligação entre esses aspectos com flechas entre as palavras e a frase “Autonomia na habitação” no centro do círculo (**Figura 120**), reforçando que esses aspectos interligados proporcionam autonomia ao morador. Os mecanismos técnicos foram listados separadamente nos botões denominados acessibilidade, conforto e segurança, conforme apresentados na pesquisa.

Figura 120: Interligação entre os aspectos: acessibilidade, conforto e segurança

Fonte: A autora

Elaboração: A autora

Além disso, foi destacada outra figura na página inicial, em formato oval, com as palavras “planejamento, espaços e conexões” e na área menor interna as palavras “apropriação do espaço, aspectos físicos e emocionais” (**Figura 121**). A apresentação dessa imagem tem o intuito de ressaltar que ao considerar medidas para atender as necessidades dos idosos na fase de planejamento da edificação, é possível viabilizar aos moradores melhores condições para apropriação do espaço e possibilitar bem-estar relacionado aos aspectos físicos e mentais. Em dois botões foram apresentados trechos da pesquisa que se referem ao planejamento inicial da habitação, à conexão dos espaços e aspectos emocionais dos idosos.

Figura 121 – Planejamento: abordagem de aspectos físicos e emocionais

Fonte: A autora

Elaboração: A autora

O *site* www.habitacaoebemestar.com.br ficará ancorado no *site* do SABE, com a expectativa de que idosos e pessoas ligadas a eles se informem a respeito de como melhorar a qualidade de vida dessa população na residência, potencializando a independência nas atividades domésticas.

Além disso, a disponibilidade desse produto à COHAB tem como intenção colaborar com novas políticas públicas habitacionais voltadas para idosos, oferecendo informações que, se aplicadas, poderão proporcionar bem-estar aos possíveis novos beneficiários de programas habitacionais. Essa ação também caracteriza uma devolutiva à cooperação dos funcionários da COHAB com essa pesquisa.

7. REFERÊNCIAS

AECweb. O brise é produzido com alumínio e ideal para aplicação em fachadas. Reduz a temperatura do ambiente interno sem prejudicar a incidência de luz natural e a ventilação. **AECweb**, 2015. Disponível em: < https://www.aecweb.com.br/prod/e/brise-esquadricamp_44430_48109 > Acesso em 9 ago. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 283 de 26 de setembro de 2005**. Brasília, DF, 2005.

ALBARELLO, L.; DIGNEFFE F.; HIERNAUX, J.P.; MAROY, C.; RUQUOY, D.; SAINT-GEORGES, P. **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Trajectos**. Lisboa: Gradiva, 1995.

ALBERTI, G. Idosos trocam lares por “repúblicas” para envelhecerem junto com os amigos. **Hypeness**, 2016. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2016/11/idosos-trocam-lares-por-republicas-para-envelhecerem-junto-com-os-amigos/>> Acesso em 28 maio 2019.

ALCÂNTARA, M. F. “Gentrificação”. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2018. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/content/gentrificacao>> Acesso em 20 março 2020.

ALVES, L. Iluminação de jardim. **Tua Casa**, S/D. Disponível em: <<https://www.tuacasa.com.br/iluminacao-de-jardim/>> Acesso em 23 jan. 2020.

ALVES, C. A. **Resiliência das edificações às mudanças climáticas na Região Metropolitana de São Paulo**. Estudo de caso: Desempenho térmico de edifícios residenciais para idosos. 2014. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

ALVES, D. J. História dos bairros paulistanos – Pari. **Banco de dados Folha**. Acervo on line, S/D. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/bairros_pari.htm> Acesso em 09 março 2019.

ANITELLI, F.; TRAMONTANO, M. Vila dos Idosos: novos insumos para a política habitacional, novos parâmetros para a arquitetura, novas resultantes urbanas. **Oculum Ensaios**, Campinas, v.14, n.1, p. 63-80, 2017. Disponível em:< <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3246/2448>> Acesso em 20 maio 2018.

ARAÚJO, R. R. **Clima e vulnerabilidade socioespacial: uma avaliação dos fatores de risco na saúde da população urbana do município de São Luís (MA)**. 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2014.

ARCHDAILY. Lar de idosos Peter Rosegger/ Dietger Wissounig Architekten. **ArchDaily Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/760936/lar-de-idosos-peter-rosegger-dietger-wissounig-architekten>> Acesso em 09 out. 2019.

ARCHDAILY. Lar para idosos/Dominique Coulon & associes. **ArchDaily Brasil**, 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/796940/lar-para-idosos-dominique-coulon-and-associes?ad_medium=widget&ad_name=recommendation> Acesso em 09 out. 2019.

ARCHDAILY. Lar de Idosos em Perafita/Grupo Iperforma. **ArchDaily Brasil**, 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/767045/lar-de-idosos-em-perafita-grupo-iperforma?ad_medium=widget&ad_name=recommendation> Acesso em 09 out. 2019.

ARCHDAILY. Asilo Nensing/Dietger Wissounig Architects. **ArchDaily Brasil**, 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/757627/asilo-nensing-dietger-wissounig-architects?ad_medium=widget&ad_name=category-asylum-article-show> Acesso em 09 out. 2019.

ARCHDAILY. Lar de Repouso e Cuidados Especiais/Dietger Wissounig Architekten. **ArchDaily Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/788077/lar-de-reposo-e-cuidados-especiais-dietger-wissounig-architekten>> Acesso em 10 out. 2019.

ARCHDAILY. Cobogó: O mais recente de arquitetura e notícia. **ArchDaily Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/tag/cobogo>> Acesso em 08 jun. 2018.

ARDLEY, Suzanne. **The Kitchen Planner: hundreds of great ideas for your new kitchen**. São Francisco: Ed. Chronicle Books, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15220**: Desempenho térmico de edificações Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro, 2005c.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537**: Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

BAGNATI, M. M. **Zoneamento Bioclimático e Arquitetura Brasileira**: Qualidade do ambiente construído. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

BARDIN. L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2004.

BARROS, H. R.; LOMBARDO, M. A. A ilha de calor urbana e o uso e cobertura do solo em São Paulo-SP. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 160-177, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/97783>>. Acesso em 11 maio 2018.

BARROS, C.F.M. **Casa segura: uma arquitetura para a maturidade**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2000.

BEDOLINI, A. C. B. A Vila dos Idosos de Héctor Vigliecca: Uma reflexão sobre o “fazer arquitetura”. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2014, São Paulo. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-HDC-022_BEDOLINI.pdf> Acesso em 01 maio 2018.

BELFORT JR, R. Entrevista Dr. Rubens Belfort Jr. Porque é difícil tratar os olhos dos idosos? Ciência e Tecnologia no Brasil. Pesquisa FAPESP. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ArI0ICwW4a8>> Acesso em 12 março 2019.

BELL, M.L., O’NEILL M.S., RANJIT N., BORJA-ABURTO V.H., CIFUENTES L.A., GOUVEIA NC. Vulnerability to heat-related mortality in Latin America: a case crossover study in São Paulo, Brazil, Santiago, Chile and Mexico City, Mexico. **International Journal of Epidemiology**, v. 37, n. 4, p. 796-804, 2008. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18511489>> Acesso em maio 2018.

BESTETTI, M. L. T. **Habitação para Idosos**. O trabalho do arquiteto, arquitetura e cidade. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

BOUERI, J. **Espaço Mínimo e Avaliação Dimensional da Habitação**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Curso de capacitação. **Sustentabilidade na Administração Pública**. A3P Agenda Ambiental na Administração Pública. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento**. Brasília, DF, 2003.

BROWN, G.; DEKAY, M. **Sol, vento e luz: estratégias para o projeto de arquitetura**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2004.

CAMARANO, A. A. **Idosos no Brasil Vivências, desafios e expectativas na Terceira**

idade. São Paulo: Edições SESCSP, 2007.

CANTERO, J.; GHOUBAR, K. A habitação para locação social em São Paulo (Brasil): o caso do conjunto habitacional Vila dos Idosos da COHAB-SP. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO, 1., 2010, Lisboa. **Anais eletrônicos...** Lisboa: Actas, 2010. p.1-10.

CARSTENS, D. Y. **Site planning and design for the elderly. Issues, Guidelines, and alternatives.** New York: Van Nostrand Reinhold, 1993.

CDHU. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. Secretaria da Habitação. Programa Vila Dignidade. S/D. Disponível em:<<http://www.cdhu.sp.gov.br/perguntas-frequentes/programa-vila-dignidade>> Acesso em 09 out. 2019.

CDHU. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. Secretaria de Desenvolvimento Social. São Paulo Amigo do Idoso. Disponível em:<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/programas_spamigodoidoso> Acesso em 07 nov. 2019.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

CÓCOLO, V. Professores aposentados da Unicamp criam proposta de moradia coletiva para envelhecerem juntos: “Autonomia”. **G1**, 2018. Disponível em:<<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/professores-aposentados-da-unicamp-criam-proposta-de-moradia-coletiva-para-envelhecerem-juntos-autonomia.ghtml>> Acesso em 28 maio 2019.

COHAB. **Programa Morar no Centro.** São Paulo, S/D. 1 CD-ROM.

COHAB – COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO. **Memorial de arquitetura:** relatório técnico. São Paulo, 2004.

COHAB – COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO. AutoCAD. São Paulo, 2004. 1 CD –ROM.

COHAB – COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO. Imagens do terreno de implantação da Vila dos Idosos. São Paulo, 2005. 1 CD –ROM.

COHAB – COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO. Imagens Vila dos Idosos. São Paulo, 2007. 1 CD –ROM.

COMISSÃO EUROPEIA. **Cuidados de Longa Duração na União Européia.** Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias, 2008.

COSTA, S.; PLOUFFE, L.; VOELCKER, I.; KALACHE, A. Habitação e Urbanismo. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (organizadores).

Política Nacional do Idoso. Velhas e novas questões. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2016, p. 295-322.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre estudos de sociologia do envelhecimento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.67-88, 2006. Disponível em <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232006000300006&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 04 fev. 2019.

CRIST, P. A. Does Quality of Life Vary with Different Types of Housing Among Older Persons? A Pilot Study. **Aging in Place. Designing, Adapting, and Enhancing the Home Environment**. Philadelphia: Haworth Pressinc, 1999.

CUNHA, D. G. F.; VECCHIA, F. As abordagens clássica e dinâmica de clima: uma revisão bibliográfica aplicada ao tema da compreensão da realidade climática. **Ciência e Natura**, São Carlos, v. 29, n. 1, p. 137-149, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/9767/5855>> Acesso em 16 maio 2018.

FRANCISCO, M. L. **Recomendações de conforto térmico para projeto arquitetônico e implantação de unidades habitacionais em assentamentos rurais.** Caso: Assentamento Rural Sepé Tiaraju, Serra Azul- SP. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2009.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.14, n.28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004> Acesso em 20 set. 2019.

GARCIA, S.D.O. **Temperatura e mortalidade cardiovascular e respiratória em idosos de São Paulo e Bogotá.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

HARLAN, S.L.; BRAZEL, A.J.; PRASHAD, L.; STEFANOV, W.L.; LARSEN, L. Neighborhood microclimate and vulnerability to heat stress. **Social Science & Medicine**, v. 63, p. 2847-2863, 2006. Disponível em:<<https://pdfs.semanticscholar.org/aef3/0ed67d4dee3ef9b157be7936f85e41dc6f97.pdf>>Acesso em 22 abril 2018.

HERTZ, John. **Ecotécnicas em arquitetura: como projetar nos trópicos úmidos do Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1998.

HUENCHUAN, S. **Envejecimiento, solidaridad y protección social en América Latina y el Caribe. La hora de avanzar hacia la igualdad.** 2013. Disponível em: <<http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2014/08/Envejecimiento-CEPAL.pdf>> Acesso em 10 ago. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010. População brasileira envelhece em ritmo acelerado.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1272&t=ibge-populacao-brasileira-envelhece-ritmo-ac&view=noticia>> Acesso em 16 ago. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agência IBGE notícias.** SIS 2016: 67,7% dos idosos ocupados começaram a trabalhar com até 14 anos. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/9487-sis-2016-67-7-dos-idosos-ocupados-comecaram-a-trabalhar-com-ate-14-anos.html>> Acesso em 11 maio 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da população por sexo e idade. Brasil e Unidades da Federação 2010 – 2060.** Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/78b962ace2419a967d57addd41377397.pdf> Acesso em 07 out. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE educa.** Conheça o Brasil – População. Pirâmide etária. 2018. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>> Acesso em 07 out. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores. Uma análise das condições de vida da população brasileira.** 2016. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/80690359-Instituto-brasileiro-de-geografia-e-estatistica-ibge.html>> Acesso em 07 out. 2019.

IGE, J.; PILKINGTON, P.; ORME J.; WILLIAMS, B.; PRESTWOOD, E.; BLACK, D.; CARMICHAEL, L.; SCALLY, G. The relationship between buildings and health: a systematic review. **Journal of Public Health**, Oxford, 2018. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jpubhealth/advance-article/doi/10.1093/pubmed/fdy138/5076115>> Acesso em 01 set. 2018.

IGIMA, J. C. **Centro de Convivência Saúde e Bem-Estar para idosos na cidade de São Paulo.** Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

INSTITUTO ALEMÃO DE LUMINOTÉCNICA. **Introdução a luminotécnica.** São Paulo: Osram do Brasil, 1979.

ITIMURA, I. **Conforto térmico em habitações de favelas e possíveis correlações com sintomas respiratórios: o caso do “Assentamento Futuro Melhor”- SP.** Tese (Doutorado em Geografia Física) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

LAMBERTS, R.; GHISI, E.; PEREIRA, C.D.; BATISTA, J.O. **Casa eficiente: Bioclimatologia e desempenho térmico**. Florianópolis: LabEEE – Universidade Federal de Santa Catarina, v.1, Florianópolis, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOMBARDO, M. A. Análise das mudanças climáticas nas metrópoles. O exemplo de São Paulo e Lisboa. In: CORTEZ, ATC., ORTIGOZA, SAG (Org.). Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano [online] São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 146 p. ISBN 978-85-7983-007-5, p.111-146. Disponível em:< <http://books.scielo.org/id/n9brm/pdf/ortigoza-9788579830075-06.pdf>> Acesso em 20 abril 2018.

LOMBARDO, M. A. **Ilha de calor nas metrópoles. O exemplo de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

MAIO, L.G. **Pessoa Idosa Dependente. Políticas Públicas de Cuidados Intermediários ao Idoso no Brasil e a Atuação do Ministério Público**. Curitiba: Editora Juruá, 2016.

MARQUES, L. **O capitalismo e o colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MASCOLLI, M. A. **“Combinamos entre nós ou com o tempo?”: temporalidades climáticas no cotidiano de idosos moradores do centro de São Paulo**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

MILANI, D. A. **O quarto e o banheiro do idoso**: Estudo, análise e recomendações para o espaço do usuário residente em instituição de longa permanência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

MONTEIRO, L. C. A. **Políticas Públicas Habitacionais para idosos: um estudo sobre os condomínios exclusivos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de tecnologia. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2012.

NAKANO, F. **Mobiliário para idosos**: Acessibilidade para todos. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

NAFEM – North American Association of Food Equipments Manufactures. An Introduction to the Foodservice Industry, 1995.

NEVES, J.C. Economia dos e para os idosos. A pessoa idosa e a sociedade. Perspectiva ética. Actas do VI Seminário Nacional do Conselho Nacional de Ética para as Ciências

da Vida. Coimbra, 22 e 23 de novembro, 1999. Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 2000.

NOBRE, C. A. et al. **Vulnerabilidade das Megacidades Brasileiras às Mudanças climáticas: Região metropolitana de São Paulo**. Sumário executivo. 2010.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Guia Global: **cidade amiga do idoso**. Geneva: OMS, 2008.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 17 Objetivos para transformar nosso mundo. **Nações Unidas Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>> Acesso em 08 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf> Acesso em 08 out. 2018.

PACCA, Penha Elizabeth. **A estagnação urbana como parte da metrópole paulistana do século XXI** – o caso do Pari. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

PEREIRA, C. T.; LIMA, R. S. Distribuição de temperatura de superfície e sua relação com indicador socioeconômico – Santos/SP. Eixo: Climatologia em diferentes níveis escalares: mudanças e variabilidades. In: XVII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E FÍSICA APLICADA, 2017, Campinas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2017.

PÉREZ, J. M. **Compendio práctico de acústica aplicada**. Barcelona: Labor, s/d.

QUEVEDO, A. M. F. **Residências para idosos: critérios de projeto**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

RASCHKO, B. B. **Housing interiors for the disable and elderly**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

RIBEIRO, H.; PESQUERO, C. R.; COELHO, M. S. Z. S. Clima urbano e Saúde: uma revisão sistematizada da literatura recente. **SciELO**, São Paulo, v.30, n. 86, p. 67 - 82, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n86/0103-4014-ea-30-86-00067.pdf>> Acesso em 20 abril 2018.

RIBEIRO, H. Heat island in São Paulo, Brazil.: Effects on health. **Critical Public Health**, v. 15, n. 2, p. 147-156, 2005.

ROAF, S.; CRICHTON, D.; NICOL F. **Adapting Buildings and Cities for Climate Change. A 21st century survival guide**. Oxford, U.K.: Architectural Press, 2005.

ROBSON, D.; NICHOLSON, A.; BARKER, N. **Homes for the third age: a design guide for extra care sheltered housing**. London: E & F n spon, 1997.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um pequeno planeta**. Trad. A. R. Di Marco. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

ROMERO, M. A. B. **A arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

ROMERO, M. A. B. **Arquitetura do lugar. Uma visão bioclimática da sustentabilidade em Brasília**. Brasília: Ed. Nova técnica, 2011.

SABE. Saúde, Bem-estar e Envelhecimento. Envelhecer em São Paulo: “**Discutindo as condições de vida dos idosos na cidade**”. 2018. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=5IhgLNWBIZA>> Acesso em 20 jun 2019.

SÂMIA, C.O.F. **Cozinha funcional: análise do espaço e do usuário idoso**. Mestrado em Design e Arquitetura. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. **Morada Nova Luz é modelo de moradia para idosos**. São Paulo, 2010. Disponível em:
<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/se/noticias/?p=12394>>
Acesso em 19 maio 2018.

SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. **Prédio de 1910 na região do Centro é revitalizado e transformado em moradia popular**. São Paulo, 2014. Disponível em:
<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=187199>>
Acesso em 19 maio 2018.

SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. **Boletim Aqui São Paulo**. Programa Renova centro reforma Edifício Cineasta. Ed.5, São Paulo, 2012. Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/subprefeituras/boletins/_das_subprefeituras/2012/2012-04_dupla-especial.pdf> Acesso em 15 maio 2018.

SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. **Plano Municipal de Habitação de São Paulo**. Caderno para discussão pública. Secretaria Municipal de Habitação. São Paulo, 2016.

SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. **Bairro Pari**. São Paulo, 2008. Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/adelpha/index.php?p=5641> Acesso em 09 março 2019.

SÃO PAULO, PREFEITURA DO MUNICÍPIO. **Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras**. São Paulo, 2019. Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758> Acesso em 10 março 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. **Documento Norteador. Programa Acompanhante de Idosos**. 2012. Disponível em:<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/pessoai-dosa/DocumentoNorteador-PAI.pdf>> Acesso em 10 ago. 2019.

SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. **Sistema e-SIC. Acesso à informação**. Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB. Disponível em: <<http://esic.prefeitura.sp.gov.br>> Acesso em 09 maio 2019.

SÃO PAULO, S/D. Mapa Digital da Cidade. **GeoSampa Mapa**. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx> Acesso em 08 maio 2018.

SARTORI, M. G. B. **Clima e percepção**. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

SHAUGHNESSY, U. H.; PEKKONEN, M.; LEIVO, V.; PRASAUSKAS, T.; TURUNEN, M.; KIVISTE, M.; AALTONEN, A.; MARTUZEVICIUS, D. Occupant satisfaction with indoor environmental quality and health after energy retrofits of multi-family buildings: Results from INSULAtE-project. **International Journal of Hygiene and Environmental Health**, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1438463918302542?via%3Dihub>> Acesso em 15 jul. 2019.

SILVA, E. N. **Ambientes atmosféricos intraurbanos na Cidade de São Paulo e Possíveis Correlações com Doenças dos Aparelhos: Respiratório e Circulatório**. 2010. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, R. Balizadores, como e quando utilizá-los. **Impacto**. 2016. Disponível em: <<https://www.luminariasimpacto.com.br/single-post/2016/09/08/Balizadores-como-e-quando-utiliz%C3%A1-los>> Acesso em 23 jan. 2020.

SOUZA, G. B. G. Habitação para idosos: Um estudo de caso da Vila Dignidade de Avaré (SP). In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO, 2019, Campina Grande. **Anais eletrônicos...**Campina Grande: CEMEP e UEPB, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV125_MD1_SA12_ID743_02042019113919.pdf> Acesso em set. 2019.

TALARICO, C. C. Habitação de Interesse Social no centro de São Paulo: Legislação e estudo de caso sobre a Vila dos Idosos, do arquiteto Héctor Vigliecca. In: XVIII CONGRESSO INTERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 2010, Campinas. Disponível em:<<https://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xviicongresso/paineis/074801.pdf>> Acesso em 30 abril 2018.

THOMSON, H.; THOMAS, S.; SELLSTROM, E.; PETTICREW, M. Housing improvements for health and associated socio-economic outcomes. **Cochrane Library**. 2013. Disponível em: <<https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD008657.pub2/epdf/standard>> Acesso em 10 jul. 2019.

TREZZA, B. M. **O efeito da exposição ao calor sobre o desempenho cognitivo de idosos**: um estudo controlado. 2014. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

VALINS, M. **Housing for elderly people. A Guide for Architects, Interior Designers and their Clients**. London: The Architectural Press, 1988.

VIGLIECCA, H.; QUEL, L.; OTERO, R.; FIEDLER, R. W.; HUN, L.; PENNA, A. C.; ECHIGO, M.; CHINO, F.; MARTELI, I.; CARRILHO, M.; BEM, F.; SERRA, P.; MAIE, L. Vila dos Idosos. **VIGLIECCA & ASSOCIADOS**. 2007. Disponível em: <<http://www.vigliecca.com.br/>> Acesso em 10 nov. 2019.

VILLAFUERTE, B. E. P.; SILLER, S. T.; VAZQUEZ, T. G.; SERRANO, M. M.; Apoio social y condiciones de vida de adultos mayores que viven en la pobreza urbana en Mexico. **Scielo**, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 27, n.3, p. 460-470, 2011. Disponível em: < <https://scielosp.org/pdf/csp/2011.v27n3/460-470/es> > Acesso em 22 maio 2018.

ANEXO A: Roteiro para entrevista

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Caracterização do participante:

1. Nome:
2. Idade:
3. Se trabalha e qual a atividade:
4. Profissão:
5. Escolaridade:
6. Naturalidade:
7. Endereço:
8. Com quem mora:
9. Tempo de residência na Vila dos Idosos:
10. Residências anteriores:
11. Se toma medicamentos:

Perguntas generalistas: Como você se sente morando na Vila dos Idosos?
Quais são seus hábitos na Vila? Em qual local gosta de permanecer?

Em relação a conforto térmico:

1. Que tipo de roupas costuma usar dentro do seu apartamento?
2. É comum deixar a porta e janelas abertas em dias quentes?
3. Costuma usar ventilador em dias quentes? Com que frequência?
4. Em dias frios costuma usar aquecedor?
5. Em dias frios costuma deixar a porta e janelas abertas?
6. Ao dormir, costuma usar cobertor?
7. Imediatamente ao sair na área de circulação sente necessidade de se agasalhar?

Em relação a acessibilidade:

1. Você utiliza andador ou muleta ou bengala?
2. Tem dificuldade para adentrar o apartamento com o andador?
3. Tem dificuldade para adentrar o boxe para tomar banho?
4. Tem dificuldade para acessar prateleiras e armários?
5. Tem dificuldade para acessar tomadas e interruptores?
6. Tem dificuldade para utilizar a pia do sanitário e a pia da cozinha?
7. Tem dificuldade para abrir ou fechar as portas?
8. Prefere utilizar o elevador ou as escadas?

Em relação a segurança:

1. Costuma usar que tipos de calçados dentro de casa? E na área externa?
2. Já chegou a escorregar dentro de casa ou na área externa do empreendimento?
3. Costuma acender quais lâmpadas a noite?
4. Durante o dia sente necessidade de acender lâmpadas?
5. Costuma se apoiar na parede ou no guarda corpo? (Falta de corrimão)
6. Sente falta de algum tipo de sinalização para se orientar no edifício e na área externa?

Em relação a espaços comuns:

1. Qual o espaço que mais gosta de frequentar, a horta, o salão de festas ou o entorno do espelho d'água? Por quê?
2. Em qual local os moradores se reúnem com mais frequência para sociabilizar?

ANEXO B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O projeto de pesquisa “Habitação e conforto térmico: estudo de caso na Vila dos Idosos, São Paulo, SP” tem por objetivo analisar o empreendimento Vila dos Idosos enquanto política pública e quanto aos aspectos de segurança, acessibilidade e conforto térmico, voltados à população idosa.

Trata-se de um projeto de pesquisa para a obtenção do título de Mestre em Ciências, no programa de Mestrado Profissional em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

O estudo será desenvolvido a partir de revisão bibliográfica sobre os aspectos segurança, acessibilidade e conforto térmico no ambiente construído especificamente para idosos. Além disso, o estudo tem como objetivo a aplicação de questionário junto a alguns moradores da Vila dos Idosos para buscar compreender a percepção dos idosos em relação à segurança, acessibilidade e conforto térmico de sua unidade de moradia, assim como do empreendimento em geral, considerando-se os ambientes de circulação e áreas de lazer interna e externa.

Essa fase da pesquisa busca compreender o quanto os idosos se sentem satisfeitos ou se enfrentam dificuldades no empreendimento que foi executado especificamente para abrigar população dessa faixa etária. As pessoas-sujeitos da pesquisa serão convidadas a fornecer informações a respeito dos aspectos citados anteriormente. Ressalta-se que as entrevistas poderão ser gravadas. O material coletado será de uso exclusivo da pesquisadora, com a única finalidade de fornecer elementos para a realização da dissertação e dos artigos e comunicações que dela resultarem.

Durante o processo em curso e mesmo na escrita da dissertação, será assegurada a confidencialidade dos dados e das informações que possibilitem a identificação dos participantes da pesquisa.

É possível que o(a) entrevistado(a) sinta-se constrangido ao comentar a respeito de como se sente em sua moradia, ou ao ser solicitado a rememorar fatos. Refletir sobre suas experiências de moradia poderá evocar memórias tristes ou fatos dolorosos para o(a) entrevistado(a). Se, no decorrer do procedimento o/a participante vier a manifestar sua vontade de que a entrevista seja interrompida e/ou seu conteúdo não seja divulgado, a pesquisadora atenderá a sua vontade, garantindo ao sujeito da pesquisa o direito de abandono da mesma sem prejuízo para si. Será assegurado o direito de resposta a qualquer pergunta a respeito da pesquisa e seus objetivos.

A análise das entrevistas poderá contribuir para o aperfeiçoamento de projetos e de políticas públicas habitacionais voltadas para idosos, de modo a proporcionar mais qualidade de vida aos futuros moradores desses locais.

O material coletado não será objeto de comercialização e/ou divulgação que possa prejudicar os(as) entrevistados(as). Os dados coletados serão guardados pela pesquisadora durante um ano, sendo destruídos após este prazo. É um compromisso desta pesquisadora, ao final da realização da pesquisa, comunicar-lhe(s) os resultados e/ou devolver-lhe(s), de alguma forma, o produto alcançado.

Caso ocorram novas perguntas sobre esse estudo, a pesquisadora Marília de Freitas Campos poderá ser encontrada na Secretaria de Licenciamento (SEL), Prefeitura do Município de São Paulo, à Rua São Bento, nº405, 18º Andar, Centro, São Paulo, no telefone (11)968393801 ou no email mariliafcampos@usp.br.

Para qualquer pergunta sobre os direitos como participante deste estudo, caso considere-se prejudicado pela participação, chamar a Sra. Wanda Maria Risso Günther, orientadora desta pesquisa, na Faculdade de Saúde Pública, no Departamento de Saúde Ambiental, Av. Dr. Arnaldo 715, São Paulo, telefone (11) 3061-7889.

Marília de Freitas Campos – Pesquisadora responsável

Eu,.....fui informado dos objetivos da pesquisa acima - “Habitação e conforto térmico: estudo de caso na Vila dos Idosos, São Paulo, SP” de maneira clara e detalhada. Recebi informação a respeito dos objetivos e

procedimentos desta pesquisa e esclareci minhas dúvidas. Sei que, em qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão. Se houver qualquer dúvida ética, poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública pelo telefone (11)3061-7779. Horário de atendimento: de segunda a sexta feira das 9hs às 12hs e das 13hs às 15hs.

Eu,.....RG n°.....residente e domiciliado(a) à rua.....n°....., Bairro....., São Paulo, SP, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa e declaro que recebi via do presente Termo de Consentimento.

Assinatura do entrevistado(a):.....

Local, data.....

ANEXO C: Parte da apresentação em PowerPoint da COHAB sobre o Programa Morar no Centro

LOCAÇÃO SOCIAL

Entende-se como Locação Social a política destinada a possibilitar a oferta de unidades de aluguel compatíveis com as necessidades familiares e com sua capacidade de pagamento. Embora seja a solução básica de todas as políticas habitacionais europeias os sistemas baseados na Locação Social não foram até hoje discutidos no Brasil, face a predominância absoluta do modelo e do sonho da casa própria. No programa Habitacional de São Paulo, a Locação Social é complementar a uma política de casa própria, procurando atingir famílias sem condições financeiras para a aquisição ou que tenham o aluguel como opção, permanente ou ocasional.

Embora a Locação Social seja uma proposta que possa ser estudada para o conjunto da cidade a área central é a mais indicada para ser a pioneira, pelos seguintes motivos:

- O percentual de domicílios alugados é bastante superior ao de outros bairros;
- A concentração de cortiços é grande, atendendo a pessoas de menor renda ou sem condições de comprovação de renda;
- Os valores de financiamentos, considerados por metro quadrado, serão mais altos do que os de empreendimentos em áreas periféricas;
- Existe reivindicação de movimentos sociais para que se estude ou implante um programa de aluguel na região.

Com recursos próprios a Prefeitura está dando continuidade de projetos iniciados na gestão Luiza Erundina (89-92) e projetos destinados a demandas específicas de população de risco e idosos.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO PROJETO

O Programa de Locação Social tem como objetivo viabilizar unidades habitacionais para famílias com renda inferior a 3 salários mínimos ou renda per capita inferior a um salário mínimo.

Estas famílias, moradoras em habitações sub-normais na área central, não têm acesso a outros programas habitacionais. A diretriz municipal de manter essas famílias na área central, justifica-se pela proximidade do local de emprego ou fontes de renda informais, assim como das redes de solidariedade consolidadas.

Na Política Habitacional de São Paulo, a Locação Social será

complementar aos programas de aquisição da casa própria, procurando atingir famílias sem condições financeiras para a aquisição ou que tenham o aluguel como opção.

AValiação dos Impactos Ambientais Significativos e Medidas Mitigadoras

Todos os projetos localizam-se na área central da cidade de São Paulo, completamente urbanizada e caracterizada por grande acessibilidade. Esta região – que se caracteriza também pela mescla de atividades residenciais, comerciais e industriais – sofreu um processo de perda acentuada de população nas últimas 4 décadas, estando preparada para receber muitos habitantes.

Quadro Resumo dos empreendimentos

Os empreendimentos residenciais previstos contribuirão para a recuperação de edifícios abandonados e para utilização de terrenos vazios ou subutilizados, impactando positivamente a vizinhança.

Nome do Empreendimento	Núm. U.H.	Situação atual do Imóvel	Tipo de Obra	Propriedade	Outros Usos a serem implantados no empreendimento
Foz do Tamanduaí	466	Área ocupada	construção	Municipal	Comércio, serviços públicos e parque
Rua das Orlas	139	terreno vazio	construção	municipal (Semab)	-
Baronesa de Porto Camero	23	prédio ocupado	reforma	Municipal	-
Metrô Belém	180	terreno vazio	construção	Cohab/SP	comércio
Bresser XIV	140	terreno vazio	construção	Cohab/SP	comércio
Hotel São João	35	prédio ocupado	reforma	em desapropriação	-
Senador Felio	45	prédio vazio	reforma	em desapropriação	-
Vieira de Carvalho	44	terreno vazio	construção	municipal (SPTrans)	-
Rua da Assembleia	160	estacionamento de SJ	construção	municipal (SJ)	instalações SJ
Praça Carlos Gomes	40	terreno vazio	construção	municipal (SJ)	estacionam. SJ
Condego Vicente Marino	235	terreno vazio	construção	municipal (SPTrans)	área verde
Vila dos Idosos	100	terreno vazio	construção	municipal (SMC)	equip. terceira idade
	1627				

RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL E COM O PÚBLICO-ALVO

O programa de Locação Social foi amplamente discutido com os movimentos organizados por moradia da área central, movimentos esses que constituíram uma parcela importante do público-alvo dos empreendimentos. Essa discussão ajudou a formatar o desenho institucional do programa que foi aprovado na 7ª Reunião Ordinária do Conselho do Fundo Municipal de Habitação. O Conselho do Fundo Municipal de Habitação, agora substituído pelo Conselho Municipal de Habitação por força da Lei 13.425/02, tem como objetivo o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Habitação, participando da elaboração e fiscalizando os planos e programas da política habitacional de interesse social do município. Assim, ao ser aprovado sob a forma de Resolução do Conselho do Fundo Municipal de Habitação, o Programa de Locação Social tem o status jurídico e a legitimidade social necessária para sua implementação.

O Conselho Municipal de Habitação é formado por 48 membros, sendo sua composição tripartite dividida em 16 membros do Poder Público, 16 membros de entidades comunitárias e organizações populares ligadas à habitação e 16 membros da chamada sociedade civil, que congregam representantes de ONGs, universidades, assessorias técnicas, sindicatos, entre outros. Os 16 membros de entidades comunitárias participam também do Conselho de Representantes de entidades populares que se

reúne a cada semana para acompanhar os projetos desenvolvidos pela Prefeitura.

Será constituído ainda, provavelmente no âmbito do Conselho Municipal de Habitação, um Fórum de Movimentos da Área Central para discutir especificamente os projetos e intervenções previstas pela Política Habitacional do município.

DEMANDA

São demanda prioritária do Programa de Locação Social, dentro da faixa de renda estabelecida, os segmentos de pessoas com mais de 60 anos, de pessoas em situação de rua, das pessoas portadoras de direitos especiais e dos moradores em áreas de risco e de insalubridade.

Nos distritos da área central da cidade de São Paulo¹, as famílias com esse perfil da demanda para o Programa de Locação Social são os encortçados, os moradores da rua, os idosos e os ocupantes de imóveis em risco.

¹ Os distritos da área central da cidade de São Paulo, assim considerados no Programa Morar no Centro são: Sé, República, Liberdade, Consolação, Bom Retiro, Bela Vista, Cambuci, Belém, Brás, Mooca, Pari e Barra Funda.

SERÁ NECESSÁRIA A RELOCAÇÃO DE POPULAÇÃO DE PESSOAS E/OU ATIVIDADES?

No caso do Hotel São João e Baronesa de Porto Carrero, os moradores atuais são locatários da Prefeitura, que serão realojados provisoriamente para reforma e posteriormente voltarão para este prédio ou serão incluídos em outros programas.

No caso da urbanização da Foz do Tamanduateí, devido as características do projeto e as dimensões do terreno, as famílias poderão permanecer na área, pois o empreendimento habitacional será realizado em outra parte do mesmo terreno. A área atualmente ocupada pela famílias será destinada a um Parque público.

CONSULTAS A SMMA

Nenhum dos empreendimentos apresenta características que exijam Licenciamento Ambiental.

Embora o censo 2000 tenha detectado uma significativa diminuição da população nesses distritos, há indicações de que o mesmo não tenha ocorrido com a população encortçada.

As dados das pesquisas abaixo realizadas com a população encortçada dos distritos centrais demonstram que a demanda potencial para o programa de Locação Social é grande.

Distribuição da renda familiar (Kohara/99)
SM = R\$ 130,00

R\$	Totais	%
Até 130,00	39	35,8
130,00 < RF ≤ 650,00	43	39,5
650,00 < RF ≤ 1300,00	25	22,9
Acima de 1300,00	2	1,8
	109	100,0

Renda média = R\$ 512,00

Levantamento em 2002 – PRIH - Luz

LEGISLAÇÃO INCIDENTE

Em todos os projetos foram observadas todas as normas legais existentes. Os projetos de reforma ou construção nova de Habitação de Interesse Social (HIS) são aprovados na SEHAB, em órgão especial denominado CAEHIS.

BREVE PERFIL DO PÚBLICO-ALVO

Cortiços

Conforme estimativa feita pela FIPE, em 1993, havia aproximadamente 600 mil pessoas, que viviam em cortiços, isto é, fora do mercado formal, em péssimas condições de habitabilidade e submetidas a exploração nos valores dos aluguéis.

Os encortçados submetem-se a tais condições devido à falta de oferta de moradias para locação acessíveis à sua renda e, também, porque muitos, por trabalharem no mercado informal, embora tenham renda, não podem comprová-la. Cerca de 20% da população encortçada de São Paulo encontra-se nos distritos que compunham a então Administração Regional Sé.

Pela AD – Assessoria Técnica SM = R\$ 200,00

SM	Qt	%
0 SM	38	5,45
DE 0,1 SM a 3 SM	245	35,15
3,1 SM a 5 SM	104	14,92
5,1 SM a 9 SM	84	12,05
9,1 SM a 12 SM	9	1,29
Sem informação	217	31,13
Total	697	100,00

Levantamento 2002 – PRIH – Belém
Assessoria Atitude Urbana SM = R\$ 200,00

SM	Qt	%
0 a 0,5 SM	3	2,1
DE 0,6 SM a 3 SM	93	63,8
3,1 SM a 5 SM	27	18,4
Mais de 5,1 SM	10	6,9
Sem informação	13	8,8
Total	146	100,00

Grande parcela dos moradores em cortiços compromete mais de 60% da renda familiar com o pagamento de aluguel. A locação do cortiço por metro quadrado é a mais cara entre as locações habitacionais em São Paulo.

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Uma questão social importante, que se manifesta em São Paulo, de forma dramática, é a presença de pessoas e famílias que ocupam de forma ocasional, temporária ou permanente, os espaços públicos da cidade para morar.

Apenas na última década essa questão vem sendo estudada e dimensionada de forma a dar visibilidade em termos quantitativos e qualitativos. Estudos desenvolvidos apontam que a população em situação de rua é heterogênea, composta de trabalhadores, que, ao longo da vida, vêm perdendo o trabalho e a família.

A pesquisa com os moradores de rua da cidade de São Paulo, realizado pela FIPE, em 2000, os estimou em 8.706, sendo 53,71 % da região central da cidade. Tem-se, portanto, que a melhoria da situação habitacional relativa a essas faixas da população, é uma questão a ser enfrentada com urgência.

Visando implantar o Programa de Locação Social, faz-se necessário decidir sobre o melhor modelo de gestão dos imóveis destinados a locação social, tendo em vista as características sócio-econômicas da população a ser beneficiada e o papel a ser desempenhado pela Companhia.

ALTERNATIVAS DE GESTÃO

A possibilidade da Companhia realizar a gestão do condomínio foi considerada não atraente. A gestão de condomínios do Programa de Locação Social é uma prestação de serviço permanente que deve se caracterizar pela eficiência administrativa (visando baixar custos) e também pelo seu aspecto eminentemente social.

Nesse sentido é uma atividade que pode ser melhor desempenhada por instituições especializadas nesta atividade – gestão de condomínios – e também focada na atuação com este público alvo que é a população constituída por famílias com renda de até 3 salários mínimos. Além disso, essa atividade de gestão de condomínios favorece a implantação de outros programas sociais junto às famílias beneficiárias. Essas sinergias poderiam não ser aproveitadas ao máximo caso a Cohab fosse a gestora dos condomínios.

A própria Resolução N° 23 prevê o acompanhamento social dos beneficiários do programa de locação nos seguintes termos:

do art. 1º

Dentre as famílias de baixa renda, há um número crescente de idosos, que devido ao baixo valor da aposentadoria e pela idade não tem possibilidade de participarem de programas de aquisição de moradia.

Através de suas organizações, os idosos têm apresentado reivindicações de moradia digna, especificamente de locação social.

BREVE DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO

A Resolução N° 23 do CFMH aprovou o Programa de Locação Social no Município de São Paulo e, no item VII do Anexo Único, previu:

"A administração do condomínio de cada edifício ou conjunto é de competência da COHAB-SP, que poderá fazê-la de forma direta, terceirizada, ou pelos próprios moradores, em sistema de auto-gestão... HABI participará da gestão condominial através de acompanhamento sócio-educativo".

"O acompanhamento sócio educativo será regular e permanente para estimular a inserção social e a capacitação profissional dos seus participantes. Este acompanhamento será realizado por HABI ou por entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com finalidade de apoio a melhorias das condições de vida da população de baixa renda, desde que devidamente conveniadas para este fim".

Em função de todos os fatores citados acima sugere-se que a gestão de condomínios dos imóveis destinados a locação social seja realizado por entidades, ONGs, cooperativas, associações comunitárias ou entidades sem fins lucrativos que futuramente possam se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), instituição prevista na Lei 9.790/99, para gestão condominial.

No Hotel São João, imóvel que será objeto de intervenção no âmbito do Programa de Locação Social, residem há 15 meses 42 famílias que por meio da organização própria do movimento de moradia e de um acompanhamento de HABI Centro, têm realizado a auto-gestão condominial do imóvel. Foram identificadas dificuldades pelo caráter inovador do modelo proposto, mas a experiência tem mostrado que algumas orientações auxiliam na superação de dificuldades pontuais e apontam resultados positivos.

Foz do Tamanduateí

Foz do Tamanduateí

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FOZ DO TAMANDUATEÍ

Descrição

O terreno no qual será implantado o Projeto de Requalificação Urbana da Foz do Tamanduateí localiza-se na confluência dos Rios Tamanduateí e Tietê e tem, na sua totalidade, uma área de 175.000,00 m².

O zoneamento na área de localização do terreno – Z2 – define o uso como predominantemente residencial, de densidade demográfica baixa.

Inserido em malha urbana consolidada, o terreno conta com toda a infra-estrutura básica instalada. O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária.

O terreno apresenta topografia plana e possui acesso por vias oficiais. No setor leste do terreno, ao longo da margem do Rio Tamanduateí, há uma favela denominada de Favela do Gato ou do Bom Retiro, na qual habitam aproximadamente 350 famílias, perfazendo um total de 1.170 pessoas.

O projeto prevê para o setor leste, numa área de aproximadamente 51.700,00 m², a implantação de condomínios residenciais para habitação de interesse social, resultando 486 unidades habitacionais distribuídas em 04 condomínios; sistema viário público interno ao empreendimento; edifícios não residenciais destinados a Centro de Educação Infantil, padaria, farmácia e banca de jornal.

Estágio de elaboração do projeto

Encontra-se em fase de desenvolvimento do Projeto Básico de Arquitetura pela assessoria técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais.

Situação da propriedade do imóvel e seu valor de mercado

Parte do terreno é bem dominial da Prefeitura Municipal de São Paulo e parte de propriedade da EMURB. Diversas porções do terreno, entretanto, foram cedidas a entidades civis – Clubes Esportivos e Escolas de Samba. Há no setor central do terreno um Centro Desportivo Municipal (CDM) que abriga o Estádio de Balsebol Mie Nishi, administrado pela Secretaria Municipal de Esportes.

O setor leste do terreno, onde serão implantados os edifícios residenciais, é bem dominial da PMSP. Neste setor, ao longo da margem do Rio Tamanduateí, está a favela denominada de Favela do Gato ou do Bom Retiro.

A proposta é unificar o título, realizar novo projeto de implantação definindo novos usos para a área. Incluir proposta social.

A área foi gravada como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS 3, pela Lei 13.430 – Plano Diretor Estratégico do Município.

Foz do Tamanduateí

FONTE: GEGRA
ARTICULAÇÃO: 3312
ANO: 1980
ESCALA: 1:10.000

COHAB-SP

Foz do Tamanduateí

Rios Tietê com Tamanduateí Bom Retiro

Morar no Centro
Peabirú Trabalhos Comunitários e Ambientais

Térreo + 4 pavimentos
486 unidades

COHAB-SP

Foz do Tamanduatei

Foz do Tamanduatei

Foz do Tamanduateí

Olarias (Semab)

LEGENDA	
	assistência social
	cultura
	educação
	lazer
	saúde

FONTE: GEOMAPAS
 (DO GEOMAPAS DO ZONEAMENTO)
 ANO: 1988

Olarias (Semab)

Descrição

O terreno denominado "Olarias" está localizado na Rua das Olarias esquina com a Rua Araguaia, Distrito do Pari, Sup-prefeitura da SE. Está dentro do Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat Pari / Brás II.

Tem acesso facilitado por inúmeras avenidas nas proximidades, em especial avenidas do Estado, Cruzeiro do Sul e rua João Teodoro. A estação Armênia de Metrô está localizada a cerca de 600 m do terreno. O zoneamento na área de localização do terreno – Z2 – define o uso como predominantemente residencial, de densidade demográfica baixa. A área foi gravada como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS 3, pela Lei 13.430 – Plano Diretor Estratégico do Município.

O uso residencial é predominante, mas há a presença de comércio diversificado, destacando-se a presença de um Shopping Center. Há nas imediações importantes equipamentos educacionais, como a Escola Técnica Federal, a Escola de Educação Física da Polícia Militar, o Liceu de Artes e Ofícios.

Inserido em malha urbana consolidada, o terreno conta com toda a infra-estrutura básica instalada. O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária.

O terreno, com área de 3.187,43 m², encontra-se livre, apresenta topografia plana e possui acesso por vias oficiais.

O projeto prevê a implantação de edificações para empreendimento de Interesse Social, resultando 140 unidades habitacionais, e áreas de uso múltiplo, como comércio e atividades comunitárias.

Estágio de elaboração do projeto

Encontra-se em elaboração o Projeto Executivo de Arquitetura, pelo escritório Fábrica Urbana Centro de Estudos e Projetos da Cidade.

Situação da propriedade do imóvel e seu valor de mercado

O imóvel, de propriedade municipal da Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB), encontra-se em fase de transferência para a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

Olarias (Semab)

Rua das Olarias x Rua Araguaia Canindé

Morar no Centro
Fábrica Urbana Centro de Estudos e Projetos da Cidade

Térreo + 5 ou mais pavimentos
139 unidades

Locação Social

Olarias (Semab)

FONTE: CEGRAN
ARTICULAÇÃO: 3312
ANO: 1980
ESCALA: 1:10.000

Olarias (Semab)

PLANTA GERAL DO TERREJO

Olarias (Semab)

Olarias (Semab)

Baronesa de Porto Carreiro

Baronesa de Porto Carreiro

Descrição

O terreno denominado "Oliarias" está localizado na Rua das Oliarias esquina com a Rua Araguaia, Distrito do Pari, Sup-prefeitura da Sé. Está dentro do Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat Pari / Brás II.

Tem acesso facilitado por inúmeras avenidas nas proximidades, em especial avenidas do Estado, Cruzeiro do Sul e rua João Teodoro. A estação Armênia de Metrô está localizada a cerca de 600 m do terreno. O zoneamento na área de localização do terreno – Z2 – define o uso como predominantemente residencial, de densidade demográfica baixa. A área foi gravada como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS 3, pela Lei 13.430 – Plano Diretor Estratégico do Município.

O uso residencial é predominante, mas há a presença de comércio diversificado, destacando-se a presença de um Shopping Center. Há nas imediações importantes equipamentos educacionais, como a Escola Técnica Federal, a Escola de Educação Física da Polícia Militar, o Liceu de Artes e Ofícios.

Inserido em malha urbana consolidada, o terreno conta com toda a infra-estrutura básica instalada. O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária.

O terreno, com área de 3.187,43 m², encontra-se livre, apresenta topografia plana e possui acesso por vias oficiais.

O projeto prevê a implantação de edificações para empreendimento de interesse social, resultando 140 unidades habitacionais, e áreas de uso múltiplo, como comércio e atividades comunitárias.

Estágio de elaboração do projeto

Encontra-se em elaboração o Projeto Executivo de Arquitetura, pelo escritório Fábrica Urbana Centro de Estudos e Projetos da Cidade.

Situação da propriedade do imóvel e seu valor de mercado

O imóvel, de propriedade da Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMA), encontra-se em fase de transferência para a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

Baronesa de Porto Carreiro

R. Baronesa de Porto Carreiro, 167
Santa Cecília

Morar no Centro
Ambiente - Trabalhos para o Meio Habitado

Térreo + 5 pavimentos
23 unidades

Locação Social

Baronesa de Porto Carreiro

Baronesa de Porto Carreiro

COHAB-SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE
Habitação e
Desenvolvimento Urbano

São Paulo
Cidade de Planejamento

Metrô Belém

LEGENDA	
	assistência social
	cultura
	educação
	lazer
	saúde

FONTE: GEOMAPAS
(CÓDIGO GEOMAPAS DO ZONAMENTO)
ANO: 1998

COHAB-SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE
Habitação e
Desenvolvimento Urbano

São Paulo
Cidade de Planejamento

Metrô Belém

Descrição

O terreno denominado "Belém" está localizado na Rua Toledo Barbosa esquina com a Av. Alvaro Ramos, Distrito do Belém, Sup-prefeitura da Mooca. Está dentro do Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat Belém-Mooca II.

Tem acesso facilitado, principalmente, pela proximidade da Estação Belém de Metrô, Linha Leste-Oeste. Além disso há outras opções de transporte público coletivo nas avenidas Alcântara Machado (Radial Leste) e Celso Garcia.

O zoneamento na área de localização do terreno – Z3 – define o uso como predominantemente residencial, de densidade demográfica média. A área foi gravada como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS 3, pela Lei 13.430 – Plano Diretor Estratégico do Município.

O uso residencial é predominante, mas há a presença de comércio diversificado de âmbito local. O SESC Belenzinho, importante equipamento cultural e de lazer da cidade, encontra-se a cerca de 500 m do terreno.

Inserido em malha urbana consolidada, o terreno conta com toda a infra-estrutura básica instalada. O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária.

O terreno, com área de 4.637,20 m², encontra-se livre, apresenta topografia plana e possui acesso por vias oficiais.

O projeto prevê a implantação de edificações para empreendimento de Interesse Social, resultando 180 unidades habitacionais, e áreas de uso múltiplo, como comércio e atividades comunitárias.

Estágio de elaboração do projeto

Foi assinado contrato para elaboração de Projeto Executivo de Arquitetura, com o escritório Bibas Nanuto & Nanuto Arquitetura e Design.

Situação da propriedade do imóvel e seu valor de mercado

O imóvel, de propriedade da COHAB-SP, encontra-se registrado no 7º CRI sob matrícula nº 58.083. O imóvel foi avaliado em R\$ 2.870.000,00, data base dezembro de 2001, para negociação a vista e para imóvel que se apresenta sem restrições documentais.

Metrô Belém

FONTE: CEGRAN
ARTICULAÇÃO: 3312
ANO: 1990
ESCALA: 1:10.000

Metrô Belém

**R. Toledo Barbosa x R. Álvaro Ramos
Belém**

Morar no Centro
Bibas Naruto & Naruto Arquitetura e Design

Térreo + 10 pavimentos
180 unidades

Locação Social

Metrô Belém

Metrô Belém

Bresser XIV

LEGENDA	
	assistência social
	cultura
	educação
	espor
	saúde

FONTE: GEOMAPAS
(USAR GEOMAPAS DO ZONAMENTO)
ANO: 1998

Bresser XIV

Descrição

O terreno denominado "Bresser XIV" está localizado na Rua Visconde de Parnaíba esquina com a Rua Ariny, Distrito da Mooca, Sup-prefeitura da Mooca. Está dentro do Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat Bras-Mooca.

Tem acesso facilitado, principalmente, pela proximidade da Estação Bresser de Metrô, linha Leste-Oeste. Além disso, há outras opções de transporte público coletivo na Av. Alcântara Machado (Radial Leste). O zoneamento na área de localização do terreno – Z3 – define o uso como predominantemente residencial, de densidade demográfica média. A área foi gravada como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS 3, pela Lei 13.430 – Plano Diretor Estratégico do Município. O uso do solo é bastante diversificado, verificando-se a presença de residências, atividades comerciais e serviços, galpões fabris. Muitos galpões fabris e depósitos estão desativados e em seu lugar há empreendimentos educacionais, alguns prédios residenciais, prédios com usos mistos (residencial e comercial / serviços). Nas proximidades encontra-se o Memorial do Imigrante, imóvel tombado, com construção característica de época.

Inserido em malha urbana consolidada, o terreno conta com toda a infra-estrutura básica instalada. O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária.

O terreno, com área de 3.685,35 m², encontra-se livre, apresenta topografia plana e possui acesso por vias oficiais. O projeto prevê a implantação de edificações para empreendimento de Interesse Social, resultando 140 unidades habitacionais, e áreas de uso múltiplo, como comércio e atividades comunitárias.

Estágio de elaboração do projeto

Encontra-se em elaboração o Projeto Básico de Arquitetura pela assessoria técnica Ambiente Urbano Planejamento e Projetos.

Situação da propriedade do imóvel e seu valor de mercado

O imóvel, de propriedade da COHAB-SP, encontra-se registrado no 7º CRI sob matrícula nº 65.991. O imóvel foi avaliado em R\$ 1.665.000,00, data base dezembro de 2001, para negociação a vista e para imóvel que se apresenta sem restrições documentais.

Bresser XIV

FONTE: GEPLAN
ARTICULAÇÃO: 3312
ANO: 1980
ESCALA: 1:10.000

Bresser XIV

**R. Visconde de Parnaíba x R. Ariri
Bresser**

Morar no Centro
Ambiente Urbano Planejamento e Projetos

Térreo + 14 pavimentos
140 unidades

Locação Social

Bresser XIV

Bresser XIV

COHAB-SP

Bresser XIV

COHAB-SP

Locação Social - Reforma

1 - Justificativa

O Programa visa a produção de novas unidades habitacionais a partir da reforma ou reciclagem de uso dos edifícios vazios, de forma a reverter o processo de abandono de algumas quadras, recuperar o patrimônio arquitetônico, permitir a diversidade social e funcional de certos bairros e induzir outras iniciativas de reabilitação no entorno.

2- Diretrizes para aquisição dos imóveis

A produção de unidades habitacionais por meio da reabilitação de edifícios vagos requer imóveis que atendam as seguintes necessidades:

- favorecer a formação e gestão do condomínio pela população moradora (especialmente a atendida pelo programa de locação social), prevendo prédios de porte reduzido, preferencialmente entre 20 a 100 u.h.s;
- garantir boa inserção urbana, em vias locais ou coletoras, próximas de vias arteriais servidas por transporte público, mas ao mesmo tempo preservadas dos efeitos negativos destas grandes avenidas, como a poluição sonora e atmosférica, e conflitos de circulação entre pedestres e veículos;

•não apresentar riscos, nem exigir obras de excessiva complexidade e alto custo para sua adaptação ao uso habitacional de Interesse social; possibilitar o uso misto do edifício, visando garantir serviços e implantação de estabelecimentos comerciais complementares ao uso habitacional, que podem estar associados a programas municipais de geração de emprego e renda.

3- Parâmetros básicos de projeto

A partir de reflexões do GTAI em torno do desenvolvimento de projetos de reabilitação e reforma de edifícios, de estudo elaborado pela arquiteta Alejandra Devechli sobre os Indicadores arquitetônicos para reabilitação de edifícios na área central e de discussões realizadas no âmbito da cooperação técnica com o governo francês e com a Caixa Econômica Federal, foi elaborado este caderno contendo diretrizes para projetos desta natureza.

Cabe destacar que, em todos os imóveis estudados, terá de ser reservada uma porcentagem de apartamentos com medidas apropriadas para deficientes físicos. Para tanto, sugerimos as diretrizes do Guia de Acessibilidade em Edificações da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA / SEHAB / PMSP).

Locação Social - Reforma

DIRETRIZES DE PROJETO

Estrutura

As intervenções propostas para adaptação da edificação deverão contemplar o aproveitamento da estrutura existente, de forma que as modificações estejam de acordo com as normas da ABNT. Neste quesito, deverá ser apresentado um memorial de cálculo relativo aos seguintes itens:

- Paredes a demolir: quantificar a metragem linear e o peso total das paredes a serem demolidas.
- Paredes a construir: quantificar a metragem linear e o peso total das paredes que serão acrescentadas, bem como, especificar o tipo de material a ser utilizado, pois deve-se considerar o uso de vedações leves em casos de excesso de sobrecarga adicional.
- Sobrecarga de paredes (ver memorial de cálculo anexo): apresentar o cálculo da relação entre o acréscimo e o alívio de paredes na estrutura existente.
- Sobrecarga de reservação: apresentar o cálculo da nova demanda de reservação, dado o acréscimo de habitantes na edificação.

No caso de fundação rasa, deve-se evitar o aumento de sobrecarga, pois esta não apresenta cálculos de segurança para sobrecarga adicional e restringe, portanto, as possibilidades de controle de projeto para qualquer tipo de alteração das condições estruturais originais. Sendo assim, recomenda-se:

- Não furar viga.
- Os eventuais furos na laje devem considerar o sentido da armadura.
- Manter paredes hidráulicas existentes.

Vedações e aberturas

Todos os cômodos de permanência prolongada (sala/dormitório/cozinha) deverão ter iluminação/ventilação pela fachada ou por poços de iluminação de dimensão razoável (se basear pelos cálculos de aeração e insolação do Código de Obras).

Em caso de quitinetes, poderá ser considerada a utilização de paredes tipo baicão ou meia parede entre cozinha e sala, desde que o dormitório seja um cômodo separado e seja previsto um desnível entre esses ambientes. Nos casos em que a sala e o dormitório são conjugados, a cozinha deverá constituir um ambiente a parte.

A cozinha e o banheiro poderão possuir abertura voltada para corredor de circulação, desde que este possua ventilação natural permanente (por exemplo, através do uso de elemento vazado do corredor para um poço) e, iluminação natural. A cozinha não poderá apresentar ventilação por meio de dutos, nem verticais, nem horizontais. Os sanitários poderão ser ventilados através de duto vertical.

Locação Social - Reforma

Instalações

No caso de troca de instalações existentes e execução de novas deverá ser considerado:

- Execução de instalações aparentes
- Sua equação na forma de shafts de instalações ou pela simples passagem pelos poços de iluminação existentes.

A rede de distribuição de água passará ao longo das paredes de forma aparente a uma H=1,20m, aproximadamente.

A rede de coleta de esgotos poderá ser equacionada:

- Através do rebaixamento do fôro. Nesta situação, deve-se observar o mínimo de pé-direito possível para evitar a perfuração de vigas.
- Outra possibilidade é a rede de coleta de esgotos correr sobre a laje encostada na parede, de tal forma a permitir que as peças de banheiro sejam plugadas na rede e que o ralo seja equacionado através de patamar organizando o box do banheiro.

- Caso estejam sendo viabilizadas mais de 10 unidades/andar, deverá ser verificada a conexão de saída do coletor predial com a rede domiciliar. Deverá ser verificado o diâmetro do tubo e o tipo. Se for manilha de barro vidrado com 150 mm de diâmetro, estas conexões deverão ser trocadas por tubulação de diâmetro maior.
- A medição de água deverá ser feita por apartamento.
- As instalações de gás deverão correr separadamente das instalações elétricas.
- Quando não existirem instalações de gás de rua, deverá ser previsto um nicho de armazenamento de botijões coletivos no térreo, para evitar a necessidade de se locar um botijão em cada apartamento.

Locação Social - Reforma

Dimensões mínimas e especificações dos cômodos

Banheiro

Deverá caber um box de 0,75m X 0,75m; uma área para pia de 0,70m X 0,70m e uma área para vaso sanitário de 0,70m X 1,00m. A organização pode ser linear, circular ou fragmentado (com peças isoladas em recintos). Deverá ser respeitada as áreas mínimas definidas pelo Código de Obras: 1,84m² para o banheiro completo e 0,64 m² para cada compartimento fragmentado. As portas deverão ter vão mínimo de 0,60m.

Cozinha

Deverá caber uma geladeira de 0,80m X 0,80m; uma pia de 1,20m X 0,60m e um fogão de 0,60m X 0,70m. A organização pode ser linear ou circular. O dimensionamento mínimo é a possibilidade de um círculo de inserção de 1,60m de diâmetro (o Código de Obras define como 1,20m de diâmetro). As portas deverão ter vão mínimo de 0,80m.

Todas as cozinhas, banheiros e áreas de serviço deverão possuir revestimento impermeável no piso e revestimento em azulejos até o teto nos boxes e com 1/2 altura na parede onde se localizar pia, fogão e tanque. Deverão também prever pontos de drenagem no piso.

Dormitório

Deverá possuir a menor dimensão não inferior a 2,4m, ou seja, área mínima igual a 5,76m², condizente com a definição de áreas mínimas de repouso e estar do Código de Obras de 5m².

As portas deverão ter vão mínimo de 0,70m. A área de janela deverá corresponder a 1/7 da área de piso.

Sala

Deverá possuir a menor dimensão não inferior a 2,00m e uma área mínima de 5 m² (compatível com o Código de Obras).

As portas de acesso às unidades habitacionais deverão possuir vão mínimo de 0,80m. A área de janela deverá corresponder a 1/7 da área de piso.

Sala / Dormitório

Deverá possuir a menor dimensão não inferior a 2,4m e uma área mínima de 10m². A área de janela deverá corresponder a 1/7 da área de piso.

São João

LEGENDA	
■	assentamento social
★	cultura
▲	educação
●	lazer
+	saúde

FONTE: GEOMAPAS
(CÓDIGO GEOMAPAS DO ZONAMENTO)
ANO: 1998

São João

Descrição

O imóvel denominado "São João" localiza-se na Av. São João, 1517 / 1523 e 1527, zona central, matrícula nº 59.939 do 2º CRI, no **Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat Santa Cecília**. Tem acesso facilitado por inúmeras avenidas na proximidade, em especial avenidas Ipiranga, Consolação, Amaral Gurgel e Duque de Caxias. Caracterizado por terreno com construção que totaliza 1.500,00 m2, distribuída em 8 pavimentos e subsolo e do respectivo terreno que tem 200,00 m2. O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária. A reabilitação do edifício resultará na produção de 35 unidades habitacionais.

Estágio de elaboração do projeto

O empreendimento encontra-se em fase de estudo de viabilidade técnico-econômica e com estudo preliminar arquitetônico em elaboração. Nesta primeira fase foi concluído o Laudo de Avaliação, contendo a caracterização do imóvel e inserção urbanística e o Laudo de Avaliação das condições estruturais que atestaram a possibilidade da sua utilização para os fins previstos. Ambos subsidiarão a negociação com o proprietário do imóvel para a sua aquisição.

Situação da propriedade do Imóvel e seu valor de mercado

O imóvel pertence a Betty Ferraresi Capisano foi avaliado em R\$ 610.000,00, e esta em fase de pagamento através do DIS data base agosto de 2002, para negociação a vista e para imóvel que se apresenta sem restrições documentais.

Senador Feijó

COHAB-SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE
Habitação e
Desenvolvimento Urbano

São Paulo
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE HABITAÇÃO

Senador Feijó

Descrição

O imóvel denominado "Senador Feijó" localiza-se na Rua Senador Feijó nº. 126, zona central, matrícula nº 103.807 do 4º CRI. Tem acesso facilitado por inúmeras avenidas na proximidade, em especial avenidas Brigadeiro Luís Antônio, Vinte e Três de Maio e Ruas XV de Novembro, Direita e São Bento. Encontra-se nas proximidades das estações de metrô Sé, Liberdade e Anhangabaú. O edifício de uso atualmente comercial totaliza 1.935,25 m², distribuídos em térreo e 5 pavimentos com 14 apartamentos por pavimento tipo. O terreno é de 476,00 m². O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária. A reabilitação do edifício resultará na produção de 45 unidades habitacionais. A área foi gravada como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS 3, pela Lei 13.430 – Plano Diretor Estratégico do Município.

Estágio de elaboração do projeto

O empreendimento encontra-se em fase de estudo de viabilidade técnico-econômica e com estudo preliminar arquitetônico em elaboração. Nesta primeira fase foi conduzido o Laudo de Avaliação, contendo a caracterização do imóvel e inserção urbanística e o Laudo de Avaliação das condições estruturais que atestaram a possibilidade da sua utilização para os fins previstos. Ambos subsidiarão a negociação com o proprietário do imóvel para a sua aquisição.

Situação da propriedade do imóvel e seu valor de mercado

O imóvel pertence a CRISTAIS PRADO LTDA, foi avaliado em R\$ 700.193,00, data base de avaliação, março de 2002, para negociação à vista e para imóvel que se apresenta sem restrições documentais.

COHAB-SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE
Habitação e
Desenvolvimento Urbano

São Paulo
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE HABITAÇÃO

Cônego Vicente Miguel Marino

Cônego Vicente Miguel Marino

Descrição

O terreno denominado "Cônego Vicente Marino" está localizado na Rua Cônego Vicente Miguel Marino, esquina com a Rua Cruzeiro, Distrito de Santa Cecília, Sub-prefeitura da Sé. Está dentro do **Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat Santa Cecília-Barra Funda**.

Tem acesso facilitado por avenidas nas proximidades – Av. Marquês de São Vicente, Av. Rudge, Av. Dr. Abraão Ribeiro - todas com boas ofertas de transporte público coletivo.

O zoneamento na área de localização do terreno – Z3 – define o uso como predominantemente residencial, de densidade demográfica média. O uso residencial é predominante, mas há a presença de comércio diversificado de âmbito local.

Inserido em malha urbana consolidada, o terreno conta com toda a infra-estrutura básica instalada. O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária.

O terreno, de formato trapezoidal e com superfície de 9.400,00 m², faz parte do patrimônio da SPTrans, sendo utilizado atualmente como estacionamento para ônibus.

O projeto prevê a implantação de **234 unidades habitacionais**, com apartamentos de 01 ou 02 dormitórios.

Estágio de elaboração do projeto

O empreendimento encontra-se em fase de elaboração de estudo preliminar de arquitetura.

Situação da propriedade do imóvel e seu valor de mercado

O terreno é de propriedade da SPTrans. Estão em andamento as negociações entre a Secretaria de Habitação e a SPTrans, com o objetivo de adquirir o terreno e destiná-lo à implantação de edifícios.

Cônego Vicente Miguel Marino

A área mede 9.400m², e foi delimitado como ZEIS no Plano Diretor. O terreno se situa em região de baixa densidade, com predominância de galpões industriais subutilizados e usos habitacionais precários. A área limita ao fundo com a linha de trem e a sua direita com um equipamento de lazer de médio porte, também de propriedade da SPTrans. Esta área deverá ser cedida a Subprefeitura da Sé.

Os estudos preliminares de arquitetura desenvolvidos prevêem a produção de unidades com um e dois dormitórios, extensa área verde e de lazer, além de espaços para estacionamento de veículos e abrigos de carros. Optou-se por um projeto de média densidade em função da destinação social do projeto, buscando uma alternativa com um baixo nível de investimentos e sobretudo pelo seu baixo custo de manutenção. Dado o formato do terreno, definiu-se por uma proposta que possibilitasse a redução dos investimentos em infra-estrutura.

As negociações com vistas à aquisição dos imóveis estão sendo conduzidas, em sua parte final pela COHAB-SP, em representação do FMH

Localização:	Rua Cônego Vicente / Distrito Barra Funda / Integra o PRH Barra Funda
Propriedade:	SPTrans. Em negociação pela Cohab
Estudo Preliminar:	GTA/Procentro*
Nº de unidades:	235
Características de uso:	Terreno
Tipologia da edificação:	Diversos blocos de 5 pavimentos, a construir
Escritório:	A licitar pela Cohab

*Arq. Pedro Gaspares

Praça Carlos Gomes

LEGENDA	
[Symbol]	assistência social
[Symbol]	cultura
[Symbol]	educação
[Symbol]	lazer
[Symbol]	sede

FONTE: GEOMAPAS
(CÓDIGO GEOMAPAS 50 - ZONAMENTO)
ANO: 1998

Praça Carlos Gomes

Descrição

O terreno denominado "Carlos Gomes" está localizado na Praça Carlos Gomes, Distrito da Sé, Sub-prefeitura da Sé.

Tem acesso facilitado, principalmente, pela proximidade das Estações de Metrô Sé e Liberdade. Além disso há outras opções de transporte público coletivo nas avenidas Brigadeiro Luís Antônio e Liberdade, Rua Maria Paula, Praça da Sé, Praça Dr. João Mendes.

O zoneamento na área de localização do terreno – Z3 – define o uso como predominantemente residencial, de densidade demográfica média. A área foi gravada como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS 3, pela Lei 13.430 – Plano Diretor Estratégico do Município.

Verifica-se no entorno usos bastante diversificados: de comércio de âmbito local a comércio especializado de caráter metropolitano; repartições públicas, fóruns e tribunais; sedes de bancos; instituições religiosas; equipamentos culturais; edifícios residenciais; escritórios e serviços em geral.

Inserido em malha urbana consolidada, o terreno conta com toda a infra-estrutura básica instalada. O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária.

O terreno de formato trapezoidal e com superfície de 634,00 m², é atualmente utilizado como estacionamento pela Secretaria dos Negócios Jurídicos.

O acordo firmado com a Secretaria dos Negócios Jurídicos prevê a implantação de edifício de uso misto no terreno. O projeto deverá garantir a construção de edificação para habitação de interesse social, com cerca de 80 unidades habitacionais. Além disso, atenderá a programa de necessidades da referida secretaria, contendo espaço para a manutenção de veículos públicos e estacionamentos.

Estágio de elaboração do projeto

O empreendimento encontra-se em fase de elaboração de estudo preliminar de arquitetura.

Situação da propriedade do imóvel e seu valor de mercado

O terreno é de propriedade da PMSP. Está em andamento a elaboração do Termo de Acordo entre a Secretaria de Habitação e a Secretaria dos Negócios Jurídicos para uso compartilhado da área pública.

Praça Carlos Gomes

Mede 634m², dos quais somente 500m² são aproveitáveis para a finalidade (Zona de Uso: Z-03/ OUC).

Encontra-se dentro dos limites do círculo envoltório da Catedral da Sé e Igreja de São Gonçalo, além do edifício, também tombado, pertencente ao Círculo Esotérico, sito a Rua Rodrigo Silva.

A cessão do imóvel para o Programa Morar no Centro está condicionada ao compromisso de construir e destinar para uso da SMJ, dois pavimentos de subsolo e parte do térreo.

Os estudos preliminares de arquitetura feitos pelo Procentro/ SEHAB, prevêem unidades com 01 dormitório Kitchens.

Localização:	Praça Carlos Gomes, 117 / Liberdade
Propriedade:	Secretaria de Negócios Jurídicos. Em negociação pela Cohab
Estudo Preliminar:	GTA/Procentro*
Nº de unidades:	40
Características de uso:	Terreno utilizado com estacionamento
Tipologia da edificação:	Edifício de 10 pavimentos mais térreo e
Escritório contratado:	A licitar pela Cohab

*Arq. Pedro Camponez

Assembléia

Área com 2.416m², composta por dois platôs. Dista cerca de 50m do imóvel localizado na Pça Carlos Gomes, (Zona de Uso Z-03/ OUC.). Os estudos preliminares desenvolvidos prevêem unidades com um e dois dormitórios destinados ao Programa de Locação Social.

Conforme compromissos assumidos com a Secretaria de Negócios Jurídicos, o projeto deverá ceder para a mesma a área de garagem com capacidade para acomodar cerca de trinta e cinco veículos e a área do pavimento térreo.

Localização:	Rua da Assembléia e Rua Rodrigo Silva / Liberdade
Propriedade:	Secretaria de Negócios Jurídicos, em repasse para Cohab
Estudo Preliminar:	GTA/Procentro*
Nº de unidades:	120 a 160
Características de uso:	Terreno com uso de estacionamento, composto por 2 platôs, com frente para as duas ruas
Tipologia da edificação:	Dois torres de 10 pavimentos mais térreo, a construir
Escritório contratado:	A licitar pela Cohab

* Arq. Pedro Gonçalves

Vieira de Carvalho

LEGENDA	
■	assistência social
★	cultura
▲	educação
●	lazer
+	saúde

FONTE: GEOMAPAS
(CÓDIGO GEOMAPAS DO ZONAMENTO)
ANO: 1998

Vieira de Carvalho

Descrição

O terreno denominado "Vieira de Carvalho" está localizado na Av. Vieira de Carvalho, Distrito da República, Sub-prefeitura da Sé. Tem acesso facilitado, principalmente, pela proximidade das Estações de Metrô República e Santa Cecília. Além disso há outras opções de transporte público coletivo nas avenidas São João, Ipiranga, Duque de Caxias, Rio Branco.

O zoneamento na área de localização do terreno – Z5 – define o uso como misto, de densidade demográfica alta. A área foi gravada como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS 3, pela Lei 13.430 – Plano Diretor Estratégico do Município.

Verifica-se no entorno usos bastante diversificados: de comércio de âmbito local a comércio especializado; repartições públicas; equipamentos educacionais, culturais e de lazer; edifícios residenciais; escritórios e serviços em geral. O terreno está bastante próximo da Praça da República, importante área verde da região.

Inserido em malha urbana consolidada, o terreno conta com toda a infra-estrutura básica instalada. O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária.

O terreno, de formato retangular e com superfície de 280,00 m², faz parte do patrimônio da SPTrans, sendo utilizado atualmente como estacionamento para funcionários da Secretaria de Infra-estrutura Urbana - SIURB.

O projeto prevê a implantação de 44 unidades habitacionais, além de espaço para atividades comunitárias e lojas, no pavimento térreo.

Estágio de elaboração do projeto

O empreendimento encontra-se em fase de elaboração de estudo preliminar de arquitetura.

Situação da propriedade do imóvel e seu valor de mercado

O terreno é de propriedade da SPTrans. Estão em andamento as negociações entre a Secretaria de Habitação e a SPTrans, com o objetivo de adquirir o terreno e destiná-lo à implantação de edifícios voltados para o Programa de Locação Social.

Vieira de Carvalho

Mede 280m² e atualmente serve como estacionamento da SIURB. (Zona de Uso: Z-05/ OUC.).

O terreno desfruta de uma ótima localização, entre a Praça da República e o Largo do Arouche. Esta inserida numa região com boa estrutura hoteleira, comercial e se caracteriza socialmente pela diversidade, coexistindo distintos segmentos sociais residentes em moradias também de qualidade diversificada.

Os estudos realizados prevêem a produção de unidades habitacionais com um dormitório, sala, cozinha, área de serviço, sem garagem.

No pavimento térreo está previsto a cessão do espaço para atividades de geração de renda.

As negociações para a aquisição da propriedade por parte do FMH, estão sendo concluídas pela COHAB-SP.

Localização:	Avenida Vieira de Carvalho. Entre Praça da República e Largo do Arouche / Distrito República
Propriedade:	SPTrans. Em negociação pela Cohab
Estudo Preliminar:	GTAI/Proentro*
Nº de unidades:	44
Características de uso:	Terreno utilizado para estacionamento
Tipologia da edificação:	Edifício de 10 pavimentos a construir
Escritório contratado:	A licitar pela Cohab

* Arq. Pedro Campones

Planta Pavimento Tipo

Planta Pavimento Térreo

Vila dos Idosos

Vila dos Idosos

Descrição

O empreendimento denominado "Vila dos Idosos" está localizado na Av. Pedroso da Silveira, Distrito do Pari, Sub-prefeitura da Sé. Tem acesso facilitado pela Av. Carlos de Campos, ruas João Teodoro, Silva Teles, João Boemer, todas com boas ofertas de transporte público coletivo.

O zoneamento na área de localização do terreno – Z2 – define o uso como predominantemente residencial, de densidade demográfica baixa.

O uso do solo é bastante diversificado, verificando-se a presença de residências, atividades comerciais e serviços, galpões fabris. A região é importante polo de comércio atacadista de confecções. A área foi gravada como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS 3, pela Lei 13.430 – Plano Diretor Estratégico do Município.

Inserido em malha urbana consolidada, o terreno conta com toda a infra-estrutura básica instalada. O entorno é provido de rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária.

O terreno, com área de 11.530,30 m², encontra-se parcialmente ocupado pela Biblioteca Municipal Adelpha Figueiredo, apresenta topografia plana e possui acesso por vias oficiais.

O empreendimento denominado provisoriamente "Vila dos Idosos" é uma proposta intersecretarial inserida no programa Morar no Centro. O objetivo do empreendimento é fornecer moradia para idosos, no sistema de locação social.

O projeto para o local prevê, além de moradia para idosos, outros equipamentos para a população moradora e moradores do entorno. Estão previstos equipamentos como: sala de cinema e TV; oficina multi-uso; jardim, horta e cozinha comunitárias; espaços para atividades físicas; espaços para atividades de geração de renda.

Estágio de elaboração do projeto

Situação da propriedade do imóvel e seu valor de mercado

O imóvel foi transferido de propriedade da PMSP, tem parte ocupada pela Biblioteca Municipal Adelpha Figueiredo e outra parte encontra-se livre.